



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

**CONSTRUÇÕES CAUSAIS COM *POR CAUSA QUE*: UM CASO DE
GRAMATICALIZAÇÃO**

FABRÍCIO DA SILVA AMORIM

Salvador
2012

FABRÍCIO DA SILVA AMORIM

**CONSTRUÇÕES CAUSAIS COM *POR CAUSA QUE*: UM CASO DE
GRAMATICALIZAÇÃO**

**Dissertação apresentada à Pós-Graduação
em Letras: Programa de Língua e Cultura
da Universidade Federal da Bahia, como
parte dos requisitos para obtenção do grau
de Mestre em Letras.**

Área de concentração: Linguística Histórica

Orientadora: Sônia Bastos Borba Costa

Salvador
2012

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Amorim, Fabrício da Silva.

Construções causais com por causa que : um caso de gramaticalização / Fabrício da Silva
Amorim. - 2012.
118 f. : il.

Orientadora: Profª. Drª. Sônia Bastos Borba Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2012.

1. Língua portuguesa - Gramaticalização. 2. Língua portuguesa - Gramática. 3. Língua portuguesa - Conjunções. I. Costa, Sônia Bastos Borba. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.5
CDU - 811.134.3'36

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Sônia Bastos Borba Costa – Orientadora (UFBA)

Profa. Dra. Cristina dos Santos Carvalho (UNEB)

Profa. Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza (UFBA)

Salvador, 28 de fevereiro de 2012

À minha mãe, Maria José da Silva Amorim, que por mim SEMPRE faz TUDO.

A Maurício e Manuela, meus irmãos; a Tamyres, Tamaiara, Taize e Lia Nara, minhas primas, e ao amigo Washington Augusto, como incentivo para que continuem caminhando, com dedicação e sucesso, pelas trilhas acadêmicas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por, indubitavelmente, existir na minha vida;

À professora Sônia Bastos Borba Costa, pela **orientação** sempre **adequada, assídua e tranquila**. A ela agradeço, ainda, pela **amizade** e constante preocupação com meu bem-estar;

À professora Rute Paranhos Mendes, por tão bem ter me apresentado os estudos linguísticos durante a graduação e por continuar sendo o meu **referencial**, sobretudo quando estou em sala de aula, ensinando o português e suas normas;

À professora Sally Inkpin, por, durante a graduação, ter me incentivado, tratando-me sempre com assídua atenção e carinho, e pelas preciosas aulas de **língua inglesa**, ferramenta imprescindível para que eu pudesse caminhar a passos mais largos pelo mundo acadêmico;

À professora Maria Luiza Braga, por ter me auxiliado **diretamente** na elaboração do **projeto** que resultou nesta dissertação, além de, com muita solicitude e presteza, ter atendido a inúmeras solicitações que lhe fazia por e-mail, durante o desenvolvimento desta pesquisa;

À professora Maria da Conceição Paiva, por, gentilmente, ter me enviado uma cópia impressa de sua **tese**, trabalho que **norteou**, em vários aspectos teórico-metodológicos, esta dissertação;

A Isis, por ter sido a **única amiga** que se propunha a acompanhar de perto a feitura deste trabalho e pela imprescindível ajuda no uso do programa GoldVarb;

A Joselene Ramos, por ter me hospedado em sua **casa** nos primeiros meses do curso;

A Cleilton Vasconcelos Moreira, pelo incentivo, paciência e **fiel companheirismo**;

A Washington Augusto Santana, pela amizade e por todas as **(re)reflexões**, que sempre tornam a minha vida melhor;

À vovó Eurides, à tia Alaíde e à minha *tia-mãe* Noemia, pelo carinho e por todos os **cuidados**;

A Bartolomeu Batista do Amorim, meu pai, por **orgulhar-se** de mim;

À mainha, pelo **sempre** e pelo **tudo**;

À CAPES, pela concessão de **bolsa**.

Eu vejo a linguagem como uma rocha gigante, sob a qual nós escavamos um túnel com vários pontos de saída, trabalhando a maior parte do tempo no escuro. O que me esforcei para fazer aqui foi iluminar o meu túnel.

Talmy Givón (1979)

RESUMO

No português atual, a emergência da locução *por causa que* representa um caso prototípico de gramaticalização (PAIVA, 2001; PAIVA, BRAGA, 2006). Esse conector origina-se da forma, já gramaticalizada, *por causa de*. Assim como a conjunção prototípica *porque*, a locução *por causa que* é empregada para explicitar relações de causalidade no nível interclausal. Esta dissertação pretende investigar, através da análise de amostras do português falado em duas regiões brasileiras, a gramaticalização do conector *por causa que*. Com base na abordagem da Gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 1993) e numa visão funcionalista da linguagem, procede-se a uma análise de propriedades gramaticais e semântico-pragmáticas, com o objetivo de apresentar uma descrição geral desse conector. O presente trabalho pretende, ainda, numa perspectiva sincrônica, fornecer evidências para o processo de gramaticalização do *por causa que*, baseando-se nos Princípios de Hopper (1991). Além disso, apresenta-se uma comparação entre essa locução e outros conectores causais encontrados nos *corpora* – *por causa de*, *porque* e *que* –, a fim de evidenciar convergências e divergências identificadas entre eles. Os usos dos referidos conectores são discutidos sob a abordagem semântico-pragmática proposta por Sweetser (1991), segundo a qual a relação de causalidade pode ser estabelecida em três domínios distintos: o domínio referencial, o domínio epistêmico e o domínio dos atos de fala. A análise comparativa desses conectores atesta a implementação de um processo de especialização semântico-pragmática (HOPPER, 1991) no rol dos conectores causais do português falado.

Palavras-chave: Gramaticalização; Causalidade; Conectores; Especialização

ABSTRACT

In present-day Portuguese, the emergence of the conjunctive locution *por causa que* (“by cause that”) represents a prototypical grammaticalization case (PAIVA, 2001; PAIVA, BRAGA, 2006). This connector comes from the already grammaticalized form *por causa de* (because of). Like the prototypical conjunction *porque* (because), the locution *por causa que* is employed to explicit causality relations at the inter-clausal level. This dissertation aims to investigate, by analyzing samples of spoken Portuguese from two different Brazilian regions, the grammaticalization of the connector *por causa que*. Based on the Grammaticalization approach (HOPPER; TRAUGOTT, 1993) and on a functionalist view of language, an analysis of grammatical and semantic-pragmatic proprieties is provided in order to present a general description of this connector. The present paper also aims, from a synchronic perspective, to offer evidence of the grammaticalization of *por causa que* by applying Hopper’s principles (1991). Furthermore, a comparison between this locution and other causal connectors found in the corpora – *por causa de*, *porque* and *que* (that) – is presented to show some convergence and divergence among them. The uses of the connectors in question are discussed using the semantic-pragmatic approach designed by Sweetser (1991), according to which causality can be established in three distinct domains: the referential domain, the epistemic domain and the speech act domain. The comparative analysis of these connectors asserts an implementation of a semantic-pragmatic specialization (HOPPER, 1991) among spoken Portuguese causal connectors.

Keywords: Grammaticalization; Causality; Connectors; Specialization.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

TABELAS

Tabela 01	Distribuição dos dados de <i>por causa que</i> por <i>corpus</i>	61
Tabela 02	Frequência <i>token</i> dos conectores causais encontrados nos <i>corpora</i>	62
Tabela 03	Frequência <i>token</i> de variantes do <i>por causa que</i>	72
Tabela 04	Frequência <i>type</i> do conector <i>por causa que</i>	75
Tabela 05	Ordenação de cláusulas <i>por causa que</i>	78
Tabela 06	Estatuto informacional das cláusulas <i>por causa que</i>	79
Tabela 07	Cruzamento das propriedades <i>ordenação</i> e <i>estatuto</i> <i>informacional</i> das cláusulas <i>por causa que</i>	79
Tabela 08	Correlações modo-temporais em construções com <i>por causa que</i>	82
Tabela 09	Distribuição das cláusulas <i>por causa que</i> e <i>porque</i> entre os domínios de causalidade	87
Tabela 10	Frequências <i>token</i> e <i>type</i> das construções com <i>por causa de</i>	88
Tabela 11	Distribuição das formas <i>por causa que</i> e <i>por causa de</i> entre os domínios de causalidade	94
Tabela 12	Ordenação do segmento causal em relação ao segmento efeito	95
Tabela 13	Estatuto informacional do segmento causal	95
Tabela 14	Tempo e modo do verbo do segmento efeito	96
Tabela 15	Distribuição das cláusulas <i>por causa que</i> , <i>porque</i> e <i>que</i> entre os domínios de causalidade	105

QUADROS

Quadro 01	Definição de orações causais, segundo gramáticas didático-tradicionais	51
Quadro 02	Gramaticalização e estatuto conjuncional do <i>por causa que</i>	72
Quadro 03	Decategorização: <i>por causa de</i> > <i>por causa que</i>	98
Quadro 04	<i>Continua</i> de gramaticalização de conectores causais	107

GRÁFICOS

Gráfico 01	Frequência <i>type</i> de <i>porque</i> , <i>que</i> e <i>por causa que</i> de acordo com a dicotomia <i>causa estrita x causa alargada</i>	104
-------------------	---	------------

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Identificação dos *corpora*

ALFSB Amstras de Língua Falada no Semi-Árido Baiano

PM Projeto Mineirês

PV Projeto Vertentes

Identificação das cidades/comunidades catalogadas pelos *corpora*

ARC Arceburgo

BH Belo Horizonte

C Cinzento

FS Feira de Santana

H Helvécia

J Jeremoabo

MAR Mariana

OP Ouro Preto

RC Rio de Contas

S Sapé

SJP São João da Ponte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 FUNCIONALISMO E GRAMATICALIZAÇÃO	18
1.1 O Funcionalismo	18
1.1.1 Alguns princípios teóricos fundamentais	21
1.2 Gramaticalização: definição e breve histórico.....	28
1.3 Gramaticalização: princípios e <i>continua</i>	34
1.4 A gramaticalização de conjunções	41
1.4.1 A conjunção.....	41
1.4.2 As conjunções e sua gramaticalização.....	44
1.5 A relação de causalidade na conexão de orações	47
1.5.1 A conexão causal em gramáticas de orientação tradicional	49
1.5.2 A conexão causal em gramáticas de orientação linguística.....	52
1.5.3 O tratamento de Sweetser (1991)	55
2 METODOLOGIA	59
2.1 Os <i>corpora</i> : escolha e caracterização	59
2.2 Procedimentos adotados	62
3 PROPRIEDADES GRAMATICAIIS E SEMÂNTICO-DISCURSIVAS DAS CONSTRUÇÕES COM <i>POR CAUSA QUE</i>	69
3.1 Estatuto conjuncional de <i>por causa que</i>	69
3.2 Usos do conector <i>por causa que</i> no português falado	73
3.3 Ordenação e estatuto informacional das cláusulas <i>por causa que</i>	77
3.4 Correlações modo-temporais nas construções com <i>por causa que</i>	82
4 INDÍCIOS SINCRÔNICOS DA GRAMATICALIZAÇÃO DO CONECTOR <i>POR CAUSA QUE</i>	85
4.1 Os princípios de Hopper (1991) e o caso do <i>por causa que</i>	85
4.1.1 Estratificação (<i>Layering</i>)	85
4.1.2 Divergência (<i>Divergence</i>).....	88

4.1.3 Especialização (<i>Specialization</i>)	92
4.1.4 Persistência (<i>Persistence</i>)	93
4.1.5 Decategorização (<i>De-categorialization</i>).....	97
5 GRAMATICALIZAÇÃO NO DOMÍNIO DA CAUSALIDADE	99
5.1 Padrões semântico-pragmáticos dos conectores <i>por causa que, porque e que ...</i>	99
5.2 Gramaticalização, especialização e iconicidade: algumas hipóteses.....	103
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

A revista *Veja*, em edição de 11 de agosto de 2010, publicou artigo criticando o desempenho linguístico dos candidatos à Presidência da República no primeiro debate exibido na TV, naquele ano. Sob um enfoque carregado de preconceito linguístico, tal artigo apresentou uma seção contendo os “10 erros de português que acabam com qualquer entrevista de emprego”. Um desses erros refere-se ao uso do conector causal *por causa que*: “‘por causa que’ é mais do que errado – **nem sequer existe**” (VEJA, 2010, p. 99).

O conector causal¹ *por causa que* – “inexistente” para a revista *Veja* – constitui o objeto de estudo deste trabalho. Mais do que atestar a sua “existência”, o presente trabalho descreve-o a partir de uma análise gramatical e semântico-pragmática, considerando ser esse um item em processo de gramaticalização. Assim, à luz da (teoria da) Gramaticalização, pretende-se investigar o desenvolvimento e usos da locução *por causa que* como perífrase conjuntiva que relaciona uma cláusula causal a uma cláusula efeito.

Em Paiva (2001) e Paiva e Braga (2006), verificou-se que a locução em análise, em muitos contextos, apresenta semelhanças sintáticas e semântico-discursivas com o conector *porque*, considerado a conjunção causal prototípica. Nesses mesmos trabalhos, aponta-se como forma fonte do conector *por causa que* a locução prepositiva *por causa de*, mormente utilizada como conector intraclausal. Entretanto, os referidos trabalhos dispuseram de uma quantidade irrisória de ocorrências de *por causa que* (apenas 26), o que inviabilizou às autoras a apresentação de dados mais acurados. No presente trabalho, portanto, com base numa amostra maior de dados, vê-se a possibilidade de apresentar resultados que contribuam para a elucidação do processo de emergência e para compreensão dos usos, na atualidade, do item gramatical em questão.

Este estudo envolve, ainda, considerações acerca de outros conectores causais identificados na amostra, como o *porque* e o *que*, além, é claro, da locução prepositiva *por causa de*. A intenção é compará-los semântica e discursivamente, de modo a melhor definir o papel da locução *por causa que* no rol dos conectores causais. Além disso, essa comparação

¹ Ao longo deste texto, em referência ao *por causa que*, utilizam-se, intercambiavelmente, os termos *locução conjuntiva*, *conector (causal/interclausal)* e *item gramatical*. Ademais, ressalta-se que a forma *por causa que* representa a forma prototípica entre suas variantes. Assim, também foram consideradas, nesta análise, as formas “por causa/causo (de) que”, “causa/causo/caus’ (de) que”.

permite visualizar a especialização semântico-pragmática (HOPPER, 1991) que se instaura no domínio de causalidade, no nível interclausal.

Norteiam esta pesquisa as seguintes hipóteses:

- a) a continuidade do processo de gramaticalização da locução *por causa de* resulta na emergência da forma inovadora *por causa que*, utilizada, no português atual, para explicitar relações de causalidade no nível interclausal (PAIVA, 2001);
- b) o baixo número de ocorrências da locução *por causa que* sugere ser ela uma forma em estágio inicial de gramaticalização, o que pode ser atestado a partir da aplicação dos princípios de Hopper (1991);
- c) a emergência da locução *por causa que* parece acentuar um processo de especialização semântico-pragmático instaurado entre os conectores causais do português falado (PAIVA, BRAGA, 2006);

As hipóteses acima suscitaram a pretensão em atingir os seguintes objetivos:

- a) atestar o caráter conjuncional da locução *por causa que*;
- b) apresentar uma descrição do comportamento sintático e semântico-pragmático das construções com *por causa que*;
- c) numa perspectiva sincrônica, explicar por que a locução *por causa que* representa um caso de gramaticalização;
- d) proceder a uma análise comparativa entre os conectores causais *por causa que*, *por causa de*, *porque* e *que*;
- d) atestar, com base em dados dos *corpora* consultados, o processo de especialização semântico-pragmática que se manifesta entre os conectores causais do português falado.

Os dados linguísticos analisados representam amostras de língua falada do português brasileiro, tendo sido obtidos a partir dos seguintes *corpora*: “Coleção de Amostras do Português Falado no Semi-Árido Baiano”, organizada na Universidade Estadual de Feira de Santana (BA); “Projeto Vertentes”, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia, e “Projeto Mineirês”, desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais. Os três *corpora* fornecem amostras que se localizam na transição entre os séculos XX e XXI, como é o caso dos dois primeiros, e no início deste século (2006-2008), conforme se observa no “Projeto Mineirês”. Esse recorte temporal representa, portanto, a sincronia sobre a qual o presente trabalho se debruça.

No primeiro capítulo, apresenta-se a **Fundamentação Teórica**. Como o trabalho baseia-se numa visão funcionalista da linguagem, abordam-se os principais pontos teóricos

que caracterizam o Funcionalismo linguístico. A Gramaticalização também é enfocada neste capítulo: a história do seu surgimento é brevemente apresentada, seguida por uma seção dedicada a caracterizar as principais propriedades que, na perspectiva aqui adotada, contribuem para organizá-la como teoria. Já que um conector causal constitui o objeto da pesquisa, há, ainda, uma discussão sobre a noção de causalidade.

A **Metodologia** é descrita no segundo capítulo, em que se apresentam os *corpora* utilizados e os procedimentos metodológicos. Dado o caráter qualitativo desta investigação, salienta-se que indícios metodológicos já se fazem presentes desde o capítulo da Fundamentação Teórica; mas a opção por um capítulo exclusivo para a Metodologia se justifica pela necessidade de se discutir, com mais vagar, alguns problemas que se evidenciaram quando da análise dos dados.

As análises são apresentadas a partir do terceiro capítulo – **Análise de propriedades gramaticais e semântico-discursivas das construções com *por causa que***. Tendo como objetivo apresentar uma caracterização geral da locução *por causa que* e das construções em que se insere, procede-se a uma análise que leva em consideração aspectos gramaticais e semântico-pragmáticos.

O quarto capítulo – **Indícios sincrônicos da gramaticalização do conector *por causa que*** – ocupa-se mais diretamente da análise do processo de gramaticalização do conector estudado, atestado sincronicamente, com base nos Princípios propostos por Hopper (1991).

Ampliando discussão apresentada em uma das seções do capítulo anterior, o último capítulo – **Gramaticalização no domínio da causalidade** – trata do processo de especialização que se instaura entre os conectores causais do português atual, com base no que se verificou nos *corpora* consultados. O objetivo é apresentar dados que sustentem a hipótese de que a emergência da locução *por causa que* desencadeia uma repartição semântico-funcional entre os conectores causais.

Por fim, são apresentadas as **Considerações Finais**, que visam a retomar a discussão arrolada nos capítulos anteriores e legitimar/propor algumas conclusões e hipóteses.

1 FUNCIONALISMO E GRAMATICALIZAÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se o referencial teórico no qual este trabalho se baseia. Na seção 1.1, a visão funcionalista da linguagem é caracterizada. São discutidos, também, alguns de seus princípios mais importantes. Em seguida, na seção 1.2, aborda-se a Teoria da Gramaticalização². O capítulo se encerra com uma discussão sobre a noção de causalidade estabelecida no nível interclausal.

1.1 O Funcionalismo

Nos estudos linguísticos, de um modo geral, predominam duas vertentes, a saber, o Formalismo e o Funcionalismo, que se subdividem em correntes teóricas. O Estruturalismo, cujo advento é atribuído à publicação do “Curso de Linguística Geral” (1916), de Ferdinand de Saussure, passou a representar a principal teoria formalista até que, quase meio século depois, surge a corrente teórica proposta pelo estudioso norte-americano Noam Chomsky, o Gerativismo, hoje considerado o grande representante do Formalismo. Estruturalismo e Gerativismo, entretanto, não devem ser vistas como correntes que mantêm/mantiveram unidade interna quanto às suas propostas teórico-metodológicas; daí haver, na realidade, “Estruturalismos” e “Gerativismos”. Como, muitas vezes, uma teoria é caracterizada pelas bases que lhe foram atribuídas pelo seu precursor, há consenso quando se fala que se destacaram no Estruturalismo Europeu, Ferdinand de Saussure, e no Norte-Americano, Leonard Bloomfield. O Gerativismo desenvolvido (e revisto) por seu próprio fundador, Noam Chomsky, mantém-se hegemônico dentro dessa corrente.

Da mesma forma, o Funcionalismo não goza de unidade teórica: “provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quanto linguistas que se chamam ‘funcionalistas’, denominação que abrange desde os que simplesmente rejeitam o formalismo até os que criam uma teoria” (PRIDEAUX, 1994 apud NEVES, 2004, p.1). É possível destacar, entretanto, o Funcionalismo Europeu, que teve Michael Halliday e Simon Dik como principais

² Sobretudo em “manuais de linguística”, a gramaticalização é tratada como um dos aportes teóricos do Funcionalismo. Neste capítulo, entretanto, optou-se por apontar a Gramaticalização como uma teoria; daí não ser abordada na mesma seção em que se trata dos princípios funcionalistas.

representantes, e o Funcionalismo Norte-Americano, representado, principalmente, por Talmy Givón, Sandra Thompson e Paul Hopper.

Como motivação comum, aceita-se que, no Formalismo, a língua assume um caráter abstrato e, muitas vezes, autônomo³: a estrutura linguística é investigada independentemente do uso. Quanto ao Funcionalismo, identifica-se como postulado básico comum a ideia de que a língua serve a funções definidas no uso; daí ser necessário priorizar o estudo da língua em uso, como “entidade não suficiente em si mesma” (NEVES, 2004, p.39). Assim, segundo Leech (1983, p. 46 apud DILLINGER, 1991, p.400), “above all, formalists study language as a autonomous system, whereas functionalists study it in relation to its social function⁴”.

Votre e Naro (1989, p.169) definem Funcionalismo como “análise linguística no discurso”. Para essa vertente teórica, a gramática não está isenta das pressões do uso. A sintaxe, por exemplo, “é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso” (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 24). Entendendo discurso como toda manifestação linguística que se dá em um dado contexto sócio-histórico, envolvendo, no mínimo, um sujeito-falante e um sujeito-ouvinte, o Funcionalismo exige, para as suas análises, considerações extralinguísticas, tornando o estudo estritamente formal insuficiente para explicar os fenômenos linguísticos. Votre e Naro (1989, p. 170) defendem a hipótese de que “do uso da língua – a comunicação na situação social – origina-se a forma da língua”. No entanto, muitos funcionalistas veem essa hipótese como radical: os que cultivam um “funcionalismo moderado” reconhecem que a forma sofre pressões do uso, mas não aceitam a ideia de que aquela é totalmente derivada deste, como querem Votre e Naro (1989).

Segundo Neves (2004, p.15), o Funcionalismo é “uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso”. Embora sintética para uma vertente tão diversificada em modelos, essa seria uma definição bastante pertinente e moderada. Ao apontar que, para o Funcionalismo, “as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição”, não se exclui a forma (limites e posição das unidades linguísticas) dos estudos linguísticos: ela só não deve representar o objetivo maior da análise. Nos estudos de Gramaticalização (cf. seção 1.2 abaixo), por exemplo, abordagem bastante cara ao Funcionalismo, não há apenas considerações acerca de fatores extralinguísticos

³Para o Estruturalismo, a *Langue* (língua como sistema abstrato) é autônoma em relação à *Parole* (uso linguístico individual e concreto). No Gerativismo, identifica-se princípio semelhante: a *Competência* (língua- I), por representar um conhecimento tácito dos falantes, independe do *Desempenho* (o uso real da competência).

⁴ Acima de tudo, os formalistas estudam a língua como um sistema autônomo, enquanto os funcionalistas a estudam em relação à sua função social. (Esta e as demais traduções apresentadas em nota de rodapé são do autor deste trabalho)

envolvidos no processo, visto que, para uma compreensão mais ampla do fenômeno, são imprescindíveis análises que recaem sobre a estrutura do elemento em gramaticalização, ou seja, sobre “seus limites e sua posição”.

Nos termos aqui descritos, vê-se que o Funcionalismo representa uma reação à teoria formalista, uma vez que

Uma visão funcional da linguagem pressupõe que as expressões linguísticas não são formas abstratas, mas que, ao contrário, estão associadas ao componente pragmático. A autonomia da linguagem é contestada face à sua interação com as unidades maiores que a sentença, o seu meio de realização, os falantes que a usam, suas características sociais e culturais (PAIVA, 1991, p. 62).

Nos anos de 1930, o Funcionalismo ganha destaque como vertente teórica graças à Escola Linguística de Praga, formada por um grupo de estudiosos que sistematizou os princípios para o estudo da língua enquanto instrumento de interação verbal, e não como sistema abstrato, conforme preconizavam os modelos em foco na Linguística da época. Houve, entretanto, trabalhos anteriores que priorizaram as questões funcionais no estudo da língua, como se pode observar, por exemplo, nos trabalhos de Whitney e Hermam Paul, representantes da escola neogramática no final do século XIX. Esses autores já levavam em conta fenômenos sincrônicos e diacrônicos, bem como reconheciam a importância de a descrição linguística basear-se em parâmetros psicológicos, cognitivos e funcionais.

Como resumo da visão funcionalista da linguagem, Martelotta e Areas (2003, p. 28) apresentam o grupo de premissas abaixo, proposto por Givón (1995):

- A linguagem é uma atividade sociocultural;
- A estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- A estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica;
- Mudança e variação estão sempre presentes;
- O sentido é contextualmente dependente e não-atômico;
- As categorias não são discretas;
- A estrutura é maleável e não-rígida;
- As gramáticas são emergentes;
- As regras de gramáticas permitem algumas exceções.

1.1.1 Alguns princípios teóricos fundamentais

Nos itens a seguir, foram destacados alguns princípios básicos do Funcionalismo, a fim de exemplificar como os fenômenos linguísticos são tratados sob essa perspectiva.

I. Prototipicidade

Categorizar é tarefa imprescindível para qualquer ciência: grande parte das investigações científicas depende da categorização para organizar seu(s) objeto(s) de estudo, bem como para sistematizar resultados. A Linguística, por conseguinte, também necessita de categorizações; entretanto, não costuma ser fácil estabelecer categorias (classificações). Na Zoologia, por exemplo,

a maioria dos animais se coloca claramente em uma ou outra das diversas classes [répteis, mamíferos, aves, etc.] reconhecidas pelos zoólogos; mas há alguns, como o ornitorrinco [animal australiano que bota ovos, mas amamenta os filhotes; tem a temperatura do corpo parcialmente dependente da temperatura ambiente e tem pelos], que ficam mais ou menos no meio (PERINI, 2000, p. 40).

Na tradição clássica, segundo modelo proposto por Aristóteles, observa-se a tendência em propor categorias com limites bem definidos, sendo que todos os seus membros são considerados portadores do mesmo conjunto de atributos (COSTA, 2003, p.42).

Nos estudos funcionalistas, há uma forte tendência em combater dicotomias. Em lugar de relações dicotômicas, costumam-se propor *continua*, sobretudo quando se trata de categorizar noções linguísticas. Até mesmo dentro da própria teoria, princípios que foram postulados em termos dicotômicos, como, por exemplo, os planos discursivos – figura e fundo – têm sido tratados sob a perspectiva de *continuum* (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p.42). Assim, a teoria dos protótipos é bastante cara ao Funcionalismo, na medida em que propõe a categorização de elementos linguísticos de maneira não discreta. Segundo a proposta de Taylor (1992 apud COSTA, 2003, p. 43), os elementos linguísticos se dispõem em um *continuum* em que há entidades centrais – prototípicas – e marginais. A centralidade de uma entidade é determinada a partir de traços semânticos e sintáticos. São

centrais os membros que apresentam o maior número de traços adotados como caracterizadores de uma dada categoria. A marginalidade é, então, determinada pelo “afastamento” de uma forma, em termos semânticos e sintáticos, em relação aos itens considerados prototípicos nessa mesma categoria. Dessa forma, a teoria dos protótipos entende que ser membro de uma categoria, na realidade, exige a consideração de graus de categorialidade. Como síntese da caracterização do princípio de prototipicidade, COSTA (2003) destaca:

a) para um número limitado de categorias, a prototipicidade é, muito plausivelmente, uma consequência de propriedades inerentes da percepção humana, ou seja, é cerebralmente motivada. Exemplos seriam algumas formas geométricas simples, algumas orientações espaciais e mesmo as cores básicas; b) alguns membros de categorias atingem a condição de protótipos porque são encontrados mais freqüentemente, embora Rosch alerte que a alta freqüência possa ser um sintoma de prototipicidade e não sua causa; c) ao recordar o passado, tendemos a exagerar a freqüência do prototípico; d) protótipos são freqüentemente membros com características mais salientes, objetiva ou culturalmente. (COSTA, 2003, p.44-5)

Retomando o exemplo apresentado por Perini (2000), à luz da prototipicidade, a classificação do ornitorrinco estaria sujeita ao que a zoologia conceberia como protótipo das classes *mamífero* e *ave*, por exemplo, o que atribuiria a esse animal traços como [+/- mamífero] ou [+/- ave], numa espécie de “*continuum* de classificação”, opondo-se, portanto, ao enquadramento estanque proposto pela tradição clássica.

Nesta pesquisa, considera-se o princípio da prototipicidade no tratamento do objeto de estudo: como uma das hipóteses do trabalho se refere ao grau de gramaticalização da locução *por causa que*, é necessário aferir o grau de categorialidade dessa locução, de modo a atribuir-lhe o traço [+/- conjunção]. Para tanto, além de conceber seu processo de decategorização (Cf. seção 4.1.5) sob a perspectiva de *continuum*, faz-se necessário comparar o item em análise com a conjunção causal considerada **prototípica** – *porque* –, a fim de ratificar algumas hipóteses sobre o comportamento morfossintático e semântico-pragmático dessa locução.

II. Marcação

Tavares (2003, p. 26) caracteriza o princípio da marcação como “um dos imperativos cognitivos que influi na gama de interrelações gramaticais”. De acordo com Givón (1995

apud MARTELOTTA e AREAS, 2003, p. 34), existem três critérios que distinguem estruturas marcadas e não marcadas: a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a não marcada correspondente; b) distribuição de frequência: a estrutura marcada tende a ser menos frequente que a não marcada correspondente; c) complexidade cognitiva: a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, por exigir maior esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento.

Tavares (2003, p. 27), na investigação funcional dos elementos que denomina *sequenciadores retroativo-propulsores*, propõe níveis diferentes de marcação para as quatro formas estudadas, dispondo-as em um *continuum*: “então” > “daí” > “aí” > “e”, no qual a forma *e*, menor em relação às demais, além de ser átona, representa a menos marcada, enquanto *então*, forma mais longa e menos frequente no *corpus* investigado pela autora, representa a mais marcada.

Observa-se que Tavares (2003) segue a tendência funcionalista de não adotar relações binárias/dicotômicas nas investigações linguísticas, como se assinalou no item I. Furtado da Cunha (2007, p. 1651) propõe tratamento semelhante para a negação sentencial em português, que pode se estruturar sob três formas, aqui exemplificadas e caracterizadas: a) “Não vou” (negativa-padrão, não marcada) < b) “Não vou, não” (dupla negativa, marcada) < c) “Vou, não” (negativa final, mais marcada).

Givón (1995 apud FURTADO DA CUNHA, COSTA; CEZARIO, 2003, p. 34) assinala que a marcação é um fenômeno dependente do contexto, visto que uma mesma estrutura pode ser marcada em um contexto e não marcada em outro. Veja-se, por exemplo, o caso da articulação de orações e o registro em que se inserem: as orações paratáticas são não marcadas quando se trata de uma conversação informal; mas, em relação ao discurso formal, sobretudo escrito, são marcadas, visto que, nesse último registro, as relações hipotáticas e subordinadas são as mais esperadas.

Entretanto, a postulação de que a marcação depende do contexto gera alguns problemas. Como se afirmou, em um discurso formal, as relações de hipotaxe e de subordinação são mais frequentes e, portanto, consideradas menos marcadas. No entanto, essas relações são estrutural e cognitivamente mais complexas que a parataxe. Seria, então, o critério de distribuição de frequência o mais importante na determinação da marcação? Esse impasse aparece, por exemplo, em Oliveira (2000 apud FURTADO DA CUNHA, COSTA; CEZARIO, 2003), ao tratar das orações subordinadas adjetivas:

Se a frequência é o parâmetro de maior visibilidade e saliência perceptual para a aferição da marcação, então teremos de admitir que as adjetivas restritivas, que são mais integradas, configuram-se como as não marcadas. Por outro lado, seu maior vínculo semântico-sintático é traço caracterizador de complexidade estrutural e cognitiva, o que as classificaria como formas marcadas face às explicativas. (p. 36)

Neste trabalho, o princípio de marcação aparece, sobretudo, na análise da ordenação das cláusulas iniciadas pela locução *por causa que*. De acordo com Paiva (1991, p. 71), a posposição é a ordem mais esperada – não marcada – para as orações causais prototípicas, introduzidas pela conjunção *porque*. Como se verá adiante, a posposição também é preferencial no caso das cláusulas *por causa que*, o que evidencia uma convergência, quanto à ordenação, entre essas orações e as causais prototípicas.

III. Iconicidade

Ao propor uma correlação motivada entre forma e função, a iconicidade constitui um dos princípios mais representativos do funcionalismo. Em diferentes níveis linguísticos – fonológico, sintático, morfológico e semântico – é possível flagrar o estabelecimento de relações icônicas, entendidas como um reflexo da experiência humana na estrutura da língua. Observa-se, portanto, que este princípio refuta a ideia de arbitrariedade do signo linguístico defendida pelo estruturalismo saussuriano, pelo menos em termos absolutos:

Dentro do estruturalismo clássico, a iconicidade, como qualquer tipo de motivação, não é admitida, já que ela contradiz a visão da língua como sistema autônomo, visão que se apoia exatamente na arbitrariedade do signo linguístico e na concepção de que o valor dos signos não depende absolutamente do mundo exterior, mas, pelo contrário, se estabelece no interior do sistema, em relações de oposição no paradigma. (NEVES, 2004, p.108)

Na sua versão mais radical, proposta por Bolinger (1977, p. X apud NEVES, 2004, p.105), defende-se uma relação biunívoca entre forma e significado, ou seja, a língua mantém uma forma para um significado, e vice-versa. Dado o caráter fluido da língua e a criatividade dos seus usuários, nota-se que essa face radical da iconicidade se apresenta como insustentável (CARVALHO, 2004, p. 50; FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p.31). Na sua versão mais branda, admitem-se três subprincípios que definem a

iconicidade, aplicáveis, mormente, ao nível morfossintático: o subprincípio da quantidade; o da integração e o da ordenação linear.

O primeiro prevê que uma maior quantidade de forma pressupõe maior quantidade de informação. Nesse sentido, “a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual” (NEVES, 2004, p. 104). Por exemplo, no nível morfológico, a forma pluralizada “copos” apresenta-se como mais complexa estrutural e cognitivamente do que “copo”, assim como “embelezamento” o seria em relação à “belo”. Furtado da Cunha (2007), no estudo da negação, aponta o subprincípio da quantidade como explicação possível para a dupla negativa no português brasileiro. Assim, como o “não” pré-verbal, na língua falada, tem sua realização, geralmente, reduzida a “num” (átomo), foi preciso acrescentar mais forma – “não” em final de sentença –, a fim recuperar uma informação antes codificada apenas na negação pré-verbal. Vê-se, portanto, que “the need to maintain communicative clarity leads to the emergence of the double negative, in a movement towards iconicity”⁵ (FURTADO DA CUNHA, 2007, p. 1651).

O subprincípio da integração preconiza que a proximidade conceptual se reflete na estrutura linguística: “o que está mentalmente junto coloca-se sintaticamente junto” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p.32). Carvalho (2004a), por exemplo, vale-se desse subprincípio para explicar o nível de integração sintática entre verbos causativos e perceptivos em cláusulas completivas. Comprovando a atuação do subprincípio da proximidade nas construções com verbos causativos e perceptivos, Carvalho (2004a) chega à conclusão de que

nas estruturas com verbos perceptivos, as cláusulas matriz e encaixada tendem a codificar conteúdos autônomos conceptualmente. Nesse caso, as sentenças encaixadas exprimem estados de coisas que resultaram de uma percepção – sensorial ou intelectual – do referente-sujeito da matriz e a realização desses estados de coisas independe da vontade desse referente-sujeito. Já, nas estruturas causativas, as orações matriz e completiva tendem a codificar eventos com uma menor independência do ponto de vista semântico, devido às seguintes razões: pela própria relação de causatividade que se estabelece entre esses eventos e pela tentativa de manipulação do referente-sujeito da matriz sobre o referente-sujeito da completiva.(CARVALHO, 2004a, p. 233)

⁵ A necessidade de manter clareza comunicativa faz surgir a dupla negativa, em um movimento em direção à iconicidade.

Segundo o subprincípio de ordenação linear, as informações são dispostas de acordo com o nível de importância que lhe é atribuído pelo falante, sendo que “a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar na cadeia sintática” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p.32). Ainda com base nesse princípio, sustenta-se a ideia de que a estrutura linguística, na codificação de eventos do mundo real, corresponde a uma ordem cronológica e lógica. No estudo da ordenação de cláusulas causais, Paiva (1991)⁶ mostra que o princípio da iconicidade da ordenação linear tem influência na estruturação interna dos enunciados causais, ratificando, portanto, a premissa funcionalista de que o discurso, muitas vezes, molda a sintaxe. Paiva (1991) assim se expressa a esse respeito:

A ordenação causa-efeito deve predominar sobre a ordenação efeito-causa, em razão de uma tendência mais geral a refletir na língua a forma como se percebe a organização dos fatos na realidade. Se os fatos são percebidos de acordo com uma disposição temporal, causas precedem efeitos, **a ordenação causa-efeito reproduz iconicamente esta forma de organização**. A ordenação causa-efeito é mais “natural” (PAIVA, 1991, p.98 – grifo acrescido).

Neste trabalho, a Iconicidade é evocada, sobretudo no último capítulo, para sustentar hipótese aventada a respeito dos usos semântico-pragmáticos dos conectores *por causa que*, *porque* e *que*, identificados nos *corpora*.

IV. Informatividade

Conforme assinalado acima, os estudos funcionalistas advogam que a estrutura linguística está sob influência constante de restrições cognitivo-discursivas. O princípio da informatividade é mais um tema do Funcionalismo que estabelece relação entre cognição, discurso e forma linguística.

Identifica-se já na Escola de Praga, com a postulação dos conceitos de *tema* e *rema*, certa preocupação com o estudo informacional dos constituintes na frase (PEZATTI, 2004, p. 180). Na chamada perspectiva funcional da sentença (PFS), considera-se que a parte recuperável da oração (informação velha) constitui o *tema*. O *rema*, por sua vez, representa a informação que não pode ser recuperada no texto ou na situação discursiva.

⁶ Paiva (1991) considera em seu trabalho construções causais do tipo Y, X; X, Y (construções paratáticas), Y porque X; porque X, Y e X então Y, sendo X = causa e Y = efeito.

Chafe (1976 apud NEVES, 2004, p. 35) considera que a distribuição da informação está vinculada a processos mentais, pois

a língua funciona apenas se o falante leva em conta o que está na mente da pessoa com quem está falando. A mensagem só é realmente assimilada pelo ouvinte se o falante ajustar o que diz ao que assume que o ouvinte está pensando naquele momento. Chafe preocupa-se, assim, com o modo como o falante acomoda sua fala aos estados mentais do ouvinte; preocupa-se, em outros termos, com o empacotamento (*packaging*) da mensagem, ou seja, a embalagem com que o falante reveste a sua mensagem. (PEZATTI, 2004, p. 181).

Segundo o autor, o estatuto informacional da sentença constitui uma forma de *empacotamento* da mensagem: o falante realiza algumas presunções quanto ao conhecimento partilhado com seu interlocutor, para, então, distribuir a informação na sentença. Assim, na interação verbal, considera-se como informação velha – *dado* – a que o falante presume estar na consciência do interlocutor naquele momento, enquanto que a informação nova – *novo* – representa aquela de que o ouvinte toma consciência no momento da enunciação.

Embora haja muitas propostas de refinamento do rótulo *dado/novo*, o que gerou uma proliferação de termos referentes ao estatuto informacional dos constituintes sentenciais, destaca-se, nos estudos funcionalistas, a taxonomia apresentada por Prince (1981 apud PEZATTI, 2004, p. 182), que classifica os referentes (ou entidades) do discurso em *novo*, *evocado* ou *velho e inferível*⁷. De modo geral, para a autora, um referente é *novo* quando introduzido pela primeira vez no discurso. Se for possível recuperá-lo no texto ou na situação de fala, é *velho* ou *evocado*. No caso em que, embora não disponível no texto, pode ser identificado a partir de um processo de inferência, o referente é *inferível*. Em

(1) Apesar de todos os alunos terem deixado a sala de aula, o professor não denunciou o fato à direção.

os sintagmas “o professor” e “a direção” representam referentes *inferíveis*: é consensual a ideia de que onde há aluno, geralmente, há, também, professor e direção.

Como se observará nos capítulos de análise, os princípios funcionalistas ligeiramente descritos nesta seção estão presentes na análise do funcionamento das cláusulas introduzidas

⁷ Prince (1981 apud PEZATTI, 2004, p. 182) subdivide essas três categorias em subclasses. Desse modo, um referente *novo* pode ser *novíssimo* – que, por sua vez, subdivide-se em *ancorado* ou *não-ancorado* – ou *não usado*. O *evocado* pode ser *evocado textual* ou *evocado situacional*. Quanto ao *inferível*, há a subclassificação em *inferível* ou *inferível contido*.

pelo conector *por causa que*. É importante destacar que a aplicação desses princípios não incide direta e unicamente na locução em estudo, mas na porção discursiva em que se insere. Ora, se a função a que serve a forma *por causa que* é conectar orações, estudar apenas a locução, ignorando o complexo clausal em que se insere, significa investigar a forma em detrimento da função, o que, por tudo até aqui dito, está longe de ser proposta deste trabalho.

1.2 Gramaticalização: definição e breve histórico

Nos estudos linguísticos em geral, admite-se que as línguas não são imutáveis. Quer seja na abordagem formalista, quer seja na funcionalista, aceita-se a ideia de que as línguas sofrem mudança com o passar do tempo. Dessa forma, os diferentes níveis linguísticos – fonético-fonológico, morfossintático, semântico etc. – estão sujeitos a sofrer alterações que delineiam diferentes estágios de uma língua. Em busca da compreensão da natureza da mudança linguística, muitas teorias têm sido postuladas dentro de diferentes correntes, como, por exemplo, a Teoria Laboviana da Variação e Mudança e o Gerativismo Diacrônico, que tem como representante maior David Lightfoot. Ainda que apresentem abordagens diferentes e, por vezes, opostas, é possível reconhecer qualquer estudo da mudança linguística como pertencente à Linguística Histórica, “campo da linguística que trata de interpretar mudanças – fônicas, mórnicas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico ou em determinável território, não necessariamente contínuo” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 08). Segundo Mattos e Silva (2008, p.09), os estudos sobre a mudança podem ser desenvolvidos sob duas orientações na Linguística Histórica *stricto sensu*⁸: a) a linguística histórica sócio-histórica, praticada pelas correntes que consideram não apenas fatores intralinguísticos, mas extralinguísticos ou sociais na explicação dos fenômenos e b) a linguística diacrônica associal, adotada pelas correntes formalistas. Ao Funcionalismo interessa um tipo específico de mudança, conhecido como gramaticalização⁹.

⁸ Mattos e Silva (2008, p. 09) advoga que, na linguística histórica, existem duas grandes vertentes: a linguística histórica *lato sensu* e a linguística histórica *stricto sensu*. A primeira se refere a qualquer estudo realizado a partir de *corpora*, com predominância da abordagem sincrônica: estudos descritivos, dialetológicos, estudos do texto etc. A segunda ocupa-se da investigação do que muda e como muda na língua, adotando-se, para tal, uma abordagem predominantemente diacrônica. Esta dissertação, portanto, insere-se na primeira vertente.

⁹ Neste trabalho, a palavra “gramaticalização” será grafada com inicial minúscula, quando se referir ao processo em si. O uso da inicial maiúscula indicará que se trata da teoria.

Sobre a questão da mudança, em termos de gramaticalização, Langacker (1977, p. 106 apud MARTELOTTA, 2010) apresenta uma interessante metáfora:

Não seria inteiramente inapropriado observar a língua em seu aspecto diacrônico como uma máquina gigante de compactar expressões [...] que requer como input um fluxo contínuo de expressões criativamente produzidas formadas por inovações lexicais. [...] A máquina faz o que pode para desgastar as expressões que entram nela. Ela enfraquece metáforas standartizando-as e, usando-as repetidamente, ataca expressões de todo tipo com erosão fonética, desbota itens lexicais da maior parte de seu conteúdo semântico e os força a servir como marcadores gramaticais. [...] A máquina tem o apetite voraz. [...] (MARTELOTTA, 2010, p.143-4).

Note-se que a “máquina” descrita seria, portanto, responsável pelo tipo de mudança linguística que resulta da transformação de itens lexicais em itens gramaticais. Apesar de haver controvérsias quanto à postulação de que a língua apresenta léxico e gramática como dois módulos distintos (Cf. CASTILHO, 2010), considera-se *lexical* ou *de conteúdo* o item que apresenta, do ponto de vista sintático, maior frouxidão e imprevisibilidade e, do ponto de vista semântico, tem como referente alguma entidade do mundo bio-psíquico-social. O item gramatical, por sua vez, apresenta maior rigidez quanto ao aspecto sintático, sendo, por isso, mais previsível, e é semanticamente mais abstrato, usado para marcar/articular noções atinentes ao mundo interno da língua. Segundo Hopper e Traugott (1993, p. 4), são lexicais as palavras que se referem a coisas, ações ou qualidade, como “livro”, “falar” e “azul”, enquanto que palavras gramaticais (ou funcionais) servem para relacionar nomes (preposições), conectar orações (conjunções), indicar se entidades ou participantes de um discurso já foram mencionados ou não (artigos e pronomes) etc. Pertencem, ainda, à gramática os itens que marcam noções como aspecto, tempo, modo etc., como, por exemplo, os morfemas verbais.

A formação dos itens gramaticais é, pois, um processo ininterrupto na língua, o que requer uma compreensão de gramática e, por conseguinte, de língua, como estrutura instável e sempre emergente: a “máquina”, de “apetite voraz”, está sempre capturando itens lexicais para torná-los gramaticais. O estudo do funcionamento dessa “máquina” cabe à Teoria da Gramaticalização.

Define-se como Teoria da Gramaticalização o estudo da mudança morfossintática e semântico-discursiva – que pode incluir, também, considerações fonético-fonológicas –, vista como processo que ocorre quando itens lexicais se tornam gramaticais ou, quando já *gramaticalizados*, têm o seu estatuto gramatical intensificado.

O caráter teórico da gramaticalização é constantemente colocado em xeque (HEINE, 2003, p. 581), ou seja, não é categórica a aceitação da Gramaticalização como teoria: para

muitos linguistas, é apenas um processo que pode ser investigado sob diferentes perspectivas teóricas. Neste trabalho, porém, o termo Gramaticalização deve ser entendido, concomitantemente, como teoria e processo. O fato de haver muitos estudos sistematizados que propõem parâmetros, princípios, critérios, mecanismos etc. (COSTA, 2003, p. 63) para a gramaticalização licencia a existência de uma teoria. Quando se quer estudar a gramaticalização de um dado item, o pesquisador pode dispor de todo um aparato teórico-metodológico próprio da Gramaticalização, sem precisar, necessariamente, recorrer a outras vertentes teóricas para executar sua investigação. É claro que muito do que se encontra na Teoria da Gramaticalização não goza de ineditismo, mas os seus princípios e metodologias, ainda que tenham origem em outras teorias, têm sido sistematicamente inter-relacionados para sustentar uma teoria, como se vê, por exemplo, em Hopper e Traugott (1993), Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), Hopper (1991), Heine (2003), dentre outros. Quanto a ser vista, também, como processo, entende-se aqui que o objeto de estudo dessa teoria é um processo de mudança específico, que se refere à emergência de itens gramaticais. Dessa forma, a Teoria da Gramaticalização propõe um esquema teórico-metodológico para o estudo do processo de gramaticalização. Vale ressaltar, ainda, que, como teoria, a Gramaticalização pode abarcar estudos não apenas funcionais, mas formais, embora, na abordagem formal, não se adotem integralmente os termos e princípios comuns à vertente funcionalista da teoria. Heine (2003), ao refutar a ideia segundo a qual a gramaticalização não é um processo distinto de mudança linguística, acaba por reforçar o seu estatuto teórico:

...it has been argued that grammaticalization is not a distinct process since the main mechanisms characterizing it – that is, desemantization, extension, decategorialization, and erosion – can be observed to be also at work in other kinds of linguistic change (Newmeyer 1998: 248ff; Campbell 2001a; Janda 2001). There are a couple of reasons why such a position does not seem to be justified. First, the main task of grammaticalization theory is to provide explanations of why grammatical forms arise and develop, and it is these four mechanisms that have been found to be material to achieving such explanations. Thus, irrespective of how one wishes to define a “distinct process,” **these mechanisms and the way they are interrelated are part of one and the same explanatory framework.** (p.581; grifo acrescido).¹⁰

¹⁰ Tem-se defendido que a gramaticalização não é um processo distinto, já que os mecanismos que o caracterizam – a saber, dessemantização, extensão, decategorização e erosão – podem também estar presentes em outros tipos de mudança linguística (Newmeyer 1998: 248ff; Campbell 2001a; Janda 2001). Há algumas razões pelas quais tal posição não parece ser justificável. Primeiro, a principal tarefa da teoria da gramaticalização é explicar por que as formas gramaticais surgem e se desenvolvem, e são esses quatro mecanismos que têm sido encontrados para serem argumentos de tais explicações. Portanto, independentemente de como queiram definir um “processo distinto”, esses mecanismos e a forma como se interrelacionam são parte de um mesmo quadro teórico explicativo.

É, portanto, a partir da Teoria da Gramaticalização que se pode explicar o processo de desenvolvimento de formas como o verbo auxiliar “ir”, a conjunção “uma vez que” ou o “agora” empregado como conjunção. Estudos atestam que as formas fonte desses itens são palavras lexicais ou já gramaticalizadas: ir (verbo pleno) > ir (verbo auxiliar) (OLIVEIRA, 2006, p. 74); vez (nome) > uma vez que (conjunção) (BARRETO, 1999, p. 402); agora (advérbio) > agora (conjunção) (RODRIGUES, 2009, p. 88).

Há notícias de que os primeiros estudos de gramaticalização surgiram muito antes de a Linguística adquirir caráter de ciência. Segundo Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p. 05), no século X, estudiosos chineses reconheciam a distinção entre formas linguísticas “plenas” e formas “vazias”. No século XVIII, filósofos franceses como Etienne Bonnot de Condillac e Jean Jacques Rousseau argumentavam que as formas gramaticais e as palavras abstratas têm sua origem em itens lexicais. Ainda no século XVIII, J. Horne Tooke estabeleceu diferença entre os nomes e verbos, consideradas classes necessárias e a parte essencial do discurso, e as demais – advérbios, preposições e conjunções, por exemplo –, tratadas por ele como resultantes das primeiras, após um processo de abreviação ou “mutilação”.

Entre linguistas do século XIX, o processo de gramaticalização se fez presente nos estudos histórico-comparativos. Franz Bopp e Wilhelm Von Schlegel, por exemplo, apresentaram exemplos e postulações que evidenciavam a origem de palavras gramaticais/abstratas. Em 1822, corroborando a tese de Horne Tooke, Wilhelm Von Humboldt propôs quatro estágios de evolução, a fim de descrever o caminho percorrido pelas palavras lexicais até darem origem a itens como preposições e conjunções: de modo geral, esses estágios preveem, num crescendo, a fixidez da ordem das palavras, perda de alguns traços de seu conteúdo semântico e redução de forma. Outros estudiosos, ainda no século XIX, como Franz Wüllner e William Dwight Whitney, também desenvolveram estudos que corroboraram a postulação de que formas mais abstratas são derivadas de formas concretas, lexicais.

Durante o século XX, até 1970, foram poucas as investigações que de fato contribuíram para a Teoria da Gramaticalização: esses estudos foram silenciados ante a hegemonia de teorias formalistas. Embora alguns autores, como Antoine Meillet (1912) – o primeiro a utilizar o termo “gramaticalização” – e Kurylowicz (1965), tenham realizado estudos de gramaticalização no decorrer do século XX, Heine (2003, p. 576) destaca que suas contribuições à Teoria não foram muito além das que já haviam sido dadas pelos estudiosos do século anterior. Isso se deveu ao fato de esses autores terem a Gramaticalização apenas

como parte da metodologia usada para as investigações de cunho histórico-comparativo: “Up to 1970, grammaticalization was viewed mainly as being part of diachronic linguistics, as a means of analyzing linguistic evolution, of reconstructing the history of a given language or language group, or of relating modern linguistic structures to previous patterns of language use.”¹¹

Quando a Gramaticalização começou a se consolidar como quadro teórico, suas postulações, *a priori*, estavam vinculadas ao “paradigma do localismo”, segundo o qual expressões de espaço servem de modelo estrutural para as demais, sendo, por isso, mais básicas (HEINE, 2003, p. 576). Posteriormente, Talmy Givón (1971, 1979) desenvolveu estudos que propuseram uma nova compreensão de gramática, baseada no processo de gramaticalização. Assim, a partir do slogan “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”, sugere o autor que as estruturas linguísticas tendem a assumir padrões cada vez mais gramaticais e fixos. Givón (1979, p. 209) postula, ainda, a inclusão, no *continuum* da gramaticalização, do módulo do *discurso*, tornando-se esse o ponto de partida da mudança: “A sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem”. Com isso, defende a mudança da língua do modo pragmático para o modo sintático, também via gramaticalização.

Nas últimas décadas, os estudos sobre gramaticalização têm mostrado resultados profícuos para a compreensão, não apenas de fenômenos localizados em línguas particulares, mas de regularidades que se manifestam em grupos de línguas bastante diversos. Na linguística moderna recente, destacam-se como estudiosos em Gramaticalização: Hopper, Heine, Claudi, Hünemeyer, Traugott, Sweetser, Bybee, Perkins, Pagliuca, Lehmann, Thompson, Mulac, Svorou (COSTA, 2003, p. 59). Alguns desses autores têm desenvolvido estudos a partir de uma interface entre Gramaticalização e Linguística Cognitiva, defendendo, assim, que alguns dos mecanismos envolvidos no processo têm sua origem na atuação de princípios de ordem cognitiva (MARTELOTTA, 2010, p.141).

Não obstante as divergências apresentadas, é interessante observar que, há muito, ao se depararem com formas gramaticais, os estudiosos tendem a defender que:

i. formas lexicais representam a forma fonte dos elementos gramaticais e formas já gramaticais podem se gramaticalizar ainda mais;

¹¹ Até 1970, a gramaticalização era vista, sobretudo, como sendo parte da linguística diacrônica, como um meio de analisar a evolução linguística, de reconstruir a história de uma determinada língua ou de um grupo de línguas, ou de relacionar estruturas linguísticas modernas a padrões de uso anteriores.

- ii. as formas gramaticais apresentam maior rigidez sintática e menos carga semântica¹² em relação às lexicais;
- iii. historicamente, é possível descrever um movimento unidirecional que vai do mais lexical/concreto para o mais gramatical/abstrato.

Hopper e Traugott (1993, p. 02) salientam que a gramaticalização tem sido estudada sob duas perspectivas: a diacrônica e a sincrônica. Por tudo que se disse acima, tende-se a reconhecer o estudo de gramaticalização como eminentemente diacrônico, visto que, como processo de mudança linguística, sua descrição requer considerações históricas. Entretanto, pode-se considerar a gramaticalização como um fenômeno sintático e semântico-pragmático, o que licencia o seu estudo numa abordagem sincrônica, a partir da observação de padrões fluidos do uso linguístico. Os princípios de Hopper (1991), por exemplo, tão caros a muitos estudos baseados na Teoria da Gramaticalização, têm como base uma visão notadamente sincrônica do fenômeno. Também é possível a conjugação dessas duas abordagens, conhecida como pancronia (Cf. OLIVEIRA, 2006).

O objeto de estudo desta pesquisa, a locução *por causa que*, é apresentado como um caso típico de gramaticalização. Essa locução é utilizada para conectar orações que estabelecem entre si uma relação causal. Trata-se, portanto, de um item com valor conjuncional. Afirmar que *por causa que* é um item gramatical pressupõe tratar-se de uma forma cuja função não se relaciona diretamente ao mundo bio-psíquico-social: conectar orações, explicitando a relação semântica (causa) instaurada entre elas, tem a ver com o universo gramatical. Veja-se, por exemplo, que este item não é capaz de, sozinho, constituir uma unidade comunicativa plena, como se observa a seguir:

(2) João não veio por quê?

* *Por causa que*.

Com base em sua constituição morfossintática e nos estudos de Paiva (2001) e Paiva e Braga (2006), torna-se possível postular o seguinte *continuum* de gramaticalização dessa locução: *causa* (nome) > *por causa de* (locução prepositiva¹³) > *por causa (de) que* (locução

¹² Vale salientar que essa “perda” de carga semântica diz respeito ao significado mais primário do item/expressão em gramaticalização. Traugott e König (1991) assinalam que há, na realidade, um ganho de significados mais pragmáticos.

¹³ Essa locução é mormente usada como um conector intraclausal – *por causa de* + *SN*. No entanto, há casos em que pode funcionar como conector interclausal – *por causa de* + *oração infinitiva*, como atesta Lopes (2004, p.

conjuntiva). A forma fonte mais primária desse item é, portanto, o nome *causa*, que, diferentemente da maioria das formas gramaticais, pode, isolado, responder efetivamente a uma pergunta:

(3) O que as fortes chuvas normalmente representam em relação aos desabamentos?

Causa.

Além disso, o nome *causa* dispõe de maior autonomia sintática, podendo aparecer em diferentes posições na sentença (e não apenas no início de uma oração ou entre orações), o que o torna, também, menos previsível.

Como forma gramaticalizada, *por causa que* tem sofrido redução fonética, pois, nos *corpora* aqui analisados, bem como nas amostras investigadas por Paiva (2001) e Paiva e Braga (2006), na grande maioria das ocorrências, a preposição *de* é apagada. Em alguns casos, é comum, também, o apagamento da preposição *por* (*causa/causo que*) e da vogal final /a/ da palavra *causa* (*por caus' que*). Semanticamente, observa-se, também, um certo “desgaste”, uma vez que há casos em que a locução marca noções mais abstratas de causa (Cf. seção 3.2). Por tudo isso, vê-se que a palavra *causa* entrou na “máquina” descrita por Langacker (1977, p. 106)...

1.3 Gramaticalização: Princípios e *Continua*

Lehmann (1985 apud HOPPER, 1991, p. 21) propõe que uma forma em gramaticalização pode ser identificada a partir de cinco parâmetros:

1. Paradigmatização: o item em gramaticalização tende a participar, de maneira mais integrada, em um dado campo semântico, assumindo posição em um paradigma pequeno.
2. Obrigatoriedade: a forma perde seu caráter opcional e assume valor obrigatório.
3. Condensação: o item tem a sua forma reduzida à medida que se gramaticaliza.
4. Coalescência: formas adjacentes tendem a fundir-se no decorrer do processo.
5. Fixação: o item perde “frouxidão” sintática, ocupando uma posição fixa.

37). Nos *corpora* consultados, foram encontradas apenas duas ocorrências em que essa locução aparece como conector interclausal (3% do total de dados com *por causa de*).

Hopper (1991, p. 21) reconhece a importância dos parâmetros acima para o estudo da gramaticalização, mas assinala que eles não são de grande eficácia para o estudo de formas em estágios iniciais de gramaticalização. Ou seja, para o autor, esses parâmetros só são aplicáveis, na íntegra, ao estudo de formas já bastante gramaticalizadas, como é o caso dos afixos, que já alcançaram o estágio de morfologização, por exemplo. Com o intuito de viabilizar a identificação da gramaticalização em estágios mais incipientes, Hopper (1991) propõe cinco princípios que, embora não inéditos¹⁴, apresentam-se como bastante úteis para diagnosticar graus de gramaticalização de formas ou construções. A aplicação desses princípios não prevê, entretanto, que a forma em análise chegará a estágios avançados de gramaticalização, pois discriminam apenas estágios iniciais que podem, inclusive, confundir-se com outros tipos de mudança linguística.

Vejam-se esses princípios abaixo:

- **Estratificação (Layering):** formas diferentes podem coexistir em um mesmo domínio funcional (tempo, aspecto, caso etc.). Isso se deve à constante emergência de novas formas para funções que já dispõem de alguma configuração formal. Dessa maneira, as formas novas passam a conviver com as mais antigas, sem descartá-las de imediato. Essa fase de coexistência, contudo, pode ser superada à medida que uma das formas se consagra como única possível no domínio funcional em que se insere. Enquanto isso não ocorre, passam a estabelecer uma relação de alternância que pode ser determinada por razões sociolinguísticas, por exemplo. Sobre esse princípio, Tavares (2003) destaca:

Os itens inovadores passam a conviver e a competir por espaço com os demais tanto na gramática dos indivíduos quanto na gramática da comunidade. Têm seu uso condicionado pela interação de motivações cognitivas, comunicativas, estruturais e sociais, que se constituem em armas que cada item possui, fazendo-o avançar, estacionar ou recuar em seu processo de mudança (TAVARES, 2003, p. 24).

A estratificação é detectada, por exemplo, na marcação do futuro em português. Convive com o futuro simples (“falarei”) a forma perifrástica constituída pelo verbo auxiliar “ir”, seguido de infinitivo, como em “vou falar”. Na história do português, a forma perifrástica é considerada inovadora em relação à simples, o que evidencia a relação de variação que estabelecem no domínio funcional tempo – futuridade (Cf. OLIVEIRA, 2006).

¹⁴ Os referidos princípios assemelham-se em muito a postulados que foram originalmente apresentados pela Sociolinguística (Cf. AMORIM, 2011a; NARO, BRAGA; 2001).

- **Divergência (Divergence):** uma forma em gramaticalização pode coexistir com o item lexical que representa sua forma fonte. Por se manter como um item lexical autônomo, essa forma fonte pode sofrer outros processos de mudança, inclusive, um novo processo de gramaticalização.

O princípio da divergência refere-se a formas que apresentam etimologia comum, mas funções diferentes (HOPPER, 1991, p. 24). Essa semelhança entre as formas não é apenas etimológica, mas fonológica. Por exemplo, observe-se que, em “Tinha muita gente na festa” e “A gente vai à festa”, a forma “gente”, embora seja fonologicamente idêntica, apresenta função distinta em cada sentença: seu uso com valor pronominal (“a gente”), ou seja, mais gramaticalizado, convive com o uso como da forma nominal (lexical) “gente”, convivência essa caracterizada, portanto, por divergências formais e funcionais.

- **Especialização (Specialization):** um item em gramaticalização pode especializar-se em expressar uma determinada noção gramatical. Assim, dentro de um domínio funcional, pode haver a redução do número de formas possíveis, à medida que uma delas se especializa na função de codificá-lo. Por conseguinte, tornando-se uma forma mais previsível naquele domínio, o item ou construção torna-se mais frequente, o que pode acentuar o seu processo de gramaticalização (BYBEE, 2003, p. 602). A especialização resulta, ainda, na diminuição ou extinção da variação entre itens linguísticos na expressão de uma mesma noção gramatical (TAVARES, 2003, p. 75).

O princípio da especialização é de grande importância para a investigação aqui proposta acerca da locução *por causa que*. Para Hopper (1991, p. 26), a especialização se dá através de um processo de generalização, visto que uma forma linguística se especializa por abarcar todas as nuances semânticas do domínio funcional de que faz parte, o que pode levá-la a sobrepor-se às demais. No entanto, Tavares (2003) admite a possibilidade de haver, também, a especialização por especificação, que ocorre quando

as formas adversárias adquirem significados mais específicos e/ou passam a ser empregadas em contextos semântico-pragmáticos e/ou morfossintáticos específicos, eliminando-se assim a competição. **Nesse caso, nenhuma forma seria excluída ou generalizada para cobrir todas as funções pertinentes a um domínio particular, mas cada uma seria empregada em certas funções e/ou contextos particulares pertinentes ao domínio.** (TAVARES, 2003, p. 74 – grifo acrescido)

Nessa perspectiva, pode-se postular que a locução *por causa que* é uma forma linguística candidata à especialização por especificação, pois, no domínio funcional em que se insere, ela parece estar se especializando na expressão de uma das nuances da relação semântica de causa, sem que isso ocasione a eliminação de outros conectores causais. Trata-se, na realidade, de uma repartição funcional entre eles, questão discutida no capítulo 5 deste trabalho.

- **Persistência (Persistence):** em estágios não muito avançados de gramaticalização, um item ou construção gramatical tende a manter traços semânticos da forma fonte. Geralmente, a forma em gramaticalização é polissêmica, e um ou mais de seus significados podem refletir traços de significados anteriores, capazes de interferir, inclusive, na sua distribuição gramatical. É o que se observa, por exemplo, na forma “a gente”, que, embora gramaticalizada, não apresentou perda total dos traços formais da sua forma fonte: mantém o traço de terceira pessoa do singular; daí o fato de, em muitos casos, inclusive na forma reconhecida pela norma culta, o verbo se apresentar na 3ª pessoa do singular quando da concordância com o *a gente* sujeito. Persiste, também, o caráter indeterminador e genérico da forma fonte “gente” (LOPES, 2004, p. 64).

- **Decategorização (De-categorialization):** uma forma em gramaticalização perde, gradualmente, traços de categorialidade em relação à classe (nome/verbo) a que pertencia e ganha outros, característicos de categorias mais gramaticais (advérbios, pronomes, preposições etc.). Perdendo os traços característicos de formas lexicais (marcas morfológicas, por exemplo), o item ou construção gramatical sofre, ainda, restrições quanto à sua autonomia discursiva. A consideração desse princípio corrobora a ideia de que não existem categorias fechadas, mas graus de categorialidade. Lopes (2004, p. 65) destaca algumas restrições sintáticas sofridas pela forma “a gente” ao perder traços de nome e assumir caráter mais pronominal. Assim, mostra que “a gente” não admite a anteposição, posposição ou anteposição-posposição simultânea de determinantes, como se observa no caso do nome: “essa gente”; “gente bonita”; “essa gente bonita”. Não podendo ser determinado no sintagma nominal – assim como os pronomes pessoais –, a forma “a gente” passar a ocorrer preferencialmente isolada no SN.

Observa-se, por fim, que os Princípios de Hopper (1991) são úteis para atestar a gramaticalização de itens ou construções, ainda que não se tenham fontes históricas para uma comprovação via diacronia. Muitos casos de gramaticalização em curso podem, portanto, ser flagrados a partir da aplicação desses princípios, conforme se verifica no caso da locução conjuntiva *por causa que* (Cf. capítulo 4).

Os princípios acima descritos aplicam-se a estudos sincrônicos de gramaticalização, embora possam dar indícios sobre a história do item ou construção gramatical, conforme se pode ver no princípio da persistência, por exemplo. Na perspectiva diacrônica, é possível delinear estágios de gramaticalização que são de natureza semântica e morfossintática. Dessa forma, na transição léxico-gramática, podem-se flagrar e descrever diferentes configurações morfológicas e comportamentos sintáticos de um item ou construção, bem como as mudanças semânticas por que passa. Esquemáticamente, esses estágios podem ser descritos a partir de *continua* (ou *clines*), ou seja, linhas contínuas que preveem um caminho unidirecional¹⁵ para formas em gramaticalização, sendo que cada ponto dessa linha representa um estágio distinto de gramaticalização. Todavia, é válido salientar que, na concepção funcionalista em que se desenvolvem os estudos de gramaticalização, esses “pontos” não devem ser vistos como estágios com fronteiras bem definidas: muitas vezes, os itens em gramaticalização apresentam-se como formas híbridas e de sentidos bastante ambíguos, assumindo, assim, posições intermediárias entre um e outro ponto do *continuum*.

Givón (1979, p. 209) é responsável pela postulação de um *continuum* de gramaticalização que se tornou bastante recorrente na Teoria. Esse *continuum* é assim descrito:

DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA > MORFOFONÊMICA > ZERO

Como se observa acima, o discurso representa o ponto de partida do processo: é nele que acontece o recrutamento das formas suscetíveis a sofrer gramaticalização. Ao começarem a adquirir traços de categorias mais gramaticais, essas se tornam mais rígidas, regulares e previsíveis, o que caracteriza seu caráter mais sintático. Com o avanço do processo, intensifica-se a tendência de haver erosão fonética e perda de liberdade sintática. Com isso, as

¹⁵ Há muitos estudos que se propõem a refutar o caráter unidirecional da gramaticalização. Nesta pesquisa, entretanto, admite-se que as formas em gramaticalização apresentam uma forte tendência em seguir um caminho unidirecional de mudança (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.07). Ademais, na maioria dos casos apresentados como contra-exemplos à unidirecionalidade, “não há reversão do processo de gramaticalização, e sim a atuação de processos diferentes” (MARTELOTTA, 2010, P. 142).

formas podem se tornar afixos e, com a continuidade do processo, desaparecerem, chegando ao estágio zero. Veja-se que esse “percurso” apresenta propriedades previstas pelos parâmetros de Lehmann (1985 apud HOPPER, 1991, p. 21) já mencionados. Sobre esse *continuum*, é válido destacar o que afirma Neves (2004):

A intervenção da pragmática na consideração do processo de gramaticalização, defendida por Givón (1979, pp. 208-209), configura a visão do processo como uma reanálise não apenas do material lexical em material gramatical, mas também dos padrões discursivos em padrões gramaticais. A passagem se daria, dessa maneira, no sentido do discurso para a manifestação zero, passando sucessivamente pela sintaxe, pela morfologia e pela morfofonêmica. (NEVES, 2004, p. 120)

Outra proposta de *continuum* (para os autores, *cline*) de gramaticalização é apresentada por Hopper e Traugott (1993, p. 07):

[ITEM DE CONTEÚDO] > [PALAVRA GRAMATICAL] > [CLÍTICO] > [AFIXO FLEXIONAL]

Segundo essa proposta, as palavras lexicais, ao sofrerem gramaticalização, movem-se em direção a categorias mais gramaticais, como quer a definição mais aceita do processo. Embora assumam que as formas em gramaticalização tendem a se caracterizar como estruturas sintáticas (palavra gramatical, clítico) e, posteriormente, morfológicas (afixo), Hopper e Traugott (1993) não consideram o discurso como ponto de instanciação inicial do processo de gramaticalização, conforme propõe Givón (1979). No entanto,

Para Traugott & Heine (1991:05), não há inconsistência entre as perspectivas ‘léxico > gramática’ e ‘discurso > morfossintaxe’, ao considerarmos que os itens lexicais são empregados no discurso. Se eles tiverem propriedades salientes para gramaticalização e forem usados freqüentemente, podem ser sintatizados de modo como ilustra Givón. Sendo assim, ambas as fórmulas são combinadas em um trajeto ‘item lexical usado no discurso > morfossintaxe’. (TAVARES, 2003, p. 57)

As propostas de *continuum* descritas acima se baseiam, sobretudo, na natureza morfossintática do processo de gramaticalização. Como já assinalado, a gramaticalização envolve, ainda, alterações semânticas que se dão sempre de domínios mais concretos para os mais abstratos, preservando, assim, o traço de unidirecionalidade previsto, também, nos *continua* morfossintáticos. Nessa perspectiva, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p.48) propõem o seguinte *continuum* semântico-cognitivo:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Cada categoria – que inclui uma variedade de conceitos – representa um domínio de conceptualização, ou seja, são categorias cognitivas que se manifestam na organização linguística da experiência humana. Ao se tornar gramatical, um item ou construção sofre alterações semânticas que têm a ver com transferências de conceitos entre domínios da experiência humana. Essas transferências, que acontecem via metáfora (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991, p. 49), se dão das categorias mais concretas para as mais abstratas – “pessoa > objeto” ou “espaço > tempo”, por exemplo. São muitos os estudos que atestam a presença de relações metafóricas em processos de gramaticalização, sobretudo no que diz respeito à transferência “espaço > tempo” (Cf. COSTA, 2003; TAVARES, 2003; 1999). Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991, p.49) fornecem como exemplo dessa transferência a palavra “back” (“costas” - parte do corpo) que, em muitas línguas, apresenta – ao assumir funções mais gramaticais – um sentido espacial, como no caso da locução “back of” (atrás de), em que exibe valor espacial. Há, ainda, o uso em que “back” apresenta valor temporal, como em “two days back” (“três dias atrás”). Assim, em termos semântico-cognitivos, o seguinte percurso pode ser descrito para esse item no seu processo de gramaticalização: PESSOA > ESPAÇO > TEMPO.

Em resumo, descreveram-se aqui dois tipos de *continua*, abaixo definidos por Costa (2003)¹⁶:

- a) CONCEITOS-FONTE – CONCEITOS-ALVO: este *continuum* diz respeito a processos produtores de significado, relativos ao mundo extra-lingüístico, que ligam o mundo real ao mundo mental;
- b) DISCURSO – SINTAXE – MORFOLOGIA – FONOLOGIA – Ø: diz respeito à passagem do mundo mental ao lingüístico e, nesse, de níveis de estruturação mais amplos a mais restritos, tanto no sentido paradigmático quanto sintagmático; (COSTA, 2003, p. 60)

¹⁶ Costa (2003) apresenta, ainda, um terceiro *continuum* (c), que trata da ordem de emergência dos mecanismos de gramaticalização. Entretanto, “o tipo de *continuum* c tem sido vislumbrado aqui e ali na bibliografia, mas não nos parece que se tenha estabelecido a ordem de emergência dos processos” (p. 61).

1.4 A gramaticalização de conjunções

Como o objeto deste trabalho é considerado uma locução conjuntiva, serão apresentadas, nesta seção, algumas considerações acerca do papel da Teoria da Gramaticalização no estudo das conjunções. Para tanto, considera-se, sobretudo, o trabalho de Barreto (1999), que apresenta um rico estudo diacrônico da gramaticalização de conjunções do português. Antes, entretanto, veja-se uma breve discussão acerca do conceito de conjunção.

1.4.1 A conjunção

Na visão tradicional, a conjunção é tratada como a classe de palavra responsável pela conexão de orações ou de termos de uma mesma oração. É o que se vê, por exemplo, na definição apresentada por Cunha e Cintra (2007, p.593), segundo a qual as conjunções são palavras cuja função é relacionar orações ou termos sintaticamente idênticos de uma mesma oração. Esses gramáticos classificam as conjunções a partir da natureza sintática das orações ou dos termos que ligam. Assim, são coordenativas as conjunções que conectam orações ou termos de mesmo valor gramatical, enquanto as subordinativas ligam orações com valores sintáticos diferentes, sendo que uma, a “subordinada”, exerce uma função gramatical em relação à outra, considerada “principal”.¹⁷ Tanto as conjunções subordinativas quanto as coordenativas são subclassificadas de acordo com a relação semântica que emerge entre as orações que ligam.

Bechara (2009, p. 319) postula a diferença entre conectores, ou conjunções coordenativas, e transpositores. Os conectores têm a função de conectar orações com o mesmo estatuto sintático, não estabelecendo, assim, uma hierarquia sintática entre elas. Os transpositores, por sua vez, são as conjunções tradicionalmente chamadas de subordinativas,

¹⁷ Há muitos estudos que questionam o caráter dicotômico da relação coordenação *versus* subordinação apresentado pela Gramática Tradicional ao tratar da articulação de orações. No Funcionalismo, por exemplo, os estudos de combinação de cláusulas, associados ao processo de gramaticalização (HOPPER E TROUGOTT, 1993; BRAGA, 2001; CARVALHO, 2004b; DECAT, 2001), propõem, ao invés dessa categorização dicotômica, um *continuum* para a classificação de orações, embora haja, muitas vezes, controvérsias quanto à terminologia utilizada (*parataxe/ coordenação; hipotaxe/subordinação adverbial ; subordinação/ encaixamento* etc.)

que, segundo Bechara, “transpõem a oração degradada ou subordinada ao nível de equivalência de um substantivo capaz de exercer na oração complexa uma das funções sintáticas que têm por núcleo o substantivo” (p. 323). Dessa forma, em

(4) Rita percebeu que estávamos tristes

o item “que” é responsável pela transposição da oração “estávamos tristes” a um substantivo, de modo que todo o segmento “que estávamos tristes” exerce uma função sintática substantiva (objeto direto) em relação à primeira oração. A respeito das locuções conjuntivas, Bechara (2009, p. 471) alega serem elas advérbios, locuções prepositivas ou participípios que, no processo de subordinação entre orações, recebem o transpositor “que”.

As gramáticas didático-tradicionais¹⁸ também definem conjunção como palavras de conexão que podem relacionar orações ou termos de natureza sintática idêntica ou diversa, como se observa em Terra (2002), Nicola e Infante (2002) e em Savioli (2002). O último, por exemplo, destaca que a

Conjunção é classe de palavra que:

- **Do ponto de vista sintático**, estabelece relação entre duas orações;
- **Do ponto de vista mórfico**, é invariável;
- **Do ponto de vista semântico**, estabelece relações de vários sentidos entre as orações que liga. (SAVIOLI, 2002, p. 381, grifos do autor)

Perini (2010, p.162) chama de conjunção a palavra que marca uma oração como subordinada: ela é vista como parte da oração subordinada, sendo responsável por transformá-la em um sintagma nominal ou adverbial, assemelhando-se à ideia de “transpositor” proposta por Bechara (2009). Vejam-se as sentenças abaixo:

(5) Sávio queria que o ajudássemos.

(6) Sávio saiu quando chegamos.

Na primeira sentença, a oração “que o ajudássemos”, por exercer a função de objeto em relação à primeira, apresenta propriedades sintáticas e semânticas de um SN. Na segunda, a oração “quando chegamos” tem valor de advérbio, representando, assim, um sintagma adverbial. Dessa forma, “que” e “quando” são conjunções por terem transformado,

¹⁸ O adjetivo *didático-tradicional* refere-se às gramáticas que, além de se basearem na perspectiva tradicional, apresentam caráter didático por terem seu uso notadamente recomendado para os ensinos fundamental e médio.

respectivamente, as orações “o ajudássemos” e “chegamos” em sintagmas. Portanto, Perini (2010) considera como conjunções apenas as palavras que, para a Gramática Tradicional, são consideradas conjunções subordinativas (integrantes ou adverbiais). As conjunções coordenativas, por sua vez, são tratadas pelo autor como coordenadores, isto é, palavras que “não alteram o potencial funcional das orações que combinam” (PERINI, 2010, p. 162), já que uma não exerce função dentro da outra, como é o caso da subordinação. Tratamento idêntico dado ao estudo das conjunções é observado, também, em Perini (2006, p. 139).

Numa visão notadamente funcional, Castilho (2010, p. 310) atrela o estudo das conjunções à Gramaticalização, apresentando os principais trajetos desse processo que resultaram na formação de conjunções do português (Cf. subseção a seguir). Discute, ainda, com base em Ilari (2008), as principais propriedades semântico-sintáticas dessa classe de palavra. Ao refutar algumas postulações da gramática tradicional a respeito das conjunções, Castilho (2010) destaca que:

- i) a conexão de orações não é tarefa exclusiva das conjunções, dados os casos em que preposições o fazem, conforme se vê nas orações reduzidas de infinitivo;
- ii) uma conjunção pode adquirir características sintáticas definidas pela estrutura gramatical das orações que conectam, não sendo, dessa forma, totalmente externa a elas, como querem os gramáticos tradicionais. Como exemplo, tem-se o caso dos pronomes relativos que, além de conectivos, exercem papel de argumento ou adjunto no interior da sentença;
- iii) o estabelecimento de relações semânticas entre orações independe da presença do conectivo. Nesse sentido, as orações paratáticas, ou seja, as coordenadas assindéticas da gramática tradicional, também podem exprimir tempo, causa, condição etc.¹⁹

Além dessas propriedades, Castilho (2010, p. 345) chama a atenção para o caráter polifuncional das conjunções, dando como exemplo o “quando”, que pode ser temporal, temporal-condicional ou temporal-concessivo (Cf. FERREIRA, 2008).

Neste trabalho, admite-se a ideia em comum presente nos autores supracitados, segundo a qual as conjunções são palavras que servem à conexão de orações. No caso do *por causa que*, tem-se mais de uma palavra, formando uma expressão com valor conjuncional (PAIVA, 2001, p.36), sendo, portanto, uma locução conjuntiva. Por conectar orações que estabelecem entre si uma relação de causalidade, essa locução é aqui tratada como causal. Essa relação semântica é anterior à presença desse conectivo, sendo ele responsável apenas

¹⁹ Carvalho (2002), por exemplo, mostra que estruturas sintáticas alternantes – paratáticas, hipotáticas e reduzidas – veiculam, no discurso oral, a relação de causalidade, sendo que apenas na hipotaxe há a presença da conjunção.

por sua explicitação. Na perspectiva de Perini (2010), *por causa que* seria uma conjunção, e não um coordenador, na medida em que transforma a oração que introduz em um sintagma adverbial (causal). Para Bechara (2009), seria uma locução prepositiva integrada ao transpositor “que”. Numa abordagem mais tradicional, poder-se-ia dizer que a locução *por causa que* é subordinativa e introduz orações subordinadas adverbiais causais. Em termos mais funcionalistas, ela se faz presente em períodos cuja estruturação sintático-semântica estabelecida é a hipotaxe de realce, que, segundo Decat (2001), é o “fenômeno de articulação de cláusulas que se combinam para modificar, ou expandir, de alguma forma a informação contida em outra cláusula (ou porção do discurso), o que é manifestado pelas relações circunstanciais” (DECAT, 2001, p. 111).

Considera-se, também, no estudo dessa locução, a ideia de que as conjunções são polifuncionais, conforme destacado por Castilho (2010, p. 345). Isso se verá, sobretudo, na análise das diferentes nuances de causa que podem se manifestar na conexão entre duas orações (Cf. seção 1.5).

1.4.2 As conjunções e sua gramaticalização

A formação histórica das conjunções em diferentes línguas fornece exemplos bastante ilustrativos de processos de gramaticalização. Barreto (1999), por exemplo, descreve os processos de gramaticalização experimentados pelos 136 itens conjuncionais encontrados no *corpus* por ela consultado, constituído de amostras do português do século XIII ao século XX. Segundo Longhin-Thomazi (2003, p. 175), o português apresentou grande perda de conjunções latinas; daí ter havido muitos processos de gramaticalização, de modo que novos itens foram recrutados para codificar as relações gramaticais presentes nas conjunções perdidas. Meillet (1912 apud LONGHIN-THOMAZI, 2003, p. 82) aponta que as conjunções representam uma classe bastante sujeita à renovação nas línguas em geral, podendo até desaparecer, dado o seu caráter gramatical: quanto menos expressivo é um determinado item, maior a predisposição para renovar-se. Segundo Meillet, o procedimento mais simples de renovação das conjunções consiste na recategorização de palavras de diferentes classes (nomes, pronomes, advérbios e preposições) e seu emprego em contextos em que servem à conexão de orações, mesmo que haja na língua outras conjunções com valor semelhante, como aconteceu, por exemplo, com o advérbio comparativo *magis*, do latim, que deu origem

à conjunção adversativa “mas”, do português. Castilho (2010, p. 341) aponta que as conjunções procedem das seguintes classes: a) substantivo>conjunção (“a modos que”, arcaica, causal); b) verbo>conjunção (“feito”, comparativa); c) advérbio>conjunção (“magis”>”mas”) e d) pronome>conjunção (“que”, para o autor, pronome relativo que está perdendo propriedades pronominais).

Outro processo responsável pela emergência de itens conjuncionais no português diz respeito à generalização de um fenômeno, iniciado no latim vulgar, que consiste em juntar a partícula “que” a palavras de diferentes classes, resultando em perífrases conjuncionais, como em “ainda que”, “logo que”, “já que”, “só que” (Cf. BARRETO, 1999; LONGHIN-THOMAZI, 2004).

Conforme se destacou anteriormente, um item em gramaticalização sofre alterações semânticas e/ou morfossintáticas que resultam na sua recategorização. No caso da gramaticalização de conjunções, Barreto (1999) e Longhin-Thomazi (2003) mostram que, de fato, há uma forte tendência de conceitos mais abstratos serem conceptualizados a partir de categorias mais concretas, como propõem Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p.48):

By means of this principle, concrete concepts are employed in order to understand, explain, or describe less concrete phenomena. In this way, clearly delineated and/or clearly structured entities are recruited to conceptualize less clearly delineated or structured entities, and nonphysical experience is understood in terms of physical experience, time in terms of space, cause in terms of time, or abstract relations in terms of physical processes or spatial relations”.²⁰

Barreto (1999, p. 179) destaca que um grande número de formas conjuncionais do português empreendeu a seguinte trajetória:

ESPAÇO > TEMPO > TEXTO

É o que ocorreu, por exemplo, com o item “logo”, que, no português arcaico, indicava espaço, aparecendo em expressões como “en seu logo”, “em logo de” (“em seu lugar”; “no lugar de”); ainda nesse período, poderia indicar tempo, sendo parafraseado pela expressão “em breve”. Só no século XVII começa a haver ocorrências de “logo” como conjunção

²⁰ Por meio desse princípio, conceitos concretos são empregados para entender, explicar, ou descrever fenômenos menos concretos. Nesse sentido, entidades e/ou estruturas claramente delineadas são recrutadas para conceituar entidades ou estruturas menos delineadas, e experiência não física é compreendida em termos de experiência física, tempo em termos de espaço, causa em termos de tempo, ou relações abstratas em termos de processos físicos ou relações espaciais.

conclusiva (segundo terminologia da gramática tradicional), passando, assim, a ter também um uso textual (GONÇALVES et al., 2007, p. 95).

A proposta delineada acima pauta-se na ideia de que a metáfora é um dos mecanismos de gramaticalização, pois, através dela, processa-se a transferência mental de conceitos numa escala crescente de abstratização. Entretanto, no que respeita à gramaticalização de conjunções (e de muitos outros itens), a metáfora não atua isoladamente no processo, havendo, portanto, a ação de outros mecanismos, como a metonímia e a analogia. A metonímia é a mudança que se dá por contiguidade posicional ou sintática e envolve toda a expressão, e não apenas uma única forma (MARTELOTTA, VOTRE, CEZARIO, 1996, p.30). Há, no processo metonímico, uma reinterpretação/reorganização dos elementos na frase, o que evidencia sua relação com a reanálise, isto é, “change in the structure of an expression or a class of expression that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation”²¹(LANGACKER, 1977, p. 58). A metonímia pode envolver, ainda, a interferência da pressão de informatividade (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991), que diz respeito ao processo em que um item linguístico passa a assumir um novo valor semântico em decorrência direta de questões pragmáticas. A analogia, por sua vez, refere-se aos casos em que uma mudança é desencadeada pela associação a outras formas da língua. Dessa forma, por imitação a outra forma, o falante pode criar uma inovação em um uso já regularizado.

A título de ilustração, vejam-se, abaixo, as considerações a respeito da atuação do mecanismo de metonímia na gramaticalização do item “primeiro que”:

Na sua trajetória de gramaticalização o item conjuncional **primeiro que** parece ter experimentado, inicialmente, uma **recategorização** – passagem do numeral **primeiro**, ao advérbio **primeiro** = ‘primeiramente’ e posteriormente à conjunção **primeiro que**, ‘antes que’. A passagem do advérbio à conjunção parece ter ocorrido em consequência de uma reanálise, isto é, de uma nova interpretação de períodos em que o advérbio **primeiro** aparecia seguido da conjunção **que** com o valor semântico temporal. Por um processo metonímico, o advérbio assimilou o valor semântico da conjunção e passou a constituir com ela um único item conjuncional temporal. Embora o valor semântico temporal do **que** só tenha sido detectado em textos do séc. XX, o fato de esse item conjuncional ter sido, na história da língua portuguesa, um signo abstrato de subordinação, cujo sentido era determinado pelo contexto em que ocorria, ou melhor, pela pressão pragmático-discursiva, permite admitir que ocorresse, em séculos anteriores, também com esse valor semântico o que explica a constituição do item **primeiro que**. (BARRETO, 1999, p.358-9, grifos da autora)

²¹ Mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressão que não envolve nenhuma modificação intrínseca ou imediata na sua manifestação superficial.

A autora aventava, ainda, a hipótese de ter havido analogia na constituição dessa locução conjuntiva, na medida em que, por associação a outros itens conjuncionais como “ainda que”, “até que” etc., pode ter ocorrido a junção do “que” ao advérbio “primeiro”.

Todas as observações feitas nesta seção interessam, de alguma forma, ao estudo da locução que constitui o objeto de estudo deste trabalho. Assim, a consideração das ideias arroladas acima no estudo da locução *por causa que* licencia as seguintes postulações²²:

- i) na trajetória espaço>tempo>texto, caberia a seguinte reformulação: espaço>tempo> causa>texto. Desse modo, pode-se admitir que essa locução transita entre os domínios “causa” e “texto”, dado o seu estatuto de elemento de coesão textual-discursiva;
- ii) na escala crescente de abstratização, pode-se atestar o percurso tempo> qualidade (causa) experimentado pela locução *por causa que*, sendo que, dentro do domínio de causalidade, há também nuances que evidenciam a continuidade dessa abstratização: causa estrita > causa ampla (Cf. capítulo 5).
- iii) o elemento *que* passou a integrar a locução *por causa de* via reanálise, em que houve a reorganização sintática nas sentenças que apresentavam essa construção: [por causa de] [que] > [por causa de que], como exemplificado abaixo:

(7) Eu não vou por causa de [você] / Eu não vou por causa de [que eu não quero ir] / eu não vou [por causa (de) que eu não quero ir]

ou

- iii) o elemento *que* passou a integrar a locução *por causa de* via analogia, haja vista o grande número de perífrases conjuncionais de base *que*, muitas de largo uso no discurso oral: *assim que, antes que, no momento (em) que, (n)a hora que, na medida (em) que* etc.

1.5 A relação de causalidade na conexão de orações

Linguisticamente, a relação causal pode se manifestar através do ato de explicar ou através do ato de consecutar (PAIVA, 1991, p.08). No ato de explicar, o falante apresenta um fato X como origem ou motivação para um fato Y. No segundo caso, um fato é apresentado

²² Essas postulações, entretanto, não são desenvolvidas neste trabalho por requererem uma análise diacrônica.

como consequência de outro. Na Gramática Tradicional, o primeiro ato corresponde às orações denominadas *coordenadas explicativas* e *subordinadas adverbiais causais*; o segundo, às *coordenadas conclusivas* e *subordinadas consecutivas*. Apesar de se reconhecer que há causalidade nos enunciados que configuram a consecução, será aqui discutida apenas a relação causal manifestada através do ato de explicar. Assim, neste trabalho, o conceito de *construções causais* diz respeito às tradicionalmente chamadas *orações coordenadas explicativas* e às *subordinadas adverbiais causais*.

A relação de causa não se estrutura apenas no plano referencial, isto é, um fato X pode representar a causa de um fato Y, sem que X e Y estabeleçam uma relação causal observável no mundo real. Por exemplo, na argumentação pela causa (PLANTIN, 1990 apud PAIVA, 1991, p. 12), um falante estabelece uma relação causal entre A e B para justificar C (uma crença, decisão, ordem, apresentada sob a forma de conclusão). Comparem-se os enunciados a seguir:

- (8) João sente dores constantes no corpo porque sofreu um acidente.
- (9) João estuda pouco porque sempre o vejo em festas.

Na primeira sentença, a cláusula “porque sofreu um acidente” codifica um fato que pode ser considerado causa real das dores sentidas por João. Há um consenso, estabelecido no discurso e pautado em valores sócio-históricos, que licenciam o estabelecimento da relação causa-efeito entre os fatos “sofrer acidente” e “sentir dores”. A esse respeito, Ducrot (1983 apud PAIVA, 1991, p. 09) afirma que uma relação semântica entre A e B é garantida por um *topos*, definido como um princípio argumentativo do senso comum. Nesse sentido, uma conexão causal, por exemplo, pode ser estabelecida com base em relações semânticas reconhecidas e aceitas anteriormente ao ato de enunciação. Na segunda sentença, a cláusula “porque sempre o vejo em festas” é apresentada como “causa” para o fato de que João estuda pouco. Note-se que, nesse caso, não há a apresentação de uma causa real, mas uma tentativa de legitimar uma conclusão C, a saber, “Vejo João sempre em festas, portanto ele estuda pouco”. Assim, a cláusula “porque sempre o vejo em festas” desempenha uma função argumentativa, já que conduz à conclusão C, implícita no enunciado. Observa-se, portanto, que a noção de causa pode ser tomada em sentido estrito, quando se relaciona a outras noções

como as de condição, tempo e agentividade²³, ou em sentido amplo, quando se cruza com noções como as de razão, explicação, justificativa e argumento. (PAIVA, 1991, p. 13).

Há, ainda, cláusulas causais que representam “justificações para atos de fala” (PAIVA, 1991, p. 19). Nesse caso, A representa um ato de fala e B, uma justificativa para a sua realização, como se vê em

(10) Vá embora, João, porque já é muito tarde.

em que o ato de fala *ordem* tem como justificativa o fato de “já ser muito tarde”.

Em resumo, pode-se afirmar que a relação de causalidade, em se tratando da conexão de orações, pode ser evidenciada ou explorada (PAIVA, 1991, p. 19). O falante evidencia o elo de causalidade ao apresentar uma causa para um evento, estado ou um processo codificado na cláusula efeito. Esse elo é explorado quando o falante justifica/explica um ato de fala ou uma atitude expressa numa situação discursiva específica.

1.5.1 A conexão causal em gramáticas de orientação tradicional

Nas gramáticas tradicionais, a conexão causal é tratada no estudo das conjunções e do período composto. Em Terra (2002), Savioli (2002) (gramáticas didático-tradicionais) e Cunha e Cintra (2007), elencam-se conjunções que, nessa perspectiva, teriam se especializado, de um lado, em marcar explicação e, de outro, causa. Dessa maneira, são classificadas em coordenativas explicativas (*porque, que, porquanto* etc.) e subordinativas causais (*porque, como, já que*). Embora apresentem uma mesma conjunção como exemplo de coordenativa explicativa e subordinativa causal, como ocorre com o “porque”, nenhum desses gramáticos esclarece a diferença das noções *causa* e *explicação*. Implícita ou explicitamente, advogam a ideia de que a relação de causalidade tem sua origem na conjunção, e não no contexto sentencial em que se insere. A esse respeito, entre as gramáticas didático-tradicionais consultadas, apenas Nicola e Infante (2002) chamam a atenção para o fato de que “é o valor

²³ Paiva (1991, p. 14-6) reconhece que, em muitos casos, as noções de condição, tempo e agentividade estão diretamente relacionadas à noção de causa estrita. Entretanto, salienta que as fórmulas “Se tenho A, tenho B” (condição), “A antecede B” (tempo) e “A intencionalmente produz B” (agentividade) podem não ser aplicáveis a todos os casos de causa estrita.

das orações que se transfere às conjunções, e não o inverso” (NICOLA; INFANTE, 2002, p.303).

Bechara (2009) faz menção à relação de causalidade apenas na seção em que trata das conjunções. Ao apresentar a lista das principais conjunções e “locuções conjuntivas”²⁴ que marcam relações circunstanciais, Bechara considera causais as que exprimem “a causa, o motivo, a razão do pensamento da oração principal” (BECHARA, 2009, p. 326). Todavia, não há nenhuma consideração que leve à compreensão do que o autor entende por “causa”, “motivo” ou “razão”.

Conforme se mencionou na seção anterior, na perspectiva da gramática tradicional, a relação de causalidade é codificada pelas chamadas orações coordenadas explicativas e subordinativas adverbiais causais. Assim, a mesma distinção *explicação versus causa* está presente na classificação dessas orações. No entanto, assim como no capítulo dedicado às conjunções, não se apresentam os critérios que diferenciam as noções de explicação e causa. Cunha e Cintra (2007) afirmam que uma oração é coordenada explicativa, “se a conjunção é explicativa” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 611); mas, “se a conjunção é subordinativa causal”, é subordinada adverbial causal (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 619). Note-se que, nesse caso, está presente o pressuposto de que é a conjunção a responsável pelo estabelecimento da relação causal, e não o contexto sentencial em que a conexão se manifesta. Observem-se, abaixo, como as gramáticas didático-tradicionais consultadas definem as orações que estabelecem entre si uma conexão causal:

²⁴ Cf. seção 1.4.1, em que se mostra por que Bechara (2009) considera imprópria a denominação “locução conjuntiva”.

QUADRO 01: Definição de orações causais, segundo gramáticas didático-tradicionais

Gramática	Oração coordenada explicativa	Oração subordinada adverbial causal
Nicola e Infante (2002)	Exprime o motivo, a justificativa de se ter feito a declaração anterior. (p. 303)	Exprime a causa, o motivo do que se declara na oração principal. Causa pode ser definida como aquilo ou aquele que determina um acontecimento. (p. 335)
Terra (2002)	Exprime ideia de explicação, justificção, confirmação. (p. 268)	Exprime uma circunstância de causa, aqui entendida como motivo, isto é, aquilo que determina ou provoca um acontecimento. (p. 289)
Savioli (2002)	Aquela que estabelece uma relação de explicação . Explicação, aqui, deve ser entendida como confirmação do que se disse na oração anterior. (p. 98, grifos do autor)	Aquela que indica a causa provocada do processo expresso pelo verbo da oração principal. (p. 78)

A observação do quadro acima permite afirmar que, nessas gramáticas, o tratamento dado à definição da relação de causalidade é confuso e equivocado, o que representa um grande problema tanto para o professor de português da Educação Básica quanto para o aluno. Nicola e Infante (2002), por exemplo, assumem que tanto na coordenada explicativa quanto na subordinativa causal se tem o “motivo” do que se expressa na declaração anterior. Não estabelecem, portanto, nenhuma diferença entre causa e explicação, embora, contraditoriamente, coloquem essas “orações de motivo” em categorias diferentes. Outro termo que chama a atenção, nas definições apresentadas, é “confirmação”. Sobretudo em Savioli (2002), explicação reduz-se à *confirmação*: a fórmula “X porque Y /Y confirma X” parece ser bastante equivocada. O interessante é que, à página 100, Savioli apresenta o seguinte enunciado:

(11) “Deixa em paz meu coração/**que ele é um pote até aqui de mágoa**” (Chico Buarque)

em que o trecho em negrito – que, na realidade, representa uma justificativa para o ato de fala realizado na primeira oração – é classificado como oração coordenada explicativa. Fica claro,

portanto, que não é possível afirmar que a oração destacada em (11) representa uma “**confirmação** do que se disse na oração anterior” (SAVIOLI, 2002, p. 98).

Apesar de não ter havido nas gramáticas consultadas a explicitação dos critérios utilizados para diferenciar *explicação* e *causa*, é possível inferir que seus autores parecem se basear em aspectos de ordem sintática e prosódica (Cf. PAIVA, 1991, p. 18). Nesse sentido, sintaticamente, causas estão para subordinação, enquanto que explicações estão para coordenação. Prosodicamente, a pausa que marca a separação das orações causais é menos acentuada da que separa as explicativas. Em todas as gramáticas examinadas, observa-se que os exemplos referentes às orações explicativas apresentam vírgula antes da conjunção; ao contrário, nos exemplos das orações causais, não se identifica a separação entre as orações. Vejam-se os enunciados a seguir, ambos retirados de Savioli (2002):

(12) A sessão foi suspensa **porque faltou energia elétrica** (SAVIOLI, 2002, p. 78)

(13) Deve ter chovido, **pois o chão está molhado**. (SAVIOLI, 2002, p.98)

As orações em destaque são apresentadas, respectivamente, como exemplo de oração subordinada causal e oração coordenada explicativa. Conforme assinalado, do ponto de vista semântico, o autor não estabelece uma distinção pertinente entre os dois tipos de oração. A partir da observação dos exemplos acima, é possível inferir que a distinção entre *explicação* e *causa*, nesse caso, é estabelecida com base no aspecto sintático e prosódico, de modo que a marcação formal da pausa entre as orações, como é o caso de (13), é responsável por estabelecer uma relação de coordenação entre as orações, atribuindo o caráter de *explicação* à relação semântica estabelecida entre elas. Esses, no entanto, são critérios questionáveis e/ou insuficientes para diferenciar estruturas que codificam causalidade (CARVALHO, 2006; CUNHA, 2001; NEVES, 2001).

1.5.2 A conexão causal em gramáticas de orientação linguística

Para esta breve discussão sobre o tratamento dado à conexão causal pelas gramáticas descritivas, foram consultados Perini (2006), Perini (2010), Castilho (2010) e Neves (2000). Em Perini (2006) e Perini (2010), nada se diz a respeito da relação de causalidade. Há apenas observações avulsas que permitem inferir que o autor atribui um caráter adverbial à conexão

causal. Nesses dois trabalhos, embora se apresentem os mecanismos de junção de cláusulas, não há uma classificação sistemática de orações, tampouco das conjunções/coordenadores (cf. seção 1.4.1) responsáveis por sua conexão.

No capítulo dedicado ao estudo do período composto (sentença complexa), Castilho (2010) apresenta algumas referências à relação de causalidade. Ao tratar da combinação de cláusulas, o autor chama a atenção para o fato de que o estabelecimento de relações semânticas entre orações não depende de conjunções, fornecendo como exemplo a relação de causalidade, que pode ser expressa “(i) por um complemento interno à oração; (ii) por verbos do tipo causar, provocar; (iii) pela retomada mediante um anafórico, em função de complemento de causa...”(CASTILHO, 2010, p. 344). Castilho também reconhece que, na relação de causalidade, existe diferença entre explicação e causação, admitindo a classificação em oração coordenada explicativa, para o primeiro caso, e subordinada adverbial causal, para o segundo. Apresenta, então, os seguintes exemplos:

(14) A rua está molhada porque choveu.

(15) Choveu, porque a rua está molhada.

No primeiro caso, Castilho alega haver a causação, pois o “operador” *porque* liga dois conteúdos proposicionais, caracterizados, respectivamente, como efeito e causa. No segundo caso, o segmento “porque a rua está molhada” não pode ser apontado como causa do fenômeno “chover”. Trata-se, portanto, de uma explicação possível (CASTILHO, 2010, p. 348). É possível afirmar, então, que o autor considera adverbiais causais apenas as orações que expressam causa estrita, ficando a classificação em coordenadas explicativas para as que expressam relação causal em sentido mais amplo. Seu tratamento, portanto, é bastante semelhante ao que se vê na perspectiva tradicional.

Ao tratar especificamente das orações adverbiais causais, Castilho (2010, p. 374) cita as principais conjunções que as introduzem, a saber, *porque*, *desde que*, *como*, *que*, *já que*, destacando ser a primeira a conjunção prototípica da causalidade no português brasileiro. Na mesma seção em que trata das orações adverbiais causais, baseando-se em Dias de Moraes (1987), Castilho faz referência ao uso do *porque* depois de imperativo e apresenta o seguinte exemplo:

(16) “não me chame de madame H...porque madame aqui no Brasil (...) casa de madame...como se fosse uma casa de coleteira...” (CASTILHO, 2010, p. 374)

O autor reconhece haver em (16), no segmento introduzido pela conjunção *porque*, uma causa explícita. Entretanto, esse mesmo segmento pode ser visto como uma justificação ao ato de fala *ordem* presente na primeira oração. Por admitir a diferença entre explicação e causação, esse não seria um exemplo mais adequado à explicação, devendo, portanto, ser apresentado no rol das coordenadas explicativas, e não das subordinadas causais?

Neves (2000) apresenta um tratamento mais pormenorizado acerca da relação de causalidade. Após elencar os itens conjuncionais responsáveis pela conexão causal²⁵, descreve a relação de causalidade tomada em dois sentidos mais gerais, a saber, o estrito e o amplo. A causa estrita refere-se à relação *causa-consequência*, ou *causa-efeito*, entre dois eventos e pressupõe uma anterioridade temporal da causa em relação ao efeito. Porém, nos casos em que a “causa efetiva”, nos termos de Neves (2000, p. 804), é estabelecida entre estados de coisas não dinâmicos, não há a implicação da temporalidade. A causa ampla, por sua vez, pode se manifestar a) no domínio epistêmico, em que a relação causal se pauta em um conhecimento, julgamento ou crença do falante, tradicionalmente denominada “causa formal” e b) nas relações entre um ato de fala²⁶ e a expressão do que motivou este ato. A relação causal do tipo b) é “uma relação mais frouxa do que uma relação verdadeiramente **causal** (em qualquer de suas subespécies, como **motivo**, **razão**, **justificativa** etc.), próximo de uma **explicação**” (NEVES, 2000, p. 806, grifos da autora). Em resumo, a proposta de Neves prevê que as relações causais podem se dar entre predicacões (estados de coisas); entre proposições (fatos possíveis) ou entre enunciados (atos de fala). Poder-se-ia postular um *continuum* a partir dessa proposta, levando em conta que a relação causal, como uma categoria cognitiva, apresenta nuances que podem ser postas em termos de uma escala crescente de abstratização. Assim:

CAUSA EFETIVA (ENTRE PREDICAÇÕES) > CAUSA FORMAL (ENTRE PROPOSIÇÕES > EXPLICAÇÃO (ENTRE ENUNCIADOS)

Em virtude dos aspectos cotejados nesta seção, nota-se que a relação de causalidade é pouco explorada, tanto na perspectiva tradicional quanto nos trabalhos de orientação linguística. Quando se trata, em ambas as perspectivas, da conexão causal, a proposta de

²⁵ Neves (2000, p. 803) menciona, inclusive, a locução conjuntiva *por causa que*, destacando que ela pertence a um registro “distenso”.

²⁶ Neves (2000, p. 805) considera os seguintes atos de fala: declarativo, interrogativo e injuntivo (deônico ou imperativo).

distinção das noções de causa e explicação é bastante obscura, não dispondo ainda de critérios mais precisos que possam explicá-la. Vale ressaltar, entretanto, que Neves (2000) apresenta uma análise bastante profícua à compreensão da configuração da relação causal entre cláusulas no português do Brasil.

Outro trabalho que tem destaque no estudo das conjunções e de articulação de cláusulas é o de Sweetser (1991). Veja-se, abaixo, como a autora analisa a relação de causalidade.

1.5.3 O Tratamento de Sweetser (1991)

Uma mesma relação semântica, como a de causa, pode apresentar valores ambíguos e diversos, que são pragmaticamente determinados. Nesse sentido, as conjunções, por exemplo, por explicitarem uma relação semântica estabelecida na conexão de orações, podem ser polissêmicas, ou polifuncionais, como destaca Castilho (2010, p. 345). Sweetser (1991, p. 76-86) examina os diferentes valores causais da conjunção inglesa “because”, propondo que a relação de causalidade pode se manifestar em três domínios distintos – referencial, epistêmico e dos atos de fala.

Para explicar cada manifestação, a autora fornece os seguintes exemplos:

(17) John came back because he loved her.

(18) John loved her, because he came back.

(19) What are you doing tonight, because there’s a good movie on.²⁷

No primeiro caso, uma causa real conecta as duas orações: o amor que John sentia por ela é apontado como causa de seu retorno. No caso seguinte, a inversão das orações provocou uma alteração na relação causal estabelecida, visto que, factual e diretamente, não é possível dizer que o retorno de John foi a causa do amor que ele sentia por ela. Nesse caso, a relação *efeito* (“John loved her”)/*causa* (“because he came back”) é entendida em termos de conhecimentos outros que extrapolam o nível referencial: há, na realidade, uma conclusão baseada em inferências do locutor (“João voltou, portanto ele a amava.”). Em (19), se

²⁷ João voltou porque a amava/ João a amava, porque voltou/O que você vai fazer esta noite, porque está passando um filme legal.

considerada referencialmente, a relação causal estabelecida não teria coerência: como a afirmação de que “um filme legal está sendo exibido” pode ser causa da pergunta “o que você vai fazer nesta noite?”? Na realidade, a oração introduzida pela conjunção causal “because” representa uma justificativa para o ato de fala codificado na primeira oração: pergunto o que você vai fazer esta noite, porque quero sugerir que vejamos um filme. Vejam-se mais exemplos abaixo:

(20) Antônio não concluiu o trabalho porque foi impedido pelos colegas.

(21) O trabalho foi concluído, porque Antônio está tranquilo.

(22) Conclua o trabalho, Antônio, porque terá de entregá-lo amanhã.

Em (20), a não conclusão do trabalho se deveu à ação de impedimento efetuada pelos colegas de Antônio. Nesse caso, uma causa real é assinalada, apresentando, inclusive, o traço de *agentividade* (a referida ação foi praticada pelos colegas de Antônio – causa), caracterizador de uma relação causal prototípica. No segundo caso, o fato de Antônio estar tranquilo não pode ser causa real da conclusão do trabalho: a relação de causalidade, nesse caso, é estabelecida com base na inferência de que a tranquilidade de Antônio sinaliza que ele concluiu o trabalho. Para Anscombe (1993 apud PAIVA, 1991), a cláusula “porque Antônio está tranquilo” representa uma causa alegada, “a causa criada pelo falante no ato da enunciação, estabelecida a partir do seu julgamento acerca da relação entre os fatos” (PAIVA, 1991, p. 14). Em (22), a relação causal é estabelecida a partir da seguinte interpretação: estou pedindo/ordenando que você, Antônio, conclua o trabalho e justifico esse pedido/ordem salientando que o prazo para entregá-lo está se esgotando. Assim, a conjunção causal em (20) está no domínio referencial; em (21), no domínio epistêmico e, em (22), no domínio dos atos de fala:

Causal conjunction is in the speech-act domain, then, indicates causal explanation of a speech act being performed, while in the epistemic domain a causal conjunction will mark the cause of a belief or a conclusion, and in the content domain it will mark a “real-world” causality of an event. (SWEETSER, 1991, p. 81)²⁸

Há casos, entretanto, casos em que a determinação desses domínios se torna ambígua, como se observa no enunciado a seguir:

²⁸ Uma conjunção causal no domínio dos atos de fala indica, portanto, uma explicação do ato de fala sendo realizado, enquanto no domínio epistêmico uma conjunção causal marcará a causa de uma crença ou conclusão, e no domínio referencial marcará a causa, observável no mundo real, de um evento.

(23) Antônio não concluiu o trabalho porque decidiu viajar.

em que duas interpretações são possíveis. Pode-se considerar, de imediato, que a decisão de viajar, ou seja, a redução de tempo disponível para a conclusão do trabalho, é causa real do fato de Antônio não o ter concluído. Numa outra leitura, a ideia de redução de tempo para a conclusão do trabalho pode não ser codificada de imediato. Com isso, a “decisão de viajar”, em si, não pode ser considerada causa efetiva para a não conclusão do trabalho, a menos que o locutor assuma essa relação a partir de uma conclusão pessoal. Dessa forma, a relação causal presente em (23) pode ser flagrada no domínio referencial ou no domínio epistêmico. Sweetser (1991, p. 78) assinala que a escolha da interpretação correta da relação de causalidade depende do contexto pragmático em que a sentença se insere. Em outras palavras, “a noção de causalidade só pode ser investigada com relação à organização do discurso, aí incluídas todas as questões ligadas à distribuição de informação e à orientação argumentativa” (NEVES, 2000, p. 808).

A proposta descrita acima se assemelha bastante ao tratamento apresentado por Neves (2000). No entanto, a partir dos exemplos por ela apresentados, pode-se inferir que Sweetser (1991) inclui no domínio dos atos de fala apenas os casos em que o ato de fala realizado no segmento efeito é *injuntivo* (pedido, ordem, conselho) ou *interrogativo*. Neves (2000), além de reconhecer esses atos, trata mais explicitamente dos atos de fala declarativos. No enunciado a seguir, por exemplo, o segmento causal justifica um ato de fala declarativo, uma vez que ao afirmar “Prometo que lhe contarei o segredo”, o locutor não está apenas dizendo algo, mas realizando algo, a saber, fazendo uma promessa:

(24) Prometo que lhe contarei o segredo, porque confio em você.

Dado o exposto, além dos atos *injuntivos* e *interrogativos*, é possível reconhecer, conforme o faz Neves (2000), que

as frases declarativas podem encerrar atos de fala. Quando o fazem, são chamadas de Performativas, segundo a proposta de Austin (1962, 1970). As asserções propriamente ditas caracterizam as chamadas frases Constativas. Assim, quando uma frase é realizada não apenas para dizer algo, mas para fazer alguma coisa, dizemos que é performativa (CABRAL, 2010, p. 25).

As propostas de Neves (2000) e Sweetser (1991), dentro do universo de investigação deste trabalho, apresentaram-se como as mais adequadas quanto à noção de causalidade: ambas as autoras, assentadas numa visão funcionalista da linguagem, assumem que a relação de causalidade pode ser investigada a partir de um *continuum*. Assim, o rompimento com a visão dicotômica, tão recorrente nas gramáticas de orientação tradicional, permite mostrar que, na realidade, a relação de causalidade se dispõe numa escala crescente de abstratização, havendo, nesse sentido, noções de causa mais concretas, quando, por exemplo, a causalidade se estabelece entre eventos do mundo real, e noções de causa mais alargadas, quando o falante explora o elo de causalidade com finalidades diversas, como, por exemplo, fornecer uma justificativa para um ato de fala. Essas parecem alternativas seguras para o exame de construções causais (Cf. CANDIDO, 2009; PAIVA; BRAGA, 2010), na medida em que não se atêm a categorias estanques, mas reconhece o caráter fluido das relações semânticas e, por conseguinte, da língua.

2 METODOLOGIA

Este capítulo descreve as decisões metodológicas assumidas no presente trabalho. Dado o caráter também qualitativo da investigação proposta, é possível notar que muitas considerações aqui apresentadas retomam aspectos teóricos discutidos no capítulo anterior. Inicialmente, justifica-se a escolha dos *corpora*. Em seguida, esses *corpora* são caracterizados, sobretudo, quanto à sua localização espacial, temporal e ao estrato sócio-educacional dos informantes. Por fim, descrevem-se os procedimentos metodológicos de análise. Há, ainda, comentários sobre questões problemáticas que se fizeram presentes quando da seleção e análise dos dados.

2.1 Os *corpora*: escolha e caracterização

Foram selecionados como *corpora* deste trabalho amostras do português brasileiro falado. A opção por amostras de língua falada foi inevitável, visto que o objeto de estudo deste trabalho – a locução *por causa que* – não representa uma forma respaldada na norma padrão ou mesmo na norma culta, fato que, muito provavelmente, impõe limitações ao seu uso na modalidade escrita tradicional²⁹. Neves (2000, p. 803), por exemplo, destaca que o uso do *por causa que* “pertence a um registro distenso”. Desse modo, numa tentativa de encontrar o maior número possível de ocorrências dessa locução, buscaram-se amostras de língua falada que refletissem, sem grandes restrições, outras normas mais isentas de influências da norma padrão. Ainda assim, conforme se verá adiante, o número de ocorrências de *por causa que* encontrado foi irrisório, sobretudo se comparado aos números referentes ao conector *porque*. Foram, então, selecionados três *corpora* de língua falada, que trazem amostras de fala de dois estados brasileiros: Bahia e Minas Gerais. Referentes ao estado da Bahia, têm-se os *corpora* organizados na *Coleção Amostras da Língua Falada no Semi-Árido Baiano* e no âmbito do *Projeto Vertentes*. As amostras de Minas Gerais estão no *corpus* do *Projeto Mineirês*.

²⁹ Embora possa haver textos que se estruturam em gêneros textuais mais informais, sendo, por isso, mais isentos de influências da norma padrão, a referência à “modalidade escrita tradicional” está relacionada ao fato de que, tradicionalmente, o texto escrito é visto como o lugar da normatização linguística, que se dá em detrimento da variação.

Assim, parte dos dados foi encontrada na *Coleção Amostras da Língua Falada no Semi-Árido Baiano*, corpus organizado na Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (UEFS), sob a coordenação das professoras Norma Lúcia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. A coleção é organizada em quatro volumes, cada um trazendo amostras de regiões diferentes do semi-árido baiano, a saber: zona rural de Anselino da Fonseca (Piemonte da Diamantina); zona rural de Rio de Contas (Chapada Diamantina); zona rural de Feira de Santana (Paraguaçu) e zona rural de Jeremoabo (Nordeste). Essas amostras foram coletadas no período de 1996 a 2002. Os demais dados foram encontrados em amostras do português falado em comunidades também rurais da Bahia – Sapé, Helvécia, Rio de Contas e Cinzento – catalogadas pelo *Projeto Vertentes*, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob a coordenação do professor Dante Lucchesi. Esse corpus foi constituído na primeira etapa do projeto, que focalizou o português falado em comunidades rurais afro-brasileiras do interior da Bahia³⁰. As amostras desse projeto também foram coletadas no período de transição entre os séculos XX e XXI. Embora não se tenham considerado, nesta investigação, variáveis sociais, vale salientar que os informantes de ambos os corpora possuem baixa (até as séries iniciais do Ensino Fundamental II) ou nenhuma escolaridade, além de pertencerem a faixas etárias diversas. O *Projeto Mineirês* foi coordenado pela professora Jânia Martins Ramos e desenvolvido entre 2006 a 2008, na Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse corpus, encontram-se amostras de fala, disponíveis eletronicamente³¹, das seguintes cidades mineiras: Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana, Arceburgo, São João da Ponte e Piranga. Assim como os outros dois corpora, esse último tem como informantes falantes de sexo, nível de escolaridade e faixa etária distintos. Quanto ao nível de escolaridade, os inquéritos do *Projeto Mineirês* utilizados neste trabalho, em sua maioria, dizem respeito a informantes com baixa (Ensino Fundamental II incompleto) ou nenhuma escolaridade. Apenas dois dos inquéritos registram a fala de informantes com Ensino Médio incompleto. Mais uma vez, vale destacar que esta investigação não tem caráter sociolinguístico; não interessa a ela, portanto, as variáveis estratificadas apontadas nesses inquéritos.

Como assinalado, os três corpora fornecem amostras do português brasileiro falado que se localizam na transição entre os séculos XX e XXI, como é o caso dos dois primeiros, e no início do século XXI (2006-2008), conforme se observa no *Projeto Mineirês*. Esse recorte

³⁰ Para mais informações, consultar o site do projeto: vertentes.ufba.br.

³¹ Site do projeto: letras.ufmg.br/mineires/.

temporal representa, portanto, a **sincronia** sobre a qual o presente trabalho se debruça. A distribuição dos dados de *por causa que* por *corpus* pode ser vista na tabela abaixo:

TABELA 01: Distribuição dos dados de *por causa que* por *corpus*

<i>Corpus /Comunidades/Cidades</i>		
<i>Coleção Amostras da Língua Falada no Semi-Árido baiano</i>	Inquéritos³²	Ocorrências
Zona rural de Rio de Contas (Chapada Diamantina)	06	12
Zona rural de Feira de Santana (Paraguaçu)	01	01
Zona rural de Jeremoabo (Nordeste)	04	17
Zona Rural de Anselino da Fonseca (Piemonte da Diamantina)	-	-
Subtotal	11	30
<i>Projeto Vertentes</i>		
Helvécia	03	09
Sapé	03	08
Rio de Contas	01	01
Cinzento	01	01
Subtotal	08	19
<i>Projeto Mineirês</i>		
Belo Horizonte	01	03
Mariana	09	44
Ouro Preto	01	02
Acerburgo	01	01
São José da Ponte	01	01
Piranga	-	-
Subtotal	13	51
TOTAL	32	100

³² Apenas os que apresentaram ocorrência de *por causa que*.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, foi necessário, além do levantamento das ocorrências de *por causa que*, coletar as ocorrências dos conectores *por causa de*, *porque* e *que*. Decidiu-se, então, considerar essas ocorrências apenas nos mesmos inquéritos em que se encontrou a forma *por causa que*. Ainda assim, a tabela a seguir permite visualizar a desproporcionalidade de frequência entre as formas:

TABELA 02: Frequência *token* dos conectores causais encontrados nos *corpora*

Conector	Frequência <i>token</i>	(%)
<i>Por causa que</i>	100	12
<i>Por causa de</i>	56	07
<i>Porque</i>	442	52
<i>Que</i>	245	29
Total ³³	843	100

Observa-se, portanto, que a forma *porque* mantém-se como o conector causal mais usado no português falado (PAIVA, 1991; BARRETO, 1999; NEVES, 1999;2000), representando 52% do total de *tokens*³⁴ identificados nos *corpora*. A forma *que* também apresenta um percentual expressivo de uso. A forma *por causa que*, por sua vez, representa apenas 12% do total de *tokens*, seguida pela sua forma fonte, *por causa de*, a menos frequente. A baixa incidência da forma *por causa que* reforça a interpretação de ser ela uma forma em estágio incipiente de gramaticalização, como defende Paiva (2001), questão que será retomada nos capítulos de análise.

2.2 Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa que se inscreve numa visão funcionalista da linguagem. Assim, as análises aqui desenvolvidas – bem como a base teórica das hipóteses e explicações

³³Total resultante dos dados já metodologicamente selecionados. A princípio, esse total chegou a 923 *tokens*. Por razões metodológicas, a serem explicadas adiante, 80 casos tiveram de ser excluídos da amostra. Em relação à forma *por causa que*, apenas 01 *token* foi excluído.

³⁴Explicação sobre os critérios de frequência é apresentada na seção seguinte.

apresentadas para o fenômeno em estudo – baseiam-se na ideia de que a língua em uso está sob constante influência de pressões cognitivas e pragmáticas, que se assentam nas negociações comunicativas. Essa visão se confirma, por exemplo, no fato de que alguns princípios do Funcionalismo, como o da Informatividade e da Iconicidade (Cf. seção 1.1.1), estão presentes no decorrer da análise: a questão da informatividade, por exemplo, referencia a análise da ordenação das cláusulas introduzidas pelo conector *por causa que* (cf. 2.3).

Além dos aspectos teórico-metodológicos diretamente relacionados ao Funcionalismo, considera-se a Teoria da Gramaticalização, responsável por fornecer ferramentas, também teórico-metodológicas, para análises qualitativas de formas em vias de inserção mais aprofundada na esfera dos recursos gramaticais, como é o caso da locução *por causa que*. Fica evidenciado, portanto, que este é um trabalho desenvolvido a partir de análises notadamente qualitativo-quantitativas, que se pautam na Gramaticalização, de base funcionalista. Ademais, conforme explicitado na seção anterior, adota-se, nessas análises, uma perspectiva sincrônica.

Os Princípios de Hopper (1991) e a proposta de análise semântico-pragmática de conectores proposta por Sweetser (1991) têm destaque neste trabalho por representarem, a um só tempo, recursos metodológicos e explicativos para a compreensão do processo de gramaticalização da locução *por causa que*. Assim, os princípios de Hopper (1991) são utilizados para atestar que a mencionada locução representa um caso de gramaticalização em perspectiva sincrônica. Através das propostas de Sweetser (1991) e, ainda, de Traugott e König (1991), descrevem-se os padrões semântico-pragmáticos dessa locução e dos demais conectores causais identificados nos *corpora*.

Quanto à análise proposta a partir de Sweetser (1991), cabe aqui salientar que analisar os dados quanto aos domínios de causalidade, sobretudo quando tais dados pertencem a amostras de língua falada, não representa uma tarefa fácil. A fluidez do discurso oral e a estrutura textual do gênero *entrevista* tornam a análise árdua, devido a razões sintáticas e discursivo-pragmáticas. A primeira diz respeito ao fato de as construções em análise, na maioria dos casos, não aparecerem sob a forma prototípica “oração efeito + conector + oração causal”. Na realidade, há porções discursivas³⁵ que se relacionam através da relação de causalidade, como se pode ver abaixo:

³⁵ Para referir-se aos segmentos ligados através dos conectores causais, utiliza-se a expressão “cláusula” ou mesmo “segmento”, que aqui não devem ser entendidos como “oração” nos termos tradicionais, embora possa haver casos em que a “cláusula”/“segmento” tenha apenas um verbo ou locução verbal (uma “oração”). Desse modo, em muitos casos, o termo “cláusula”/ “segmento” refere-se a estruturas com mais de um verbo, representando uma “porção discursiva” mais ampla.

(01) ...eu ganhei muito presente, sabe por que eu gostei muito [desse meu aniversário]? *Por causa que* foi a única festa que teve muitos amigos que foi da minha escola. (PM, MAR, 49)³⁶

Nesse enunciado, tanto o segmento efeito quanto o causal não se estruturam a partir de um único verbo. No primeiro segmento, há duas orações, uma delas representando uma declaração e a outra, uma interrogação: [“eu ganhei muito presente” + “sabe por que eu gostei muito?”]. No segmento causal, também é possível identificar mais de uma oração: [“foi a única festa” + “que teve muitos amigos” + “que foi da minha escola”]. Daí, para a análise da relação de causalidade estabelecida, ser necessário focar todo o conjunto de orações, considerando, inevitavelmente, aspectos discursivos. Nesse caso, por exemplo, nota-se que a “causa” apontada pelo informante recai, na realidade, sobre um **segmento efeito implícito**, que seria a resposta da própria pergunta lançada pelo informante:

...eu ganhei muito presente, sabe por que eu gostei muito?” – **Segmento 01**

[Eu gostei muito] – **Segmento implícito (efeito)**

“*por causa que* foi a única festa que teve muitos amigos...” – **Segmento 02 (causal)**

Nos *corpora* consultados, casos em que o segmento efeito aparece implícito são comuns, conforme mostram (02) e (03):

(02) Doc.: E por que a noiva acabô o casamento?

Inf.: *Por causa que* a noiva num quis ele mais. (PV, S, 05)

(03) Doc.: Mas por que parô de estudá?

Inf.: **Por causa do** trabalho. (PV, S, 02)

Nesses casos, o segmento efeito é sugerido pela pergunta feita pelo documentador. Considera-se, portanto, que, na realidade, esse segmento está implícito na resposta do informante. Desse modo, (03a) a seguir representa uma paráfrase de (03), em que o segmento efeito é explicitado:

³⁶ Ressalta-se que, na reprodução dos exemplos, manteve-se a transcrição grafemática original das entrevistas que compõem esses *corpora*. A identificação dos exemplos se dá da seguinte forma: a primeira sigla refere-se ao *corpus*; a segunda, à região ou comunidade catalogada e, por fim, apresenta-se a identificação do informante, que pode ser feita através da abreviação do seu nome ou através de numeração. Por exemplo, em “ALFSB, RC, 01”, têm-se: “Amstras de Língua Falada no Semi-Árido Baiano, Rio de Contas (Comunidade) e informante 01”

(03a) *Parei de estudar por causa do trabalho.*

Sobre os usos do conector *porque* na língua falada, Paiva (1995, p. 30) destaca que essa forma pode referir-se a “enunciações implícitas”. Nos *corpora* consultados, constata-se que não apenas o *porque* pode estar ligado a um segmento implícito, mas as formas *por causa que*, *por causa de* e *que*.

Ainda sobre a fluidez sintática, há casos bastante ambíguos quanto à ordenação dos segmentos causais. Nesses casos, não é possível precisar a posição do segmento causal, se anteposto ou posposto ao segmento efeito:

(04)...Sabia lê o livro, né, e eu num sabia aí eu fui enfezei, depois tamém eu não vô estudá mais ***porque eu num aprendo nada*** aí eu saí da escola.. (PV, C, 01)

Como se percebe, no exemplo acima, a cláusula em destaque é ambígua quanto à ordenação clausal causa-efeito. Os dois esquemas abaixo são possíveis:

(04a) Eu não vô estudá mais ***porque eu num aprendo nada***.

(04b) ***Porque eu num aprendo nada*** aí eu saí da escola.

Paiva (1991, p. 163), no entanto, afirma que, muitas vezes, “os enunciados causais antepostos são estruturados por uma acumulação de conectores que auxiliam na definição da ordenação das cláusulas e do esquema interpretativo”. Com base nisso, a ambiguidade em (04) é desfeita quando se considera o conector “aí”, que explicita a ideia de efeito, conduzindo à interpretação exposta em (04b). Haveria, então, em (04), a anteposição do segmento causal. Em muitos outros casos, entretanto, não há a presença de elementos que possam auxiliar a desfazer a ambiguidade, conforme se pode observar em (05):

(05) e a gente brincou das milhões das espãs demais, ***por causa que tinha um montão de menina lá querendo brincar***, a gente falô assim, as dez espãs demais! (PM, MAR, 49)

Nesse caso, a ambiguidade quanto à ordenação do segmento causal acaba por dificultar a análise semântico-pragmática: o segmento causal destacado, em referência ao segmento anterior, tem uma leitura mais referencial, enquanto que, em relação ao segmento seguinte, parece localizar a relação causal no domínio dos atos de fala.

A exclusão de dados se deveu à impossibilidade de interpretar enunciados que apresentaram segmentos causais incompletos ou se caracterizaram como segmentos com informações truncadas. Casos como o de (06) a seguir foram, portanto, excluídos da amostra. Observe-se que, no segmento causal destacado, há um trecho ininteligível, o que dificulta uma compreensão mais segura de todo o enunciado:

(06) ...Não, não foi sonho não, um negócio mesmo, me pegou, fiquei assim adormecido ali [inint], mas não tive medo não, **porque quando eu [inint] tive medo não.** (ALFSB, J, 10)

O maior número de dados excluídos refere-se às construções com *que*. Muitos são os enunciados em que a definição do caráter morfossintático dessa forma é ambígua, conforme mostra (07):

(07) À noite, o costume a gente levantá pra dá água a ela – também ela era uma pessoa assim, que não lhe pedia nada duma santa vida. Nada. Quando a gente procurava ela, *porque* ela não pedia as coisa a gente, ela falava que não pedia não, **que** tudo que ela queria a gente já dava a ela sem pedi. (PV, RC, 11)

É possível considerar a forma em destaque como um complementizador. Nesse sentido, o segmento por ele introduzido não seria causal, mas uma cláusula com função de objeto direto:

(07a) [Ela falava] + [**que** tudo que ela queria a gente já dava a ela sem pedi]

Outra leitura possível atribui o caráter de conector causal à forma *que* destacada em (07). Assim:

(07b) [Ela falava que não pedia não] + [(por) **que** tudo que ela queria a gente já dava a ela sem pedi.]

Em (08) abaixo, também se pode identificar que a forma em destaque tem caráter ambíguo:

(08) Tem uma professora que chama NP de Matemática. Ela adora comprá essas coisa, mas só que... Eu num sei ondê que é a casa dela. Ela me deu o endereço mas eu fiquei igual boba procurano na rua o endereço dela. Mas eu num achei não. Eu já fui na casa, é, minha mãe já

vendeu na casa da ...Mãe dela um tecido desse. Nó, eu acho que ela comprô uns cinco tecido desse. **Que** ela acha lindo demais. (PM, MAR, 65, 11a)

O *que* destacado pode ser considerado um pronome relativo, responsável por encaixar a oração “que ela acha lindo demais” no SN “uns cinco tecido desse”. É válido notar que o segmento introduzido pela forma *que* constitui uma unidade entonacional independente, dada a pausa bem marcada que o separa da porção discursiva anterior. Tem-se, nesse caso, um **adendo**, denominação adotada por Paiva (1991; 1993), seguindo uma tradução de Marcuschi (1989 apud PAIVA, 1991) para o termo “afterthought”, proposto por Chafe (1984 apud PAIVA, 1991). Portanto, caracteriza-se como *adendo* toda cláusula que constitui o contorno entonacional independente, embora esteja semântica e discursivamente ligada ao discurso anterior (PAIVA, 1991, p. 181). O fato de a cláusula “que ela acha lindo demais” aparecer sob a forma de *adendo*³⁷ induz a uma leitura causal do segmento, já que

A independência entonacional entre o segmento introduzido por *que* e o segmento precedente, se não anula completamente a ambigüidade, favorece fortemente uma interpretação de relação causal entre os dois segmentos constituintes do enunciado, determinando um escopo distinto: *que* está ligado a todo o segmento anterior e não a um constituinte deste. Essa relação seria parafraseável por *porque*. (PAIVA, 1993, p.09)

Mesmo que pudesse haver elementos favorecedores de uma leitura causal, optou-se por excluir da amostra deste trabalho todos os casos em que se pode identificar a ambigüidade exemplificada em (07) e (08) acima.

Por fim, é preciso salientar que, embora seja notadamente qualitativa, a presente pesquisa não pode estar isenta de quantificações, as quais são importantes, inclusive, para validar a própria análise qualitativa. No decorrer do trabalho, apresentam-se resultados referentes a diferentes frequências dos dados que constituem a amostra. A aferição dessas frequências pauta-se na proposta de Bybee (2003). Dessa maneira, os dados são organizados como frequência *token* e *type*: a primeira diz respeito à frequência de um item independentemente de sua função; a segunda refere-se à frequência das diferentes funções que um dado item ou construção assume. A frequência com que um determinado item ocorre pode contribuir para motivar as mudanças que ocorrem na gramaticalização. Assim, a consideração

³⁷ Chama a atenção também o fato de a grande maioria das cláusulas causais *adendos*, identificadas nas amostras desta pesquisa, marcar a relação de causalidade no domínio dos atos de fala, sobretudo nas construções com *que*. Ao que parece, a “frouxidão” da relação causal estabelecida no discurso se manifesta também no nível sintático. Lopes (2004, p. 108) assegura que a “quebra entoacional” entre os segmentos da construção sugere uma leitura de causa menos estrita.

das frequências *token/type* caracteriza-se tanto como uma análise quantitativa quanto qualitativa. E como recurso técnico para a contagem dos dados em suas diferentes frequências utilizou-se o programa **GoldVarb 2001**, tão caro às pesquisas sociolinguísticas. O uso que aqui se fez deste programa não objetivou avaliar a influência de variáveis na gramaticalização do conector *por causa que*, por isso não se obteve, por exemplo, o peso relativo de variáveis: a primeira e única rodada feita para este trabalho teve como objetivo único a obtenção de resultados percentuais.

3 PROPRIEDADES GRAMATICAIS E SEMÂNTICO-DISCURSIVAS DAS CONSTRUÇÕES COM *POR CAUSA QUE*

O objetivo deste capítulo é caracterizar a locução *por causa que* e as construções em que se insere, levando em consideração propriedades gramaticais e semântico-discursivas. A princípio, apresenta-se uma análise das características que explicitam o caráter conjuncional desse elemento. Em seguida, à luz de propostas semântico-cognitivas (SWEETSER, 1991; TRAUGOTT; KÖNIG, 1991), investigam-se os seus padrões de uso no português falado. As análises subsequentes tomam como ponto de partida não a locução *por causa que* em si, mas todo o complexo clausal em que se insere – segmento causal e segmento efeito –, com o intuito de apresentar uma descrição, sobretudo discursiva, dessas construções. Conforme se verá, grande parte dos resultados apresentados evidencia várias convergências entre as construções com *por causa que* e aquelas com o conector *porque*, considerado a conjunção causal prototípica.

3.1 Estatuto conjuncional de *por causa que*

A hipótese que norteou este trabalho (Cf. PAIVA, 2001) prevê que, via gramaticalização, o conector interclausal *por causa que* originou-se do conector *por causa de*, prototipicamente intraclausal. Ainda que esta seja uma investigação sincrônica, foi necessária uma busca preliminar, com o objetivo de encontrar possíveis ocorrências de *por causa que* em textos representativos de períodos anteriores do português, a fim de legitimar a hipótese de que o processo de gramaticalização dessa locução é recente, o que será melhor discutido abaixo. Além disso, tal busca se fez necessária para aventar hipóteses acerca da inserção do subordinador *que* à locução *por causa de*, processo que resultou na constituição do conector *por causa (de) que*.

Como não se intentou proceder a uma investigação diacrônica, apenas uma pequena amostra foi analisada³⁸. Nenhum dos textos – datados do século XIV ao XVIII – apresentaram

³⁸ A amostra foi constituída pelos seguintes textos: *Crônica Geral de Espanha* (Século XIV); *Chronica de El Rey D. Dinis IV de Portugal* (Século XIV); *Chronica del-Rei D. Afonso Henriques* (Século XV); *Crônica dos Reis de Bisnaga* (Século XVI); *Cartas – Cavaleiro de Oliveira* (Século XVIII).

ocorrências do conector *por causa que*. Entretanto, em uma das *Cartas de Cavaleiro de Oliveira* (século XVIII), foi possível detectar uma ocorrência bastante interessante, como se vê abaixo:

(01) Disse-me que a tinha visto e, lisonjeando-me novamente a esperança, nomeei-vos também, e respondeu que vos não conhecia, dando-me *por causa que* só uma vez estivera na Ópera... (grifo acrescido).

É possível inferir, a partir da análise de (01), que o item *que* presente na construção grifada assume valor morfossintático de pronome relativo. Assim, torna-se possível levar em consideração a hipótese de que esse item, por reanálise, teria perdido o seu caráter de pronome, passando a ser lido como parte integrante da expressão *por causa (de)*. De acordo com essa hipótese, a seguinte mudança ter-se-ia implementado:

[por causa (de)] + [que + oração finita] > [por causa (de) que] + [oração finita].

Outra explicação possível para a constituição morfossintática do conector em análise baseia-se em um mecanismo bastante presente em processos de gramaticalização de conjunções, a saber, a analogia (Cf. BARRETO, 1999). Nesse caso, a hipótese seria a de que, por analogia, o elemento *que* passou a integrar a locução *por causa de*, haja vista o grande número de perífrases conjuncionais de base *que*, muitas de largo uso no discurso oral: “assim que”, “antes que”, “no momento (em) que”, “(n)a hora que”, “por conta que” etc.

Apenas uma investigação diacrônica mais extensiva poderá ratificar uma das hipóteses assinaladas acima. O que se pode atestar, por ora, é que, no português brasileiro atual, a locução *por causa que* funciona como conector de orações, apresentando, assim, estatuto conjuncional e mais gramaticalizado (Cf. seção 1.2).

A aplicação dos critérios propostos por Kortmann (1997 apud LONGHIN-TOMAZI, 2011) ao caso do *por causa que* atesta o seu caráter conjuncional. Kortmann defende que os conectores interclausais que têm como base um nome, seguido do item *que*, podem ter seu estatuto conjuncional garantido pelo cumprimento de pelo menos um dos critérios a seguir:

- (a) devem exibir uma fusão mínima;
- (b) devem ter perdido pelo menos algumas de suas propriedades originais; e,
- (c) devem ter pelo menos uma interpretação que não é totalmente recuperável a partir do significado das partes (condição de não-composicionalidade). (LONGHIN-THOMAZI, 2011, p. 155)

O critério (a), seguindo a interpretação de Longhin-Thomazi (2011), refere-se à dois aspectos: i) posição fixa dos termos que formam a locução e ii) impossibilidade de inserção de material interveniente. O primeiro aspecto se aplica sem restrições à forma *por causa que*, na medida em que não é possível inverter a ordem dos elementos que a compõem. Mas um dos dados encontrados impede que o mesmo seja dito em relação ao segundo aspecto, já que essa locução ainda permite a inserção de material interveniente, conforme se observa a seguir:

(02) DOC.: Por que que elas são... As duas são suas inimigas?

INF.: Ah puque a primeira vez ela falô mentira pra mim eu perdi ponto no trabalho que valia dez pontos de Ciências. **Por causa assim que** eu num gosto, é, ela só fica fofocano de mim, mas eu num ligo. (PM, MAR, 65)

Esse caso chama a atenção por apresentar o item *assim* intercalado à locução *por causa que*, o que pode ser um indício de que ela não está totalmente gramaticalizada, diferentemente do conector causal *porque*. Com isso, a “fusão” referida no critério (a) acima é relativa para o caso da locução em análise.

O critério (b) diz respeito a perdas de propriedades semânticas e estruturais. A perda de propriedade semântica se manifesta, sobretudo, nos casos em que *por causa que* estabelece a relação de causalidade no domínio dos atos de fala, por exemplo, em que não se pode identificar a causa real entre dois eventos, o que estaria sugerido no nome *causa*, base da locução. Nos enunciados abaixo, as orações introduzidas pela locução não representam uma causa real dos segmentos a que se ligam, mas uma justificativa para atos de fala declarativos:

(03) Eu num fiz nada. Só o que podia fazê é que eu disse ele: ó, só num já matei tu e ela **causa que** eu num tenho revolve bom. (PV, S, 05)

(04) Se eu tivesse estudo eu tava aqui, batendo poêra, cortano mato, vendo a hora de... de... de... tomano topada den'de toco... ôch! Tava era na cidade procurano emprego bom. **Por causa de que** uma pessoa sem estudo tá na cidade ainda num arranja nem po sal, né não? (PV, S, 02)

A perda estrutural, por sua vez, parece ser mais evidente que a semântica. Em 98% dos dados, a locução *por causa que* apresenta algum tipo de erosão de um ou mais dos

constituintes da forma fonte, observado no apagamento das preposições *por* ou *de* ou da vogal temática *a* do nome *causa*, tendendo a constituir-se numa forma mais reduzida. A tabela a seguir demonstra a hegemonia de variantes reduzidas:

TABELA 03: Frequência *Token* das variantes de *por causa que*

Variante	Frequência <i>Token</i>	(%)
<i>por causa de que</i>	02	02
<i>por causa que / por causo que</i>	87	87
<i>causa que / causo que / caus'que</i>	11	11

A partir das considerações atinentes ao critério (b), é possível inferir que o (c) também é aplicável ao *por causa que*: sendo utilizada em contextos em que não há o estabelecimento da relação causal em sentido estrito, há casos em que o uso dessa locução independe do significado do nome *causa*, tomada em sentido estrito, que constitui uma de suas partes.

O quadro abaixo apresenta as principais propriedades do conector *por causa que* que asseguram o seu estatuto conjuncional. Este quadro baseia-se na proposta de Kortmann (1997) e foi apresentado em Longhin-Thomazi, (2011, p. 165) no seu estudo sobre o conector (*n*)*a hora que*. Dessa forma, foi preciso implementar algumas alterações, sobretudo na segunda coluna, de modo a adequá-lo ao caso da locução *por causa que*.

QUADRO 02: Gramaticalização e estatuto conjuncional de *por causa que*

Tendências na Gramaticalização de conectores	Fatos da gramaticalização de <i>por causa que</i>
1. perda de transparência formal e semântica	1. formulaicidade: conector perifrástico
2. perda de substância fonética/morfológica	2. perda das preposições <i>de</i> e/ou <i>por</i> – alteração ou perda da vogal temática do nome (<i>causa</i> ~ <i>causo</i> ~ <i>caus'</i>)
3. perda de liberdade sintática	3. posição fixa no início das orações
4. desbotamento do conteúdo lexical do item nuclear da locução	4. desbotamento do nome <i>causa</i> : opacidade, em alguns casos, da noção de causa estrita.
5. aumento de significados gramaticais, com aumento da assimetria forma-significado	5. usos em domínios de causalidade mais abstratos (Cf. seção abaixo)

3.2 Usos do conector *por causa que* no português falado

Para caracterizar os padrões de uso do conector *por causa que*, optou-se por adotar as propostas de Sweetser (1991) e Trougott e König (1991), ambas já caracterizadas em seções anteriores. Assim, esses padrões são interpretados a partir de uma análise semântico-pragmática. Todas as ocorrências encontradas estão no domínio semântico-pragmático da causalidade, mas, por ser esse um domínio amplo e fluido, é preciso estabelecer um *continuum* em que cada ponto representa uma noção diferente de causa. Dessa forma, foi possível determinar, com base em Sweetser (1991), três *types* para os 100 *tokens* de *por causa que*. Cada *type* refere-se, portanto, a um dos domínios de causalidade, quais sejam, o referencial, o epistêmico e o dos atos de fala. No entanto, um dos dados parece estabelecer a relação de causalidade em um nível mais abstrato e elevado que o dos atos de fala. Paiva (1995) e Paiva e Braga (2010) apontam ocorrências da conjunção *porque* nesse nível, que chamam de discursivo. Segundo as autoras, trata-se de um nível acima da sentença, responsável pela introdução de tópico ou subtópico. A ocorrência a seguir exigiu a inclusão do “domínio discursivo” como um dos *types* possíveis de *por causa que*:

(05) ... eu tenho um grande amigo, o NP. Né? Eu rio muito quando eu lembro dessa história. ***Por causa que*** tem uma fazenda aqui... aqui... que chama NP. Né? E numas férias aí de janeiro de 99, né? A gente pegô e saiu. Né? Saímos pra passeá. Né? Eu e mais cinco colegas, contano com o NP. Então a gente era muito inocente. Sabe? E a gente curtia muito a vida. Era muita trapalhada, era uma coisa muito legal. E uma certa hora, o NP pegô... e a gente tava brincano, chamano ele de bafo. Né?
 - Ô bafo!
 Aí...NP:
 - Ô! Tem dó! Tem dó! Num fala isso aí não!
 E ele ta até aqui presente. Né? E a gente foi falando. Ô bafo daqui, ô bafo dali e ele muito bravo, foi se irritano, foi se irritano... quando vê.Né?Ele pega e ... nós pegamo e começamo a brincá . Né? E num sei por que que *nóis chamava ele de bafo. Aí, ele muito bravo disse:
 - Ê, num sei que, a vó NP que começô a me chamá de bafo. (PM, ARC, 09)

No trecho acima, mais do que ligar duas orações, o conector *por causa que* introduz uma narrativa que não pode ser tomada como causa propriamente dita do segmento “Eu rio quando eu lembro dessa história”. Do mesmo modo, parece não funcionar como uma justificativa para um ato de fala, já que introduz uma porção discursiva mais ampla. Dada a “frouxidão” semântico-cognitiva entre o segmento efeito e a narrativa introduzida pela

locução *por causa que*, a relação causal é estabelecida no domínio discursivo. O *continuum* que caracteriza o domínio semântico-pragmático da causalidade seria assim descrito:

NÍVEL REFERENCIAL > NÍVEL EPISTÊMICO > NÍVEL DOS ATOS DE FALA > NÍVEL DISCURSIVO

As demais ocorrências representam casos bastante prototípicos dos domínios postulados por Sweetser (1991). Em (06) e (07), por exemplo, é possível reconhecer que a relação causal se dá no domínio referencial. No primeiro caso, o fato de o tempo estar seco é causa real para a ausência de peixe no rio. Em (07), a morte da mãe do rapaz de quem o falante trata também representa uma causa real para o fato de ele ter sido criado por outra pessoa:

(06) DOC.: E quando o rio enche tem muito peixe?

INF.: De vez em quando dá, né. Agora não tá dano *por causa que o tempo tá seco*, quando o tempo tá seco assim, ele num sai, né, acho qu'eles se esconde. (ALFSB, RC, 02)

(07) Ele... minha mãe tomô ele *causa que a mãe dele morreu*, tomô pequenininho que era tudo parente, aí tomô e criô ele, aí depois que juntô tudo, começô a namorá. Aqui tem muita gente casada com primo. (PV, S, 05)

Nos exemplos (08) e (09) a seguir, uma crença ou conclusão do falante condiciona o estabelecimento da relação causal, localizando-a no domínio epistêmico. Em (08), é possível inferir a seguinte relação: “sou um cara inteligente, logo há muitas meninas que querem me namorar”. No exemplo seguinte, o falante aponta como causa de a seleção brasileira de futebol tornar-se hexacampeã a sua crença de que ela irá até a final e, por conseguinte, será vencedora:

(08) As menina daqui sempre gosta de mim, entendeu? Tudo, um monte de menina aí é tudo louca pa namorar comigo *por causa que eu sou um cara inteligente*, entendeu? (ALFSB, J, 08)

(09) ...e aí chegou dois mil e dois Brasil vem-ceu e agora esse ano ele vai se tornar hexacampeão e [q] *por causa que vai terminar na final + Brasil vez Alemanha* (PM, BH, 07)

Em ambos os casos acima, a relação causal não se estabelece com base em eventos do mundo extralinguístico; sendo, portanto, epistêmica, isto é, uma relação na qual o falante acredita ter evidências para as proposições. Pode-se dizer, ainda, que em (08) e (09) há

subjetivização da expressão da causalidade, na medida em que é possível observar nesse enunciado a presença de certo nível de envolvimento do falante: “epistemic relations [...] involve beliefs of a concluding protagonist with whom the speaker must share a number of assumptions in order to understand the causal relation” (DEGAND; PANDER MAAT, 2003, p. 177).³⁹

Nos dois casos a seguir, a compreensão da relação de causalidade exige um distanciamento ainda maior do mundo referencial:

(10) Ô, menino! Ô...ô, Domingo abre...abre essa portêra aqui, pa mim, fazendo favô! ***Por causa que eu tô convesano com rapa’í...*** (PV, H, 06)

(11) Eu falei com minha vó assim ô vó cê num pode falá assim não ***por causa qui qualquer coisa se a cobra qui na é a égua não acerta na cobra, a cobra pode enrolá no pé da égua matá o animal e ainda a pessoa que tá em cima num é?*** (PM, MAR, 61)

As orações causais em (10) e (11) não codificam uma causa que seja responsável pela ocorrência de um evento ou estabelecimento de um estado de coisas. Na realidade, apresenta-se, através da oração causal, uma justificativa para o ato de fala realizado no segmento efeito. Assim, em (10), é feito um pedido e, para que sejam maiores as chances de ele ser atendido, o falante o justifica: “peço Y *porque* X”. Em (11), o segmento efeito codifica um ato de fala, que se apresenta como um *conselho*. A oração que segue esse ato de fala é, portanto, uma justificação : “aconselho Y *porque* X”. A tabela seguinte apresenta os resultados da análise acima descrita:

TABELA 04: Frequência *Type* do conector *por causa que*

Frequência Token	Frequência <i>Type</i> : domínios de causalidade			
	Referencial	Epistêmico	Atos de Fala	Discursivo
100	81	05	13	01
100%	81%	05%	13%	01%

Como se pode ver, mais da metade das ocorrências de *por causa que* se concentra no domínio referencial. Uma explicação possível pode ser encontrada na proposta de Traugott e

³⁹ Relações epistêmicas trazem crenças de um protagonista que tem a palavra final: com ele o falante deve partilhar uma série de suposições para entender a relação causal.

König (1991). Segundo eles, à medida que se tornam mais gramaticalizadas, as formas não sofrem exatamente um desbotamento semântico (Cf. GONÇALVES et al., 2007: 36), mas um aumento de informatividade, pautado na expressão subjetiva do falante. Após revisitarem a proposta de Traugott (1982 apud TRAUGOTT; KÖNIG, 1991: 189), que prevê uma trajetória de mudança semântica para um item em gramaticalização (proposicional > [textual] > expressivo), Traugott e König postulam três tendências semântico-pragmáticas presentes no processo de gramaticalização:

Tendência I: significados baseados em descrições de situações exteriores > **Tendência II:** significados baseados em situações textuais (coesivas) > **Tendência III:** significados tendem a se tornar cada vez mais baseados em atitudes e crenças subjetivas dos falantes com relação à determinada situação.

Os usos de *por causa que* se concentram, portanto, na primeira tendência, visto que a maioria de suas ocorrências estabelece a relação de causalidade em um nível que se relaciona diretamente a situações exteriores (domínio referencial). Vale ressaltar, entretanto, que a tendência textual parece se sobrepôr às demais, pois, além de explicitar a relação de causalidade, o conector *por causa que*, na grande maioria dos casos, introduz uma informação nova ao segmento anterior, sendo responsável, assim, pela continuidade tópica. A última tendência, conforme se verifica na tabela acima, não se manifesta em grande escala nos dados analisados. Conforme Traugott e König (1991, p. 192), o desenvolvimento de valores mais pragmáticos de uma forma em gramaticalização (tendência III) acontece em estágios mais avançados. Dessa forma, o fato de o conector *por causa que* ser utilizado com maior frequência no domínio referencial estaria de acordo com essa hipótese, já que, conforme apontam Amorim (2011b) e Paiva (2001), essa locução encontra-se num estágio incipiente de gramaticalização.

3.3 Ordenação e estatuto informacional das cláusulas *por causa que*

A ordem e o estatuto informacional dos enunciados causais em português se apresentam como aspectos já bastante discutidos por diferentes autores (Cf. PAIVA, 1991; 1997;1998; 1999; LOPES, 2004; NEVES, 1999; 2000). Entretanto, apenas Neves (2000) considera enunciados causais com *por causa que*.

A análise dos dados mostra que as orações ou porções discursivas introduzidas por *por causa que* podem se posicionar antes ou depois do segmento efeito. Em alguns casos, entretanto, há certa ambiguidade, de modo que não se pode precisar se o segmento causal está diretamente relacionado ao segmento anterior ou posterior. Esses casos ambíguos também são identificados por Paiva (1995; 1999), em estudos sobre os usos de *porque* no discurso oral. Os exemplos seguintes mostram, respectivamente, a posposição, anteposição e a ambiguidade posicional das cláusulas *por causa que*:

(12) Agora tem muito pessoal, assim, da... da região, aí, muita vez vota em Helvécia ***por causa que tem uma assistência melhó***. Sabe que o prefeito também de Caravela num vale nada! No município nosso aí. (PV, H, 06)

(13) É, se não fosse ela, moça, já tinha rinchado de fome. Que não me confiava nada fiado não moça. Vendia nada a eu fiado não. Agora ***por causa qu'eu tenho minha posentadoria***, eles me vende qualquer coisinha fiado, eles me vende, chega a me chamar assim na rua óh, pra comprar as coisa fiado. (ALFSB, RC, 03)

(14) E a gente brincou das milhões das espãs demais, ***por causa que tinha um montão de menina lá querendo brincar***, a gente falô assim, as dez espãs demais! (PM, MAR, 49)

É preciso destacar que a ocorrência apresentada em (13) refuta o que afirma Neves (2000, p. 809): “**Apenas iniciam orações causais pospostas** as conjunções pois, que, pois que, tanto mais que, ***por causa que***, por isso que” (grifos acrescidos). Ainda que em quantidade irrisória (6%), a análise aqui realizada atesta que é possível a ocorrência do conector *por causa que* em início de orações causais antepostas.

No exemplo (14), não se pode determinar com precisão a que segmento efeito a cláusula *por causa que* se refere. Ter-se-iam as seguintes possibilidades:

(14a) E a gente brincou das milhões das espãs demais, ***por causa que tinha um montão de menina lá querendo brincar***.

(14b) ***Por causa que tinha um montão de menina lá querendo brincar***, a gente falô assim, [vamos brincar de] “as dez espãs demais”!

A tabela a seguir apresenta os resultados em relação à ordenação das cláusulas *por causa que*:

TABELA 05: Ordenação de cláusulas *por causa que*

Ordem das Cláusulas <i>por causa que</i>	Frequência	(%)
Anteposição	06	06
Posposição	90	91
Anteposição/Posposição	03	03
Total⁴⁰	99	100

Como se visualiza acima, a ordem não marcada das cláusulas *por causa que* é a posposição (91%). Nesse aspecto, o conector *por causa que* se comporta como a conjunção prototípica *porque*, conforme mostram Paiva e Braga (2006).

Outro aspecto importante relacionado ao comportamento das cláusulas causais em geral diz respeito ao seu estatuto informacional. Dessa maneira, seguindo a taxonomia apresentada por Prince (1981, apud PEZATTI, 2004, p. 182), a informação codificada pelas cláusulas causais *por causa que* foi classificada em *nova*, *velha* e *inferível*. O estudo da relação entre o estatuto informacional dos constituintes e a codificação gramatical tem apresentado resultados que corroboram a premissa de que a forma linguística não está isenta de variáveis cognitivo-discursivas. Com base nisso, o estatuto informacional das orações causais introduzidas pela locução *por causa que* foi investigado com o intuito de testar a hipótese segundo a qual sua ordenação teria a ver com o tipo de informação por ela veiculada, como mostra Paiva (1991) a respeito das orações causais introduzidas pelo conector “*porque*”:

A ordenação das cláusulas na organização dos enunciados é restrita também pela estrutura de informação do texto. A codificação de informação no discurso se faz, em geral, de acordo com um princípio de que a informação já compartilhada pelos interlocutores precede a informação nova, não compartilhada. Assim como continuidade tópica, esse princípio explica diversos fenômenos linguísticos, apontando a indissociabilidade entre sintaxe e discurso. A transposição deste princípio para a organização dos enunciados prediz que cláusulas [causais] com informação nova serão mais propensas à posposição, enquanto cláusulas com informação velha serão propensas à anteposição. (PAIVA, 1991, p. 74)

A tabela seguinte apresenta os resultados do estatuto informacional das cláusulas *por causa que* encontradas nos *corpora* desta pesquisa:

⁴⁰ Desta análise, foi excluído o caso em que o conector apresentou um comportamento mais discursivo, dada a acentuada frouxidão sintático-discursiva existente entre o segmento efeito e o causal.

TABELA 06: Estatuto informacional das cláusulas *por causa que*

Tipo de informação	Frequência	(%)
Nova	85	92
Velha	09	06
Inferível	02	02
Total⁴¹	96	100

No que tange ao estatuto informacional, esses resultados demonstram que as cláusulas *por causa que* apresentam comportamento idêntico ao que se observa nas cláusulas introduzidas por *porque*: ambas são pontos de introdução de informação nova.

A fim de verificar a hipótese de Paiva (1991), acima assinalada, foram cruzados os resultados referentes à ordem e ao estatuto informacional:

TABELA 07: Cruzamento das propriedades *ordenação e estatuto informacional* das cláusulas *por causa que*

Estatuto Informacional	Ordem			
	Anteposição	(%)	Posposição	(%)
Nova	02	33	83	93
Velha	03	50	05	05
Inferível	01	17	02	02
Total	06	100	90	100

Dado a diferença tênue entre informação velha e informação inferível, pode-se afirmar que quatro dos seis casos de cláusulas *por causa que* antepostas, isto é, 67%, codificam informação já mencionada anteriormente, o que aproxima essas cláusulas às demais orações

⁴¹ Foram excluídos desta análise os 03 casos em que não se pôde precisar a ordem da cláusula causal e o caso cujo uso foi aqui interpretado como discursivo.

introduzidas por outros conectores causais. Assim, os resultados apresentados em relação às cláusulas *por causa que* mantêm válida a afirmação de que

As cláusulas causais são preferencialmente pospostas quando codificam uma informação que ainda não foi mencionada no contexto discursivo. Tendem, ao contrário, a ser antepostas, quando codificam informação que já ocorreu no discurso anterior ao enunciado causal. (PAIVA, 1991, p. 86).

Esses resultados também parecem legitimar o que afirma Lopes (2004), que explicita o papel discursivo da ordenação dos enunciados causais:

Quando a oração causal integrada antecede a oração principal, o estado de coisas por ela denotado constitui informação pressuposta ou acessível ao alocutário e o locutor manifesta a sua atitude, assumindo-a como verdadeira, desajustada, inadequada... Quando a oração causal integrada ocorre depois da principal, o estado de coisas denotado na oração causal é apresentado como informação nova e o locutor é neutro quanto à verdade ou adequação da asserção. Deste modo a posição inicial da oração causal integrada é sempre uma posição mais marcada do que a posição final. (LOPES, 2004, p. 108)

Para ilustrar a ideia acima, veja-se novamente o exemplo (13), agora retomado como (15) e inserido numa porção discursiva mais ampla:

(15) INF: É, agora, moça, eu fui no Ri de Conta ontem paguei e cheguei aqui sem um tostão. Paguei tudo, tudo, tudo qu'eu tava deveno.

DOC: Foi?

Inf: Tirei cento e trinta só.

DOC: E chegou assim sem um tostão. Então.

INF: Paguei moça, tava deveno demais moça. Paga dez o... o outo, paga vinte o outo, cinqüenta o outo, vinte o outo, até o dinheiro cabou. Cabou moça, mas dano graças a Deus, Deus me deu essa esmola. Não fosse essa esmola ninguém me vendia fiado não.

DOC: Graças a Deus que a senhora tem a sua aposentadoria.

INF: É, se não fosse ela, moça, já tinha rinchado de fome. Que não me confiava nada fiado não moça. Vendia nada a eu fiado não. Agora **por causa qu'eu tenho minha posentadoria**, eles me vende qualquer coisinha fiado, eles me vende, chega a me chamar assim na rua óh, pra comprar as coisa fiado. (ALFSB, RC, 03)

Toda a fala apresentada se desenvolve a partir de um tópico: o recebimento da aposentadoria da informante. Esse dinheiro, ainda que pouco (“essa esmola”), é apresentado como o grande responsável pela manutenção de sua vida financeira, garantindo-lhe, inclusive, ter crédito nos estabelecimentos da localidade onde vive. A cláusula causal em destaque representa, portanto, uma informação velha, ou seja, recorrentemente mencionada em pontos

anteriores do discurso em que se insere, o que lhe dá o caráter de *pressuposta* para o *alocutário*, permitindo que seja apresentada pelo *locutor* como *verdadeira*, como assinala Lopes (2004: 108).

Assim como os demais conectores causais (Cf. PAIVA, 1991; 1999; NEVES, 1999; 2000), observa-se, portanto, que a locução *por causa que* tende a introduzir orações que se pospõem ao segmento efeito e que, em sua maioria, trazem uma informação nova. Dessa forma, as cláusulas *por causa que*, no português falado, são não-icônicas, uma vez que não refletem a ordem dos acontecimentos no mundo: CAUSA-EFEITO. No entanto, Neves (2000, p. 816) destaca que não é adequado esperar que a ordenação de enunciados reflita a pura disposição cronológica de eventos, uma vez que cada estruturação discursiva pode, em primeira instância, caracterizar-se como uma versão particular da apresentação dos fatos, resultante da percepção (perspectiva cognitiva) do falante. Nesse sentido, “a ordenação consequência-causa num enunciado pode ser considerada icônica no sentido de que reflete a ordem pela qual, de um efeito, se deduz a causa” (NEVES, 2000, p. 816).

Embora a ordenação CAUSA-EFEITO possa ser considerada prototipicamente icônica, o fato é que, nas construções com conectores causais, a sua incidência é bastante baixa (Cf. PAIVA, 1991; 1999). Conforme se viu acima, apenas 6% das cláusulas *por causa que* encontradas nos *corpora* aparecem antepostas. Muitas são as explicações para essa baixa incidência. Uma delas está relacionada ao nível de monitoramento linguístico. Assim, Chafe (1988 apud PAIVA, 1999) defende que a baixa frequência de cláusulas causais antepostas no discurso oral se deve ao reduzido nível de elaboração linguística que, geralmente, caracteriza essa modalidade. Paiva (1999: 265), analisando a questão da ordem das cláusulas *porque* em diferentes *corpora*, mostra que a maior incidência da anteposição da oração causal se dá em situações de elocução formal. Nesse sentido, a hipótese de Chafe pode ser apontada como explicação possível para a baixa ocorrência de cláusulas *por causa que* antepostas, já que todos os *corpora* consultados para este trabalho representam amostras de fala obtidas a partir de entrevistas que procuraram manter um contexto distenso entre documentador e informantes. É possível dizer, ainda, que “a existência de uma estrutura alternativa – *X então Y* – para a anteposição da causa contribui para reduzir a frequência de *porque X, Y* [*por causa que X, Y*]” (PAIVA, 1991, p. 171).

3.4 Correlações modo-temporais nas construções com *por causa que*

No que tange à relação modo-temporal nas construções causais com *por causa que*, observa-se uma variedade de combinações quanto ao tempo do verbo do segmento efeito e ao do segmento causal. No que diz respeito ao modo, tal variedade não se manifesta na mesma proporção, visto que, na grande maioria dos casos, o uso do indicativo predomina, sobretudo no segmento causal, em que não se registrou a presença de outro modo. A alta frequência do indicativo nas cláusulas *por causa que* corrobora o fato de que, ainda que seja estabelecida com base em conclusões/crenças do falante, tendo, assim, um valor epistêmico, a relação causal é sempre apresentada com um certo grau de certeza, conforme afirma Neves (2000, p. 818): “O **indicativo** é o modo voltado para expressar causa, já que a expressão de causa constitui uma proposição com certo grau de certeza” (grifo da autora). As correlações modo-temporais identificadas nas construções em análise estão registradas na tabela abaixo⁴²:

TABELA 08: Correlações modo-temporais em construções com *por causa que*

Segmento Efeito	Segmento Causal	Total	(%)
Presente do Indicativo	Presente do Indicativo	32	49
	Pret. Perfeito do Ind.	03	05
	Pret. Imperfeito do Ind.	01	01
	Fut. do Presente do Ind.	02	03
Pretérito Perfeito do Indicativo	Presente do Indicativo	04	06
	Pret. Perfeito do Ind.	06	09
	Pret. Imperfeito do Ind.	04	06
Pretérito Imperfeito do Indicativo	Pret. Perfeito do Ind.	01	01
	Pret. Imperfeito do Ind.	05	08
Futuro do Presente do Indicativo ⁴³	Presente do Indicativo	02	03
	Pret. Perfeito do Ind.	01	01
	Fut. do Presente do Ind.	01	01
Fut. do Pretérito do Ind.	Pret. Imperfeito do Ind.	02	03
Imperativo	Presente do Indicativo	01	01
Total		65	100

⁴² A diferença no número total de ocorrências em relação às tabelas anteriores deve-se ao fato de que, nesse grupo de fatores, foram desconsideradas as construções causais sem uma estruturação prototípica mínima, como os casos em que a oração causal não se relaciona a um segmento efeito explícito (Cf. Metodologia).

⁴³ Todas as formas encontradas para esse tempo são perifrásticas.

Conforme mostram os números acima, a maioria das construções causais com *por causa que* apresenta verbo no presente do indicativo tanto no segmento efeito quanto no segmento causal (49%). Em seguida, têm-se as combinações presente/futuro, pretérito perfeito/preérito perfeito e pretérito imperfeito/preérito imperfeito como os mais frequentes. A combinação presente/presente (indicativo) também é frequente nas construções com *porque* (Cf. NEVES 1999; 2000; PAIVA, 1991). A correlação modo-temporal representa, portanto, mais uma propriedade gramatical em comum entre as cláusulas *porque* e as que são introduzidas pela locução *por causa que*.

Os exemplos⁴⁴ a seguir ilustram cada uma das correlações apontadas na tabela acima:

(16) Dia de hoje tá melhor *por causa que* hoje tem... tem estrada pra tudo quanto é canto. (ALFSB, RC, 04) – Presente/Presente

(17) Os transporte agora tá bom, sabe? *Por causo que* colocou essas perua agora com esse sistema aí. (ALFSB, FS, 07) – Presente/Pret. Perfeito

(18) E o computador da minha mãe é novo, *por causa que* o dela estava dando pala [defeito]. (PM, MAR, 49) – Presente/Pret. Imperfeito

(19) Aí ela não podi fica de castigo, *por causa que* num vai dar pra ela fazê o campeonato. (PM, MAR, 49) – Presente/Fut. do Presente

(20) E sa... saiu *por causa que* num tem assistência... (PV, H, 06) – Pret. Perfeito/Presente

(21) ...só que ficô muda *causa que* tomô uma vacina no corpo. (PV, S, 05) – Pret. Perfeito/Pret. Perfeito

(22) ...a gente brincou das milhões das espíãs demais, *por causa que* tinha um montão de menina lá querendo brincar. (PM, MAR, 49) – Pret. Perfeito/Pret. Imperfeito

(23) ...ele queria, minha fia, matá o... esse menino. *Por causa que* ele deu um tapa nele. (PV, S, 05) – Pret. Imperfeito/Pret. Perfeito

(24) ...só que eu não conseguia *por causa que* eu via tudo embaçado (PM, MAR, 50) – Pret. Imperfeito/Pret. Imperfeito

(25) mais na frente eu vou ter que casar, entendeu, *por causo que* daqui... tem que cuidar do... dos meus pai, né, velho. (ALFSB, J, 08) – Fut. do Presente/Presente

⁴⁴ Alguns exemplos supracitados serão retomados sob diferente indicação numérica.

(26) uma menina qui vai viajar pra procurar o tiu dela *por causa qui* u pai dela morreu (PM, MAR, 63) – Fut. do Presente/Pret. Perfeito

(27) e agora esse ano ele vai se tornar hexacampeão e *por causa que* vai terminar na final Brasil vez Alemanha (PM, BH, 07) – Fut. do Presente/Fut. do Presente

(28) ...ia leva ela embora da irmã dela, *por causa que* ela dava surra irmãzinha dela. (PM, MAR, 49) – Fut. do Pretérito/Pret. Imperfeito

(29) Ô, menino! Ô...ô, Domingo abre...abre essa portêra aqui, pa mim, fazendo favô! *Por causa que* eu tô convesano com rapa'í... (PV, H, 06) – Imperativo/Presente

4 INDÍCIOS SINCRÔNICOS DA GRAMATICALIZAÇÃO DO CONECTOR *POR CAUSA QUE*

Neste capítulo, retomam-se os Princípios de Hopper (1991), descritos na Fundamentação Teórica, com o objetivo de apresentar indícios sincrônicos da gramaticalização do conector *por causa que*. A partir da aplicação dos cinco princípios propostos por Hopper (1991) – Estratificação, Divergência, Especialização, Persistência e Decategorização –, é possível atestar que o conector *por causa que* representa uma forma em estágio incipiente de gramaticalização. Além disso, as análises ratificam que esses princípios são bastante profícuos para investigar processos de gramaticalização a partir de uma perspectiva sincrônica.

4.1 Os Princípios de Hopper (1991) e o caso do *por causa que*

Entendido como processo, o fenômeno da gramaticalização acontece de maneira gradual, podendo ou não chegar a estágios avançados. Na Teoria da Gramaticalização, há diferentes propostas teóricas que visam a descrever o percurso delineado por uma forma em gramaticalização. Dependendo do “ponto” em que esse percurso é flagrado, pode-se investigar o fenômeno sob o enfoque de uma perspectiva teórica específica. Caso esse ponto represente uma fase inicial do processo, por exemplo, não seria adequada a aplicação dos parâmetros estabelecidos por Lehmann (1985 apud HOPPER, 1991, p. 21), uma vez que eles melhor caracterizam formas em estágios mais avançados (HOPPER, 1991, p. 21). Por outro lado, os Princípios de Hopper (1991) representam uma boa ferramenta teórica para a análise do processo de gramaticalização em estágios mais recentes.

A possibilidade de aplicação desses princípios ao caso da locução *por causa que* atesta, em uma perspectiva sincrônica, a sua gramaticalização, conforme se vê abaixo.

4.1.1 Estratificação (Layering)

A relação lógico-semântica de causalidade que se manifesta no nível interclausal é aqui considerada um “domínio funcional”. Nesse domínio, verifica-se que a locução *por*

causa que varia com a conjunção causal prototípica *porque*, o que caracteriza, nos termos de Hopper (1991), um caso de estratificação, ou seja, formas distintas coexistindo em um mesmo domínio funcional. Embora existam outras formas conjuntivas responsáveis pela marcação de causalidade – *já que*, *visto que*, *como* etc. –, considera-se, nesta argumentação, apenas a conjunção prototípica *porque*, por ser ela a que, mormente, aparece, em amostras de língua falada, em contextos também propícios ao uso do *por causa que*.

Para dar suporte à ideia acima, é preciso comparar o comportamento dessas formas com base nos domínios de causalidade propostos por Sweetser (1991). A autora, analisando usos do conector inglês “because”, mostra que a relação de causalidade pode se manifestar em três domínios distintos: o domínio referencial, o domínio epistêmico e o domínio dos atos de fala. Esses domínios se distribuem numa escala crescente de abstratização da noção de causa.

Os exemplos seguintes evidenciam que tanto o *porque* quanto o *por causa que* podem estabelecer a relação causal nos três domínios:

I. Referencial:

(01) Eles tudo teve portunidade de escrever, de estudar. Os mais véi nem tanto, né? *por causa que* nós não parava aqui trabalhano roça fora. (ALFSB, RC, 01)

(02) Nós saiu de lá *porque* a água invadiu. (ALFSB, RC, 01)

II. Epistêmico:

(03) INF.: eu fui num churrasco
 DOC.: . ah é
 DOC.:e pur que tevi u churrascu?
 INF.: *causa qui*... qui ele convidou a gente. (PM, MAR, 43)

(04) Até o mês de... de junho, a gente já tem água aqui encanada já, *porque* já tão trabalhano já na barragem já. (ALFSB, RC, 02)

III. Atos de fala:

(05) Eu falei com minha vó assim ô vó cê num pode falá assim não *por causa qui* qualquer coisa se a cobra qui na é a égua não acerta na cobra, a cobra pode enrolá no pé da égua matá o animal e ainda a pessoa que tá em cima num é? (PM, MAR, 61)

(06) Tem que botar pouquinho fogo, assim numa base que não esquente demais, né? *Porque* se esquentar demais queima, sapeca. (ALFSB, RC, 04)

(01) e (02) estabelecem a causalidade com base numa relação efeito-causa que pode ser verificada no mundo real. Em (03) e (04), a causa se apresenta no domínio epistêmico, já que a causalidade se assenta numa crença ou conclusão do falante. Os dois últimos enunciados, por sua vez, têm cláusulas causais que codificam justificativas para atos de fala (*conselhos*) realizados na cláusula nuclear.

Conforme se vê na tabela 1⁴⁵ abaixo, os conectores *porque* e *por causa que* distribuem-se diferentemente entre os domínios de causalidade:

TABELA 09: Distribuição dos conectores *por causa que* e *porque* entre os domínios de causalidade

Conector	Referencial	(%)	Epistêmico	(%)	Atos de fala	(%)	Total
<i>Por causa que</i>	81	82	05	05	13	13	99
<i>Porque</i>	164	38	43	10	222	52	429

Os dados acima revelam que a locução conjuntiva *por causa que* tende a especializar-se na expressão de causa estrita, estabelecida no domínio referencial. Os resultados apresentados por Paiva e Braga (2006, p. 83) também corroboram o fato de essa locução estar mais relacionada ao domínio referencial: todas as ocorrências analisadas pelas autoras estabelecem a relação de causalidade nesse domínio. Assim, como a base dessa locução é o nome *causa*, “parece ocorrer um processo segundo o qual a locução preserva a carga semântica da própria palavra ‘causa’ em seu sentido mais estrito, reservando o uso da locução conjuntiva para as situações em que se tem uma conexão causal mais estrita” (PAIVA; BRAGA, 2006, p. 84). Por sua vez, o conector *porque* apresenta um comportamento mais polissêmico quanto à expressão de causalidade, pois suas ocorrências se distribuem, em quantidades relevantes, entre os domínios referencial e o dos atos de fala.

A partir da observação dos dados apresentados na tabela 09, pode-se inferir que, para a identificação do princípio de estratificação no processo de gramaticalização da locução *por causa que*, é preciso considerar os domínios de causalidade. Dessa forma, considerando, sobretudo, o domínio referencial, as formas *porque* e *por causa que* representam “formas

⁴⁵ Foram excluídos os casos com valor discursivo, dada a opção por se ater à proposta de Sweetser (1991), que reconhece apenas os três domínios referidos.

alternantes de realização das categorias existentes dentro de um determinado domínio funcional na mesma etapa histórica de uma língua” (NARO; BRAGA; 2000, p. 129). Tem-se, portanto, um caso prototípico de estratificação, conforme propõe Hopper (1991).

4.1.2 A Divergência (Divergence)

O princípio da divergência prevê a convivência entre uma forma lexical (fonte) e a sua versão inovadora (gramaticalizada). Nesse caso, portanto, do ponto de vista semântico e/ou estrutural, é possível identificar divergências entre as duas formas, na medida em que a forma inovadora – gramaticalizada – apresenta comportamento divergente da forma fonte (HOPPER, 1991, p. 24). Caso contrário, ter-se-ia a estratificação entre essas duas formas, ou seja, a convivência de formas em um mesmo domínio, codificando, por exemplo, uma noção semântica idêntica.

No caso da locução *por causa que*, tem-se uma forma fonte já gramaticalizada: conforme mostram Paiva e Braga (2006), a locução prepositiva *por causa de* gramaticalizou-se ainda mais, dando origem à locução conjuntiva *por causa que*. Nas amostras analisadas, foram encontradas 56 ocorrências da locução *por causa de*, o que atesta, portanto, sua coexistência com a forma mais gramaticalizada. No entanto, de acordo com o princípio da divergência, essa coexistência é marcada por diferenças que podem ser sintáticas e/ou semântico-discursivas.

Do ponto de vista estrutural, é possível identificar três *types* para as construções com *por causa de* encontradas nos *corpora* consultados:

TABELA 10: Frequência *token* e *type* das construções com *por causa de*

Frequência <i>token</i>	Frequência <i>type</i> : construções causais com <i>por causa (de)</i>		
	[<i>Por causa de</i>] + [SN]	[<i>Por causa de</i>] + [oração infinitiva]	[<i>Por causa</i>] + [oração finita]
56	50	04	02
100%	90%	07%	03%

Observem-se os exemplos a seguir:

(07)...só que **por causa do transporte** e que num tinha enegia elas disseram que num vinha nunca mais ...(PV, C, 01)

(08)...os carro só anda cheio direto. É contado os pessoal que dá pra pegar o carro pra ir pra rua, agora quem vai trabaia, perde o horário **por causa disso**. (ALFSB, FS, 07)

(09) E eu vim de novo de volta pra cá **por cause de...da família ser grande**. (ALFSB, RC, 06)

(10) Tem gente que ININT, pode dar... pode se sentir mal, **por causa sente alergia...**(PV, S, 06)

Em (07) e (08), a forma *por causa de* caracteriza-se como um conector intraclausal, já que se liga a um SN. É interessante observar que, em (08), o núcleo do SN é um pronome anafórico, o que, nos *corpora* consultados, representa 22% das construções “[*por causa de*]+[SN]”. Em (09), a locução *por causa de* é seguida por uma oração infinitiva. O último *type* apresentado na tabela chama a atenção por apresentar o apagamento da preposição *de* e, na sequência, uma oração finita, exibindo um padrão estrutural que remete à forma inovadora *por causa que*. Como houve apenas duas ocorrências desse *type*, não se pode, por ora, aventar hipóteses que possam explicar a sua configuração.

Ao se considerar o uso da locução *por causa de* como conector interclausal, em construções do tipo “[*por causa de*] + [oração infinitiva]”, verifica-se que a forma inovadora, de base *que*, diverge da forma fonte em termos da forma verbal, sendo sempre seguida de oração finita. O enunciado (09), por exemplo, pode ser assim parafraseado:

(09a) E eu vim de volta pra cá ***por causa (de) que a família é grande***.

Nesse caso, observa-se que a divergência se manifesta no padrão estrutural (forma verbal) esperado para a oração causal. A divergência mais notável, entretanto, entre os conectores *por causa de* e *por causa que* se evidencia no fato de o primeiro ser intraclausal e o último, interclausal. Ainda que apresente usos como conector interclausal, em construções do tipo “[*por causa de*] + [oração infinitiva]”, os dados aqui analisados sugerem que, no português brasileiro contemporâneo, a forma *por causa de* representa um conector prototipicamente intraclausal (90% dos *tokens*). Até mesmo como conector interclausal, vale destacar que a forma verbal da oração que pode segui-lo – infinitivo – tem comportamento mais próximo dos nomes, como o fato de não apresentar flexão de tempo.

Essa diferença, contudo, parece não refletir no tipo de relação causal que se estabelece entre as orações precedidas por *por causa de* ou *por causa que*: em ambos os casos, a causalidade tende a permanecer no domínio referencial (Cf. seção a seguir).

Do ponto de vista discursivo-funcional, podem-se identificar outras diferenças entre a locução *por causa de* – no seu uso como conector intraclausal – e a sua versão mais gramaticalizada, *por causa que*. Desse modo, a alteração do segmento *por causa de* + *SN* para *por causa que* + *oração finita*, em alguns casos, encontra restrições, como se observa abaixo:

(11) Meu marido me abandonô ***por causa daquela mulé.*** (PV, S, 05)

A motivação do abandono é atribuída a um referente, sem que haja qualquer explicitação da ação por ele realizada. Conforme destacam Paiva e Braga (2006): “A maioria das características inerentes à noção de causa ficam ofuscadas em enunciados desse tipo: a própria ação, em consequência, a referencialidade temporal e, de certa forma, a noção de agentividade” (p. 80). Assim, o “abandono” não pode ser atribuído diretamente à “mulher”, é preciso, pois, que a relação causal seja interpretada através de inferências autorizadas pelo contexto em que a construção se insere.

Ao contrário, quando a locução *por causa de* é seguida por um nome deverbal, a alternância entre as duas estruturas parece ser favorecida:

(12) Só fui preso uma vez ***por causa de bagunça.*** (PV, S, 02)

(12a) Só fui preso uma vez ***por causa que baguncei.***

Apesar de a alternância poder ser possível em virtude de um aspecto morfológico, do ponto de vista discursivo-funcional, não há equivalência entre as estruturas. O uso da construção *por causa de* + *SN* permite destacar como causa o resultado da ação (“bagunça”). No caso do segmento *por causa que* + *oração finita*, a causa assume um caráter mais dinâmico, recaindo a ênfase sobre o próprio ato de bagunçar. Ademais, vale salientar que, nas construções com *por causa de* + *SN*, há perda do traço temporal implícito na relação de causalidade. Com isso, em relação ao conector *por causa de*, “a relação causal parece se situar em um plano metafórico, na medida em que se desvincula da ação.” (PAIVA; BRAGA, 2006, p. 81).

Outro aspecto que evidencia mais uma divergência entre as locuções *por causa de* e *por causa que* refere-se à perda do traço [+ **agentividade**] presente na primeira. Assim, do ponto de vista semântico, é possível notar que a locução *por causa de* expressa uma acentuada noção de agentividade, responsável por atribuir a algo ou a alguém a razão de ser de determinado estado de coisas. Entretanto, essa noção pode ser neutralizada nos usos da locução conjuntiva que dela se originou (PAIVA; BRAGA, 2006, p. 84). Em (13) e (14) abaixo, é possível perceber que o segmento causal carrega uma noção de agentividade em relação ao estado de coisas expresso no segmento efeito.

(13) ... pra semana que cê fô, você vai... vai falá po... po médico dá um atestado pa você encostá, pa ficá me aguentano sem trabaiaá. Porque ele trabaia de enxada e ele num guenta trabaiaá **por causa das perna. (PV, S, 05)**

(14) Minha mãe padecia muito por causa que ... **por causa do trabalho...(PV, S, 06)**

No entanto, nas orações encabeçadas pela locução conjuntiva *por causa que*, a relação de agentividade entre o segmento causal e o segmento efeito é, na maioria dos casos, neutralizada⁴⁶:

(15) Ninguém num saía pra rua tarde da noite não, **por causa que** tinha cisma dessas coisa, né? (ALFSB, RC, 04)

A causa do fato de as pessoas não saírem à noite não se codifica em algo ou alguém propriamente dito: trata-se, na realidade, de um estado de coisas [- dinâmico]. Dessa forma, pode-se inferir que há, nas construções causais com *por causa de*, referência a um “causador”, o que parece ter se perdido no processo de gramaticalização, uma vez que, em construções com *por causa que*, há um enfraquecimento da noção de agentividade inerente ao item lexical *causa*, base da locução.

Os aspectos acima discutidos mostram, portanto, que, embora coexistentes, as formas *por causa de* e *por causa que* podem estruturar o segmento causal sob diferentes formas (SN, oração infinitiva, oração finita), o que, geralmente, resulta em divergência discursivo-funcional.

⁴⁶ É válido salientar que o traço de agentividade não é pré-requisito para que a noção causal esteja no domínio referencial. Portanto, o seu ofuscamento nas cláusulas *por causa que* não interfere no fato de que a maioria delas marca a relação causal no domínio referencial. Em (15), por exemplo, a cláusula “por causa que tinha cisma dessas coisas”, em que não é possível identificar o traço de agentividade, representa uma causa real para o estado de coisas descrito no segmento efeito.

4.1.3 A Especialização (Specialization)

De acordo com o princípio da especialização, uma forma em gramaticalização pode especializar-se na marcação de uma determinada noção gramatical. Segundo Hopper (1991, p. 26), à medida que se implementa, a especialização gera uma redução do número de formas possíveis dentro de um mesmo domínio funcional, por se tratar de um processo que se dá através de generalização, em que uma forma linguística passa a abarcar todas as nuances semânticas do domínio funcional de que faz parte, levando-a a suprimir as demais formas do mesmo domínio. Por conseguinte, a forma especializada se torna mais frequente, na medida em que restou como representante única do domínio funcional a que pertence. O aumento da frequência de uso, por sua vez, pode causar, como mostra Bybee (2003, p. 602), a intensificação do processo de gramaticalização por que passa o item.

A análise do conector *por causa que*, em comparação a outros conectores causais, atesta a presença da especialização no domínio de causalidade codificado nas relações interclausais. No entanto, à luz das ocorrências de conectores causais identificados nos *corpora* consultados, não se pode dizer que, no referido domínio, a especialização se implementa via generalização em detrimento de outras formas; daí se recorrer à proposta de Tavares (2003), que assume a existência da especialização por especificação, que ocorre quando

as formas adversárias adquirem significados mais específicos e/ou passam a ser empregadas em contextos semântico-pragmáticos e/ou morfossintáticos específicos, eliminando-se assim a competição. **Nesse caso, nenhuma forma seria excluída ou generalizada para cobrir todas as funções pertinentes a um domínio particular, mas cada uma seria empregada em certas funções e/ou contextos particulares pertinentes ao domínio.** (p. 74 – grifo acrescido)

Nessa perspectiva, pode-se apontar que a locução *por causa que* é uma forma linguística candidata à especialização por especificação, uma vez que, no domínio funcional em que se insere, pode estar se especializando na expressão de uma das nuances da relação de causalidade. Conforme apresentado na tabela 09, os dados analisados mostram que a locução conjuntiva *por causa que* é utilizada, com maior frequência (82%), para estabelecer a relação de causalidade no domínio referencial.

Observa-se, portanto, que a especialização, nesse caso, se dá por especificação: sobretudo as formas *que* e *por causa que* estariam se especializando na expressão de noções específicas dentro do domínio de causalidade. Não há, a princípio, a eliminação de uma das

formas, pois parece estar havendo uma “divisão de tarefas” no que tange à expressão de causalidade. No entanto, é válido destacar que esse processo de especialização encontra-se num estágio incipiente, dada a baixa frequência da locução *por causa que* e o comportamento multifuncional do conector *porque*, conforme se observou na tabela 09.

4.1.4 A Persistência (Persistence)

Segundo o princípio da persistência, nos processos de gramaticalização, em estágios não muito avançados, é possível identificar significados da forma original na forma gramaticalizada. O fato de a forma gramaticalizada poder apresentar traços semânticos da forma fonte torna-a polissêmica, visto que significados anteriores juntam-se a significados mais gramaticais. Além disso, é possível, ainda, que a preservação de traços da forma original interfira na distribuição gramatical do item em gramaticalização. Sobre esse princípio, Lopes (2010) destaca que

A persistência de propriedades do item original na forma gramaticalizada é, por assim dizer, um dos aspectos mais preponderantes nesse processo de mudança por gramaticalização, uma vez que os traços identificados pelo princípio da persistência marcarão as particularidades da forma que se recategoriza. (LOPES, 2010, p. 278)

Com base nesse princípio, pode-se verificar que, na locução *por causa que*, mais gramaticalizada, persistem propriedades semântico-discursivas da sua forma fonte. Para demonstrar tal persistência, as construções com *por causa de* e *por causa que* são abaixo analisadas, comparativamente, levando em consideração as seguintes propriedades: marcação da relação de causalidade, ordenação do segmento causal, estatuto informacional do segmento causal e o tempo/modo verbal do segmento efeito.

No que se refere aos domínios de causalidade, 95% das ocorrências de *por causa de* estabelecem relações causais no domínio referencial. Da mesma forma, conforme já assinalado, a maioria dos casos de *por causa que* também localizam a relação de causalidade nesse domínio. A tabela que segue permite visualizar os resultados:

TABELA 11: Distribuição das formas *por causa que* e *por causa de* entre os domínios de causalidade

Conector	Referencial	(%)	Epistêmico	(%)	Atos de fala	(%)	Total
<i>Por causa que</i>	81	82	05	05	13	13	99
<i>Por causa de</i>	53	95	-	-	03	05	56

A título de ilustração, vejam-se a seguir as ocorrências de ambas as locuções nos domínios referencial e dos atos de fala:

I. Referencial:

(16) Ele... minha mãe tomô ele ***causa que a mãe dele morreu***, tomô pequenininho que era tudo parente, aí tomô e criô ele, aí depois que juntô tudo, começô a namorá. Aqui tem muita gente casada com primo. (PV, S, 05)

(17) ...num botô [o fubá] no sol ***por causa da chuva***... (PV, RC, 13)

II. Atos de fala:

(18) ...se eu tivesse estudo eu tava aqui, batendo poêra, cortano mato, vendo a hora de... de... de... tomano topada den'de toco?... ôch! Tava era na cidade procurano emprego bom. ***Por causa de que uma pessoa sem estudo tá na cidade ainda num arranja nem po sal, né não?*** (PV, S, 02)

(19) DOC.: Não pensa em tê mais [filhos], não?
INF.: Não, dois é bom, ***causa do estudo***, né? (PV, RC, 06, II)

Dessa forma, do ponto de vista semântico-pragmático, a forma inovadora *por causa que* ainda mantém comportamento semelhante ao que é apresentado pela forma fonte *por causa de*. Essa semelhança se estende, ainda, a aspectos discursivo-funcionais e gramaticais, como se verá abaixo.

Quanto à questão da ordenação, aqui tratada como um aspecto discursivo-funcional, verifica-se que os segmentos causais introduzidos por *por causa de* e *por causa que* apresentam certa flexibilidade, podendo antepor-se ou pospor-se ao segmento efeito⁴⁷, tanto no nível intraclausal quanto nos períodos complexos, como mostram os exemplos de (20) a (23):

⁴⁷ Há, ainda, os casos ambíguos, em que não se pode precisar o posicionamento do segmento causal. Nas amostras consultadas, encontraram-se duas (3%) ocorrências de construções com *por causa de* com ordenação ambígua. Esses dois casos, entretanto, foram desconsiderados nesta análise.

I. Anteposição:

(20) **Aí por causa que a gente num tem irmão aqui perto**, aí quem vai ter que cuidar é eu mehmo, né? Por isso que eu num... num posso sair pra São Paulo. (ALFSB, J, 08)

(21) **Por causa dela** minhas coisa tá quebrano. (PV, S, 05)

II. Posposição:

(22) A pessoa tem que ter emprego pa poder ele poder viver. Cê num pode viver sem um emprego... pa todo meise, acaçar um meio de pagar uma energia, d'uma luz que se alumeie, e... e atasar, sen... veno... os caba vim cortar **por causa que num pode pagar**. (ALFSB, J, 09)

(23) ...esses problema de família mesmo que... meu que morreu foi **por causa de problema de ININT de sangue**, sei lá, é... (PV, RC, 11)

Apesar de haver essa flexibilidade de ordenação, a posposição do segmento causal ao segmento efeito representa a ordem não marcada nas construções causais com *por causa de*. O mesmo é atestado para as construções com *por causa que*, ou seja, quanto ao aspecto ordenação, a forma gramaticalizada mantém o mesmo padrão da forma fonte:

TABELA 12: Ordenação do segmento causal em relação ao segmento efeito

Conector	Anteposição	(%)	Posposição	(%)
<i>Por causa de</i>	04	07	50	93
<i>Por causa que</i>	06	06	90	94

A análise do estatuto informacional do segmento causal também demonstra que essas formas apresentam, na maioria dos casos, função discursiva idêntica, a de serem pontos de introdução de informação nova:

TABELA 13: Estatuto informacional do segmento causal

Conector	Velha	(%)	Inferível	(%)	Nova	(%)	Total
<i>Por causa de</i>	17	30	01	02	38	68	56
<i>Por causa que</i>	09	06	02	02	85	92	96

Quanto ao tempo/modo verbal do segmento efeito⁴⁸ das construções em análise, observe-se a tabela a seguir:

TABELA 14: Tempo e modo do verbo do segmento efeito

Tempo/modo verbal	Conector			
	<i>Por causa de</i>	(%)	<i>Por causa que</i>	(%)
Presente do Indicativo	22	43	38	58
Pret. Perfeito do Indicativo	20	39%	14	22
Pret. Imperfeito do Indicativo	05	10%	06	09
Fut. do Presente do Ind.	01	2%	04	06
Fut. do Pretérito do Ind.	-	-	02	03
Imperativo	-	-	01	02
Gerúndio	02	4%	-	-
Particípio	01	2%	-	-
Total	51		65	100

Os resultados acima revelam que mais da metade das construções (58%) com *por causa que* apresentam verbo do segmento efeito no presente do indicativo. Nos períodos simples com a locução *por causa de*, a diferença entre os resultados não foi tão expressiva: 43% dos verbos do segmento efeito das construções com *por causa de* se apresentam no presente do indicativo, enquanto 39% estão no pretérito perfeito. Assim, apesar de os casos de verbo no presente do indicativo serem um pouco mais frequentes, não é possível afirmar que, quanto ao aspecto modo/tempo verbal do segmento efeito, existe uma preservação de traço da forma *por causa que* em relação à sua forma fonte. Ao que parece, esse pode ser um dos aspectos que particularizam a forma inovadora, contribuindo para promover a decategorização, como propõe Lopes (2010, p. 278). Nesse aspecto, uma comparação com as construções com *porque* revela que as cláusulas *por causa que* se aproximam daquelas introduzidas pelo conector causal prototípico: nos *corpora* consultados, 45% do segmento

⁴⁸Como 90% dos casos de *por causa de* encontrados nos *corpora* aparece como conector intraclausal, não há, no segmento causal por ele introduzido, uma forma verbal, mas um SN. Portanto, para a análise que ora se apresenta, considera-se apenas o tempo/modo verbal do segmento efeito, o que se estendeu, devido ao caráter comparativo da análise, às cláusulas *por causa que*, apesar de disporem de verbo no segmento causal.

efeito das construções com *porque* têm verbo no presente do indicativo, enquanto que 29% têm verbo no pretérito perfeito.

É preciso salientar que a diferença quanto ao aspecto tempo/modo verbal não invalida a notável presença do princípio da persistência no processo de gramaticalização da locução *por causa que*. Para a continuidade do processo de gramaticalização, pelo menos em estágios iniciais, há sempre um jogo de preservação e perdas de propriedades gramaticais e semântico-discursivas da forma fonte.

4.1.5 A Decategorização (De-Categorialization)

O princípio da decategorização tem a ver com a própria natureza do processo de gramaticalização, na medida em que toda mudança via gramaticalização pressupõe, por um lado, a perda de traços de uma categoria fonte e, por outro, o ganho de outras propriedades em direção a uma categorialidade mais gramatical.

Desse modo, a decategorização também faz parte do processo de gramaticalização da locução conjuntiva *por causa que*, cuja emergência se deve a um deslocamento categorial – e funcional – sofrido pela locução *por causa de*. Conforme defendem Paiva e Braga (2006), tal deslocamento teve como ponto de partida o compartilhamento de propriedades gramaticais e semântico-discursivas entre a locução *por causa de* e o conector causal prototípico *porque*.

Na seção anterior, constatou-se que alguns traços da forma fonte – marcação da causalidade no domínio referencial, posposição do segmento causal como ordem não marcada e segmento causal como ponto de introdução de informação nova – mantêm-se na forma mais gramaticalizada *por causa que*. Ao mesmo tempo, a passagem *por causa de* > *por causa que* resultou na perda de outros traços semântico-discursivos. Persistência e decategorização são, portanto, princípios que se justapõem no fenômeno da gramaticalização, visto que

Pelo gradualismo do processo, a decategorização pode evidenciar algumas persistências, uma vez que nem todas as propriedades lexicais são perdidas e muito menos são assumidas todas as propriedades da nova categoria da qual passou a fazer parte a forma gramaticalizada. (LOPES, 2010, p. 279).

Além disso, pode-se apontar a divergência como um princípio que também interfere na decategorização: à medida que diverge da forma fonte, um item em gramaticalização perde traços originais e migra para outros pontos da escala de categorialidade, tornando-se mais gramatical. Com base nesse raciocínio e nas análises apresentadas nas seções anteriores, o

processo de decategorização da locução *por causa que* pode ser descrito a partir das considerações feitas no quadro abaixo:

QUADRO 03: Decategorização: *por causa de* > *por causa que*

Decategorização <i>Por causa de</i> > <i>Por causa que</i>	
Persistência	Divergência
1. Forte tendência em estabelecer a relação de causalidade no domínio referencial.	1. Mudança no padrão estrutural: [<i>por causa de</i>] + [SN/Infinitivo] > [<i>por causa que</i>] + [oração finita],
2. Posposição do segmento causal como ordem não marcada.	2. Relação de causalidade com ênfase no processo, e não no resultado da ação.
3. Segmento causal como ponto de introdução de informação nova	3. Neutralização do traço [+agentividade], presente na forma <i>por causa de</i>

Vale destacar que, para uma descrição mais precisa da decategorização, é necessária uma análise diacrônica que considere os diferentes padrões exibidos pela forma *por causa de* em diferentes sincronias. Para esta pesquisa, recorreu-se a diferentes gramáticas históricas e estudos diacrônicos, com o objetivo de apresentar considerações acerca da emergência da forma *por causa de*. No entanto, nenhum dos compêndios e textos consultados – Nunes (1951), Dias (1970), Said Ali (1971), Mattos e Silva (1989) – faz referência à forma *por causa de*. Apenas Nolasco de Macêdo (2003) a menciona, sem, contudo, apresentar considerações históricas sobre ela.

5 GRAMATICALIZAÇÃO NO DOMÍNIO DA CAUSALIDADE

Como se sabe, o objetivo geral deste trabalho é investigar, com base na Teoria da Gramaticalização, o conector *por causa que*. Contudo, em muitas das análises apresentadas em capítulos anteriores, foi necessário comparar, em diferentes aspectos, esse conector a outros que também estabelecem a relação de causalidade no nível interclausal; por isso foi necessário considerar também, nos *corpora* consultados, as formas *que* e *porque*⁴⁹. Assim, este capítulo propõe-se a investigar a emergência da locução *por causa que* no rol dos conectores causais, levando em consideração, sobretudo, o princípio da especialização proposto por Hopper (1991), tarefa que requer, inevitavelmente, uma análise comparativa entre essa locução e os conectores causais *porque* e *que*.

5.1 Padrões semântico-pragmáticos dos conectores *por causa que*, *porque* e *que*

Os padrões semântico-pragmáticos dos conectores *por causa que*, *porque* e *que* são analisados com base na proposta de Sweetser (1991). Vale salientar, entretanto, que, como alguns dados não se acomodaram à proposta tripartida de Sweetser, foi preciso acrescentar mais um domínio, aqui chamado de “domínio discursivo” (Cf. PAIVA; BRAGA, 2010). Esse último domínio caracteriza os casos em que o conector causal introduz uma porção narrativa, apresentando uma conexão causal bastante ofuscada. Ao que parece, no domínio discursivo, há uma frouxidão sintática e semântico-pragmática mais acentuada que no domínio dos atos de fala. Em (01) a (12) a seguir, veem-se casos prototípicos em que um mesmo conector marca a relação de causalidade em diferentes domínios:

I. Referencial

(01) Doc.: E... e... muita confusão também no ônibus...?

Inf.: É, sempre dá confusão no ônibus.

Doc.: Mas por que isso assim? Um pisa no pé do outro, o que é que é...?

Inf.: Pisa ***por causa que*** entra... muita pessoa sempre... (PV, H, 05)

⁴⁹ Apesar de outros conectores causais terem sido identificados nos *corpora*, como, por exemplo, a forma “como”, optou-se por um recorte, privilegiando, além da locução *por causa que*, objeto desta pesquisa, os mais frequentes, representados, portanto, pelas formas *porque* e *que*.

(02) ...onteonte mermo eu tomei um monte de comprimido. Eu tomei três de vez **porque minha pressão subiu logo assim e encheu.** (PV, S, 05)

(03) ...quando foi da quaresma, a gente não pode faze a roça, **que não choveu.** (PV, RC, 11)

II. Epistêmico

(04) Doc: Hum! Você acha, assim, que os teus pais sentem falta dos teus irmãos que estão em São Paulo?

Inf: Com certeza. Nossa! Eles se preocupa mais do que os que tão aqui, entendeu? **Por causa que o que tão aqui eles tão sempre veno, né? E os de lá não sabe o que tá aconteceno.** (ALFSB, J)

(05)...à noite por exemplo talvez nem estuda **porque gastam tanto dinheiro com birita e tudo mais, sempre tem festa, toda república tem festa, geral mesmo, churrasco, birita mesmo todo dia o povo tá gastando dinheiro...**(PM, OP, 02)

(06) Tem deles aqui que é... num gosta muito de trabalhar, tem, raro, né? **Que é o povo aqui da roça tudo quase trabalha...** (ALFSB, J, 09)

III. Atos de fala

(07) Doc.: Mais me conta mais sobre essa briga, como você ficou se sentindo?

Inf.: Ah, triste ué! **Por causa que ela só ficou ligando, ela me largou lá que nem eu largo o chinelo lá que nem assim.** (PM, MAR, 49)

(08) Aí a hora que o doutor falou assim: “óh dona levanta as mão pro céu agradeça Nosso Senhor que sua fia tá curada, **porque do jeito que essa menina chegou aqui, óh dona, eu não sei não**”! (ALFSB, RC, 01)

(09) Comé que ela vai ficá com próprio sangue da fia? Comé que os neto vai chamá, que ela tinha duas netinha, vai tirá três. Comé que as menina vai chamá? Ele de avô e ela? **Que tomô o próprio cunhado da fia, tomô o sogro da fia.** (PV, S, 05)

IV. Discursivo

(10) ... eu tenho um grande amigo, o NP. Né? Eu rio muito quando eu lembro dessa história. **Por causa que** tem uma fazenda aqui... aqui... que chama NP. Né? E numas férias aí de janeiro de 99, né? A gente pegô e saiu. Né? Saímos pra passeá. Né? Eu e mais cinco colegas, contano com o NP. Então a gente era muito inocente. Sabe? E a gente curtia muito a vida. Era

muita trapalhada, era uma coisa muito legal. E uma certa hora, o NP pegô... e a gente tava brincano, chamano ele de bafo. Né?

- Ô bafo!

Aí...NP:

- Ô! Tem dó! Tem dó! Num fala isso aí não!

E ele ta até aqui presente. Né? E a gente foi falando. Ô bafo daqui, ô bafo dali e ele muito bravo, foi se irritano, foi se irritano... quando vê.Né?Ele pega e ... nós pegamo e começamo a brincá . Né? E num sei *porque* que nóis chamava ele de bafo. Aí, ele muito bravo disse:

- È, num sei que, a vó NP que começô a me chamá de bafo. **(PM, ARC, 09)**

(11) Doc.: Cê é a favor... da reforma agrária?

Inf.: Rapaz, no caso, de um modo eu sou, de oto, não sô, *porque* é o seguinte: cada um conta, a gente que mora aqui na roça, diz que vai tomar a tcherra de fulano, bertano; agora, no caso, quem tem muntha terra pura que num, num..., no caso, quem tem muita terra pura deveria dar pá quem trabaia, agora tem munthas pessoas que tá lá... na... fazenda daquele... como é que chama, é o..., que chama um bocado de gente pra fazer como é..., esqueço o nome agora. **(PV, S, 06)**

(12) Agora, histórias...sabe... eu guardo comigo a minha vida inteira, quando eu crescê assim, for alguém na vida... é uma história muito engraçada da minha infância. Né? *Que* eu tenho um grande amigo, o NP. Né? Eu rio muito e quando eu lembro dessa história. *Por causa que* tem uma fazenda aqui... aqui... que chama NP. Né? E numas férias aí de janeiro de 99. né? A gente pegô e saiu. Né? Saímos pra passeá. Né? Eu e mais cinco colegas, contano com o NP. Então a gente era muito inocente. Sabe? E a gente curtia muito a vida. Sabe? Era muita trapalhada, era uma coisa muito legal. E uma certa hora, o NP pegô... e a gente tava brincano, chamano ele de bafo. Né? **(PM, ARC, 09)**

Dessa forma, no grupo I, estão construções em que a relação de causalidade estabelecida envolve dois estados de coisas, sendo um a *causa efetiva* para a ocorrência do outro (Cf. Neves 2000, p. 804): em (03), por exemplo, a não ocorrência da chuva é causa efetiva da impossibilidade “fazer roça” (plantar/cultivar algo). No segundo grupo, as relações causais estabelecidas baseiam-se na avaliação do falante. De acordo com Neves (2000, p. 805), não há, nesse caso, causalidade entre *predicações*, mas entre *fatos possíveis*. Por exemplo, em (05), o informante, ao tratar dos estudantes universitários de Ouro Preto, afirma que, talvez, eles não estudem à noite e aponta como causa disso um fato que, na realidade, se caracteriza como uma visão pessoal e generalizante: baseada na observação de que esses estudantes estão sempre em bares e festas, à noite, conclui que eles possivelmente não estudam nesse período do dia. Já no grupo III, os enunciados codificam relações causais estabelecidas entre atos de fala, ou seja, mais uma vez, não se trata de apontar a causa de um evento (predicação), mas justificar um ato implícito ou explícito no próprio ato de dizer. (09) é bastante prototípico, visto que, no segmento efeito, há um ato de fala *interrogativo*, justificado através da cláusula causal introduzida pela forma *que*. No último grupo, a

causalidade é estabelecida em um nível mais elevado que o da sentença, a saber, o discursivo. Desse modo, em seus empregos discursivos, os conectores *por causa que*, *porque* e *que* parecem ser menos causais e mais textuais (Cf. PAIVA; BRAGA, 2010, p. 58), servindo como um elo entre porções discursivas, sem, notadamente, explicitar uma relação causal estabelecida entre elas. Note-se que em (11), por exemplo, o informante apresenta uma opinião e introduz a justificação dela através da forma *porque*; entretanto, o que se apresenta em seguida, é uma argumentação mais extensa que parece diluir uma possível relação de causalidade em relação ao que antes se afirmou. Além disso, chama a atenção, nesse caso, a expressão “é o seguinte” que segue a forma *porque*: tal expressão corrobora a sugestão de que, em seguida, será apresentada uma argumentação mais ampla, e não uma cláusula que justifique, diretamente, a opinião expressa no segmento efeito.

A observação dos exemplos acima evidencia que, no português falado, os conectores *por causa que*, *porque* e *que* podem estabelecer diferentes nuances da noção semântica de causa. Entretanto, ao se comparar a distribuição dessas formas entre os referidos domínios, verifica-se que cada um tende a marcar a relação causal em um domínio específico. A tabela 01 a seguir mostra a distribuição das formas em análise entre esses domínios:

TABELA 15: Distribuição das cláusulas *por causa que*, *porque* e *que* entre os domínios de causalidade

Conector	Refer.	(%)	Epist.	(%)	Atos de fala	(%)	Discur.	(%)	Total
<i>Por causa que</i>	81	81	05	05	13	13	01	01	100
<i>Porque</i>	164	37	43	10	222	50	13	03	442
<i>Que</i>	55	22	25	10	160	65	05	03	245

A observação desses resultados licencia a inferência de que tem havido um processo de especialização semântico-pragmática no inventário dos conectores causais do português falado, conforme será melhor discutido a seguir.

5.2 Gramaticalização, especialização e iconicidade: algumas hipóteses

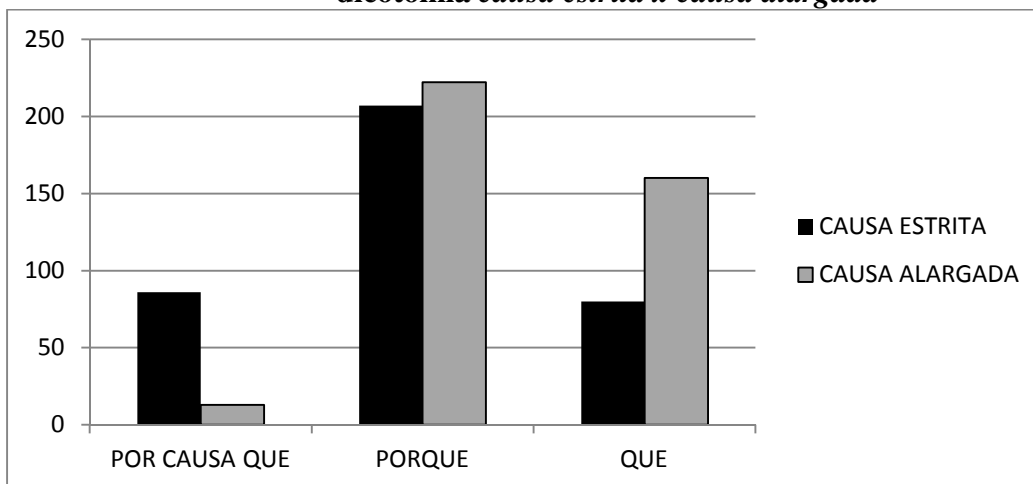
A análise dos conectores causais *porque*, *que* e *por causa que*, quanto aos domínios de causalidade, evidencia que cada um deles tende a especializar-se na expressão de uma nuance específica de causa. Como já apresentado, tem havido maior frequência da locução “*por causa que*” no domínio referencial (81%), enquanto o conector “*que*” estabelece a relação de causalidade, na maioria dos casos, no domínio dos atos de fala (65%). O caso do *porque*, por sua vez, apresenta metade de suas ocorrências no domínio dos atos de fala; a outra metade se distribui entre os domínios referencial (37%), epistêmico (10%) e discursivo (03%). Assim, entre os três conectores em análise, o *porque* se apresenta como quantitativamente mais polissêmico no português falado (Cf. PAIVA, 1995; LOPES, 2004; PAIVA; BRAGA, , 2010).

Para uma melhor compreensão da ideia delineada acima, opta-se, nesta análise, por dicotomizar os padrões semântico-pragmáticos da relação de causalidade, resultando em duas categorias, aqui denominadas de *causa estrita* e *causa alargada*. Tal dicotomia baseia-se na proposta de Lobo (2003 apud LOPES, 2004, p. 19), segundo a qual as construções causais podem agrupar-se em dois grupos semânticos: o das *causais propriamente ditas* e o das *causais explicativas ou de enunciação*. No primeiro caso, incluem-se as relações causais estabelecidas nos domínios referencial e epistêmico. A inclusão desses dois domínios em uma única categoria encontra respaldo na própria proposta de Sweetser (1991), que reconhece serem tênues os limites entre eles, o que justifica a ocorrência de alguns casos ambíguos (SWEETSER, 1991, p. 77). Por sua vez, as causais explicativas ou de enunciação referem-se aos casos em que a relação causal é estabelecida no domínio dos atos de fala. Nesta análise, portanto, a denominação *causa estrita* refere-se aos casos em que a causalidade localiza-se nos domínios referencial e epistêmico, enquanto que a denominação *causa alargada* é utilizada para os casos em a causalidade está no domínio dos atos de fala⁵⁰.

Assim, a redistribuição dos resultados expostos na tabela 15 acima pode ser visualizada através do gráfico a seguir:

⁵⁰ Dada a baixa incidência de usos discursivos e seu caráter frouxo quanto à expressão da causalidade, esses casos foram excluídos nesta etapa da análise.

GRÁFICO 01: Frequência *type de porque, que e por causa que* de acordo com a dicotomia *causa estrita x causa alargada*



Conforme se verifica acima, a especialização manifesta-se de maneira mais evidente quando se considera, de um lado, a locução *por causa que* e, de outro, o conector *que*. O comportamento polissêmico do *porque* bloqueia considerações mais precisas a respeito de sua especialização, embora se perceba uma ligeira tendência em relação à marcação de causa alargada.

Além do comportamento notadamente polissêmico do conector causal prototípico, o baixo número de ocorrências da locução *por causa que* nos *corpora* analisados também inviabiliza conclusões mais definitivas: do total de ocorrências de conectores causais identificados nos *corpora* – *por causa que, por causa de, porque e que* – dados referentes ao primeiro representam apenas 12%. Por outro lado, o fato de haver poucos casos dessa locução sugere tratar-se de uma forma inovadora, que se encontra em um estágio incipiente de implementação (PAIVA, 2001, p. 31). Outro aspecto que ratifica o caráter inicial do processo de gramaticalização do *por causa que* é a possibilidade de aplicação dos princípios de Hopper: como apresentado no capítulo 4, todos os princípios propostos por Hopper (1991) são aplicáveis à gramaticalização dessa locução, caracterizando-a, assim, como uma forma que não se encontra em um estágio avançado do processo.

Dessa maneira, é possível aventar a hipótese de que, com o avanço do processo de gramaticalização do conector *por causa que* e, por conseguinte, o aumento de sua frequência (BYBEE, 2003, p. 602), haja uma repartição mais precisa entre os conectores em análise e os domínios de causalidade.

A emergência do conector *por causa que*, associada ao processo de especialização, pode ter relação com o quase total desaparecimento do conector *pois* do português falado. Nos

corpora analisados, embora a forma *pois* tenha sido encontrada, não foi identificado seu emprego como conector causal. Nesse sentido, Paiva e Braga (2006) assumem a seguinte hipótese:

a movimentação do Sprep *por causa de* do nível intra-oracional para o nível inter-oracional ocorreria principalmente no domínio referencial, enquanto o conector *porque* estaria se especializando na indicação de relações no nível da enunciação (epistêmico e atos de fala). Dessa forma, estaríamos observando um processo de restabelecimento de uma repartição funcional, obscurecida com o desaparecimento do conector *pois*, na modalidade oral.”(PAIVA; BRAGA, 2006, p. 83)⁵¹

Vale salientar, entretanto, que, à luz dos dados analisados neste trabalho, é mais provável que o desaparecimento de *pois* como conector causal tenha contribuído, mais diretamente, para acentuar o comportamento polissêmico do *porque*. Tal polissemia talvez esteja exigindo uma “divisão de tarefas”; daí a emergência da forma *por causa que*.

A presença da especialização no inventário dos conectores causais é identificada também em outras línguas. No francês, por exemplo, há conectores causais especializados em marcar relações em domínios específicos. Degand e Fargad (2008), em estudo diacrônico, apontam que a forma *parce que* tornou-se o conector causal mais frequente no francês falado atualmente, enquanto a forma *car* tem se restringindo à linguagem escrita. Segundo os autores, *parce que*, além de manter-se como conector que estabelece uma relação de causa estrita, tem passado por um intenso processo de (inter)subjetivação. Para explicar o crescente processo de (inter)subjetivização desse conector, Degand e Fargad (2008) lançam a hipótese de que, como *car* tornou-se quase inexistente no discurso oral, *parce que* passou a assumir todos os “postos” na marcação de causalidade (DEGAND; FARGAD, 2008, p. 127). Conforme se descreveu acima, processo semelhante pode ter se manifestado no português, em relação aos conectores causais em questão: o quase total desaparecimento de *pois*, no português oral, intensificou o processo de subjetivização do *porque*, tornando-o multifuncional.

⁵¹Entretanto, Candido (2009, p. 127) afirma que “a proposta de Sweetser (1991) acerca dos domínios conceituais revela a multifuncionalidade do *pois*, uma vez que, para as construções conjuncionais, constatamos que esse elemento atua nos três níveis propostos pela autora: **conteúdo** (mundo real/sóciofísico), **epistêmico** (raciocínio lógico) e **conversacional** (atos de fala)” (grifos da autora). Ainda que se reconheça essa multifuncionalidade, é consensual a ideia de que a conjunção *pois* tende a marcar relações causais no domínio da enunciação (Cf. LOPES, 2004, p.93).

Por tudo isso, parece haver, entre os conectores causais, um rearranjo que mantém uma repartição funcional, atestando o pressuposto de que “a língua está em fazimento a todo instante” (COSERIU, 1979, p. 106).

Além disso, a partir do princípio funcionalista segundo o qual “a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual” (NEVES, 2004, p. 104), pode-se aventar a hipótese de que está havendo a manifestação de uma relação icônica no que tange ao pareamento forma/significado⁵² dos conectores em análise. Assim, em termos de iconicidade, considerando-se o subprincípio da quantidade, maior peso fonético e complexidade morfológica configura maior complexidade cognitiva; ao contrário, menor “quantidade” de forma sugere menos “conteúdo”, ou pelo menos, um conteúdo menos explícito (NEVES, 2010, p.23).

Com base nesse subprincípio e nas análises apresentadas na seção anterior, é possível propor uma hipótese que explicaria a maior frequência da locução *por causa que* no domínio referencial e da forma *que* no domínio dos atos de fala. Antes, é válido dizer que se toma aqui como “conteúdo” a relação semântica de causa. Nesse sentido, quanto mais relacionada à noção de causa estrita, mais conteúdo tem uma forma. Desse modo, no domínio dos atos de fala, a relação causal é mais abstrata, caracterizada por uma causalidade ofuscada. A forma *que* parece apresentar, então, menos forma para codificar uma relação semântica mais abstrata. Ao contrário, as relações causais estabelecidas no domínio referencial são mais concretas, na medida em que se relacionam mais diretamente com fatos do mundo real. O conector *por causa que*, dispondo de mais forma, apresenta, portanto, mais conteúdo nos termos aqui adotados. Nessa perspectiva, é possível detectar a presença de uma relação icônica da língua entre os conectores causais: “a redução fonológica parece atuar sobre a forma em gramaticalização para ajustá-la ao domínio dos itens gramaticais, cuja grande maioria apresenta pouca substância fonética, por conta do ‘pouco’ conteúdo de expressão” (GONÇALVES et al., 2007, p. 34). Essa hipótese reconhece, portanto, a existência de uma correlação entre gramaticalização, especialização e iconicidade.

Bybee (2003, p. 603) destaca que o aumento da frequência de um determinado item em gramaticalização pode acentuar um processo de redução fonética ou uma fusão de elementos que se dispõem numa mesma sequência sintagmática. Pode haver, ainda, um

⁵² “Significado” aqui tem acepção ampla, referindo-se a valores semântico-pragmáticos.

enfraquecimento semântico⁵³. Ilustra essa ideia o que afirma Neves (2010, p. 24) : ao se referir às locuções conjuncionais adverbiais em estágios mais avançados de gramaticalização, a autora destaca que “se aproximam de valores mais neutros de conjunções simples, mostram-se mais **opacas**, mais **reduzidas**, mais regulares, mais rotineiras” (grifos acrescidos).

A discussão desenvolvida permite conceber a seguinte correlação de *continua*:

QUADRO 04: *Continua* de gramaticalização de conectores causais

Relação de causalidade	Causa estrita > Causa alargada
Conectores	<i>Por causa que/Porque > Que/Porque</i>
Forma/Conteúdo	[+ forma/+conteúdo] > [- forma/ - conteúdo]

Por ser esta uma investigação que se insere na visão funcionalista da linguagem, considera-se, portanto, que a manifestação de relações icônicas pode representar um fenômeno que interfere na tendência em especializar-se, semântica e pragmaticamente, identificada nos conectores causais *por causa que*, *porque* e *que* encontrados nos *corpora*. Caso haja a intensificação do processo de gramaticalização do conector *por causa que*, é provável que o tripé “gramaticalização, especialização e iconicidade” assumam formas mais nítidas, trazendo evidências que corroborem o imbricamento de aspectos morfossintáticos e semântico-cognitivos, bastante presentes nos processos de gramaticalização de conectores.

⁵³ É importante destacar, contudo, o posicionamento de Traugott e König (1991). Segundo eles, à medida que se tornam mais gramaticalizadas, as formas não sofrem enfraquecimento semântico, mas um aumento de “informatividade” assentada na expressão subjetiva do falante, ou seja, assumem valores mais pragmáticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de uma investigação sincrônica, este trabalho pôde apresentar uma descrição de propriedades gramaticais e semântico-pragmáticas da locução *por causa que*, além de atestar o seu caráter conjuncional. Foi possível, ainda, caracterizar, sincronicamente, o seu processo de gramaticalização e aventar hipóteses sobre a sua emergência.

As análises evidenciaram que, em muitos aspectos, essa locução aproxima-se do conector *porque*. Assim, conforme se viu no capítulo 3, as cláusulas *por causa que* caracterizam-se por: a) terem a posposição (em relação à cláusula efeito) como a ordem não marcada; b) codificarem informação nova, na grande maioria dos casos; c) tenderem a antepor-se ao segmento efeito, quando codificam informação velha; d) aparecerem em construções em que há a correlação verbal *presente do indicativo/presente do indicativo* e e) marcarem a relação de causalidade, mormente, no domínio referencial. Com exceção da propriedade e), todas as outras são também atestadas para o conector *porque*, como mostram Paiva (1991), Neves (1999; 2000), para citar alguns.

No capítulo 4, a partir da aplicação dos Princípios de Hopper (1991), analisou-se, sincronicamente, o processo de gramaticalização da locução *por causa que*. Na seção em que se tratou da persistência, apontaram-se as convergências entre essa locução e sua forma fonte, o conector, na maioria dos casos intraclausal, *por causa de*. Aproximam essas duas formas as seguintes características: a) tendência à posposição (em relação ao segmento efeito); b) estabelecimento da relação de causalidade no domínio referencial e c) introdução de informação nova ao discurso. Veja-se que essas características também descrevem o conector *porque*, representando uma zona de interseção entre ele e as formas *por causa que* e *por causa de*. Portanto, à luz de mais dados da forma inovadora – *por causa que* –, este trabalho valida a seguinte hipótese aventada por Paiva (2001) e Paiva e Braga (2006):

O deslocamento do sintagma preposicional *por causa de* para a locução conjuntiva *por causa (de) que* constitui um movimento que parece ter seu ponto de partida em um conjunto de propriedades semânticas compartilhadas pelo conector *porque* e pelo sintagma preposicional *por causa de*. Ele vai culminar na perda de algumas características prototípicas do sintagma preposicional em favor do desenvolvimento de uma função mais sintática de introdutor de orações hipotáticas. (PAIVA; BRAGA, 2006, p. 84)

A “perda de algumas características prototípicas do sintagma preposicional” foi descrita na seção que tratou do princípio da divergência. No final do capítulo 4, pode-se evidenciar que a mudança *por causa de* > *por causa que* (decategorização) envolve um “jogo” de preservação (persistência) e perdas (divergências) de propriedades, fato que atesta o caráter gradual da gramaticalização (HOPPER;TRAUGOTT, 1993).

Como nenhuma mudança na língua acontece isoladamente, foi preciso analisar a emergência do conector *por causa que*, levando em consideração outras formas presentes no rol dos conectores causais interclausais, conforme se fez no último capítulo. Nessa perspectiva, a gramaticalização do *por causa que* parece estar acentuado um processo de especialização semântico-pragmática entre os conectores causais do português falado. A forma *por causa que* estar-se-ia implementando na língua para especializar-se na marcação de relações causais no domínio referencial, enquanto a forma *que* manteria a sua forte tendência em expressar a causalidade no domínio dos atos de fala. Como as análises mostraram que seus usos se distribuem, proporcionalmente, entre a marcação de *causa estrita* e *causa alargada* (considerando a dicotomia proposta na seção 5.2), por ora, a especialização do *porque é* questionável. Contudo, o próprio comportamento multifuncional dessa forma – que pode ter sido ocasionado pelo quase total desaparecimento do *pois* causal na língua falada – talvez esteja exigindo uma “divisão de tarefas”, o que pode estar permitindo a implementação do *por causa que* no inventário dos conectores causais do português.

Mas um fato chama bastante a atenção: os conectores *porque* e *que*, os mais frequentes da amostra – 52% e 29%, respectivamente, do total dos dados –, apresentam grande parte dos seus usos no domínio dos atos de fala (*causa alargada*). Apesar de também ter percentual expressivo no domínio referencial e, por isso, caracterizar-se como multifuncional, o *porque* tem precisamente metade de suas ocorrências no domínio dos atos de fala. Mais ainda é o percentual referente aos casos de *que* também nesse domínio: 65%. Conforme já assinalado, apenas o *por causa que*, que constitui 12% da amostra, é usado, na grande maioria dos casos no domínio referencial (81%). Esse fato parece evidenciar, portanto, que os falantes têm optado por outras estruturas linguísticas para expressar relações causais referenciais. Assim, é possível pensar que tal preferência, esquematicamente, recai sobre a estrutura do tipo (b) abaixo:

(a) **Y porque/que X = relação causal mais abstrata.**

(b) **X aí/dai/ então/ por isso Y = relação causa mais referencial.**

O esquema (b), inclusive, é notadamente icônico, porque apresenta os fatos na ordem CAUSA-EFEITO, como mostra o exemplo a seguir:

(01)... a mulé acabô o casamento, **aí** [ele] ficô doído. **(PV, S, 05)**

Foram recorrentes nas amostras analisadas casos em que o informante apresenta a relação causal sob a forma (a) acima e, em seguida, a reforça, tomando o próprio segmento causal como efeito para estruturar uma construção na forma de (b):

(02) Tive que vim logo cedo pagá, **porque hoje é dia de fazer a fêra, aí eu vim cedo.** **(PV, H, 06)**

(03) Foi bom **porque fez muito por essa luz aí, porque colocou essa luz aí pra gente. Aí melhorou muito, né?** **(ALFSB, RC, 02)**

É possível que, com o avanço do processo de gramaticalização do conector *por causa que* e, por conseguinte, o aumento de sua frequência, a estrutura *Y por causa que X* possa, um dia, de maneira mais expressiva, dividir tarefa com as do tipo (b), quanto à expressão da causalidade no domínio referencial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fabrício da Silva. Sociolinguística e Gramaticalização: algumas convergências teóricas. **Inventário**, 9ª ed. 2011 (2011a).

_____; Alguns indícios sincrônicos da gramaticalização do conector por causa (de) que. **Domínios de Linguagem**, vol 5, nº1. 2011 (2011b).

BARRETO, Therezinha. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. 1999. 636 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37º ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BRAGA, Maria Luiza. Processo de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. **SCRIPTA**, Belo Horizonte: PUC Minas, v.5, n.9, 2001. p.23-34.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B., JANDA, R. **The Handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2010.

CANDIDO, Fernanda Maria. **Os diferentes padrões das construções com pois**. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.

CARVALHO, Cristina dos Santos. . A conexão de causalidade na fala culta de Salvador. BR 101 - **Revista de Letras**, v. 1, p. 1-25, 2006.

_____. **Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista.** 2004. 251 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004 (2004a).

_____. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. **Revista Veredas - Rev. Est. Ling., Juiz de Fora**, v.8, n.1 e n.2, p.9-27, jan./dez. 2004 (2004b).

_____. Estruturas de causalidade paratáticas, hipotáticas e reduzidas: equivalências e divergências morfossintáticas. **Estudos Lingüísticos XXXI**. São Paulo, v. 31, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística.** Trad. De Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, Sônia Bastos Borba. **Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização.** 2003. 653 f. Tese (Doutorado em Letras e Língua Portuguesa), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CUNHA, Antônio Sérgio Cavalcante da. O comportamento sintático das conjunções causais/explicativas. **SOLETRAS (UERJ)**, São Gonçalo, v. 02, 2001. p. 20-37.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português contemporâneo.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

CUNHA, M. A., OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. (org.). **Linguística funcional: teoria e prática.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DECAT, Maria Beatriz. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. et al. **Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista.** São Paulo: Mercado de Letras, 2001. P. 103-165.

DEGAND, Liesbeth; FAGARD, Benjamin. Intersubjectification des connecteurs. Le cas de *car et parce que*. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 3 (1), 2008. 119-136.

_____; PANDER MAAT. A contrastive study of Dutch and French causal connectives on the Speaker Involvement Scale. A. Verhagen; J. van de Weijer (eds.) *Usage based approaches to Dutch*. Utrecht: LOT, 2003. 175-199.

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. **Syntaxe Histórica Portuguesa**. 5ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970 [1954].

DILLINGER, Mike. Forma e função na lingüística. **D.E.L.T.A**, 7,1, 1991. p. 395-408.

FERREIRA, Vanessa Pernas. **A Conjunção subordinativa quando na perspectiva funcional-discursiva**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas: Língua Portuguesa), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. . Grammaticalization of the strategies of negation in Brazilian Portuguese. **Journal of Pragmatics**, v. 39, p. 1638-1653, 2007.

_____; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. . Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Lingüística funcional: teoria e prática**. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, v. 1, p. 29-55.

GIVÓN, Talmy. **On Understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia.; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.). **Introdução à Gramaticalização: em homenagem a Maria Luiza Braga**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: Joseph, Brian & Janda, Richard D. (eds.) **The Handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell. 2003. p. 575-601.

_____; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 17-35.

_____; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LANGACKER, Ronald. Syntactic reanalysis. In: Charles N. Li (ed.). **Mechanisms of Syntactic Change**. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 57-139.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia Roberta. Flutuação e gramaticalização no paradigma dos jutores em português: forma, significado e história de (n) a hora que. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 13, p. 147-166, 2011.

_____. **A Gramaticalização da perífrase conjuncional “só que”**. 2003. 212 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. **Veredas** (UFJF), Juiz de Fora, v. 8, p. 215-232, 2004.

LOPES, R. S. A persistência e a decategorização nos processos de gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (orgs). **Estudo de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações**. São Paulo: Mercado das Letras, 2010. p. 275-314.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A gramaticalização de 'a gente' em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum Lingüístico**(UFSC), v.4, p. 47-80, 2004.

LOPES, Maria Helena C. Couto. **Aspectos sintácticos, semânticos e pragmáticos das construções causais**: contributo para uma reflexão sobre o ensino da gramática. 2004. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Portugal, 2004.

MARTELOTTA, Mário E. Unidirecionalidade na gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (orgs). **Estudo de processos de gramaticalização em português**: metodologias e aplicações. São Paulo: Mercado das Letras, 2010. p. 139-171.

_____; AREAS, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA *et al.* **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17-28.

_____; VOTRE, Sebastião; CEZARIO; Maria Maura. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, M. E., VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 24-40

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: IN/CM, 1989.

NARO. A.; BRAGA, M. L. A interface sociolingüística/gramaticalização. **Gragoatá**, n.9, Niterói. p.125-134, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000. p. 801-829.

_____. As construções causais. In: NEVES, M. H. M. (org.). **Gramática do português falado**, vol. VII: Novos estudos. São Paulo: Humanitas, 1999 p. 461 – 496.

_____. A gramaticalização e a organização dos enunciados. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 2o semestre, 2001. p. 174-182.

_____. Gramaticalização, discursividade e determinações cognitivo-perceptuais. In: LIMA-HERNANDES (org.). **Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino**. São Paulo: Paulistana, 2010. p. 13-26

NICOLA, José de; ULISSES, Infante. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. 15ªed. São Paulo: Scipione, 2002.

NOLASCO DE MACEDO, Anna Maria. **Gramaticalização de locuções prepositivas na história do galego e do português**. 2003. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. 4ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1951.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de doutorado, 2006.

PAIVA, Maria da Conceição. Gramaticalização de conectores no português do Brasil. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 2001. p.35-46.

_____. A ordem não marcada das cláusulas "porque". **Série Encontros Descrição do Português Abordagens Funcionalistas**, UNESP, Araraquara, v. 1, 1999. p. 263-280

_____. Empregos de porque no discurso oral. **DELTA**. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 11, n. 1, 1995. p. 27-39

_____. Cláusulas causais adendos: uma variante de ordenação. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 2, 1993. p. 5-22

_____. **Ordenação de cláusulas causais: forma e função**. 1991. 232 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

_____; BRAGA, Maria Luiza. Cláusulas causais introduzidas por porque: da sintaxe ao discurso. In: MOLLICA, Maria Cecília. (Org.). **Usos da linguagem e sua relação com a mente humana**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2010, v. 1, p. 55-71.

_____. Conjunções lexicais e gramaticais: o caso de por causa de. **Gragoatá** (UFF), v. 21, p. 73-86, 2006.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Gramática descritiva do português**. 4^o ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Sofrendo a Gramática**. São Paulo: Ática, 2000.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-216.

RODRIGUES, Fernanda Costa Demier. **Padrões de uso e gramaticalização de “agora” e “então”**. 2009. 309 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 7^a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971 [1964].

SAVIOLI, Francisco Platão. **Gramática em 44 lições**. 32^aed. São Paulo: Ática, 2002.

SWEETSER, Eve. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University, 1991. p. 23-48.

TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista**. 2003. 400 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. A gramaticalização do aí como conector: indícios sincrônicos. **Working Papers em Lingüística**. Florianópolis: CPGLg, UFSC, v. 3, 1999. p. 129-141

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. 4ªed. São Paulo: Scipione, 2002.

TEIXEIRA, Jerônimo; MACEDO, Daniela. **Nós fala mal, mas você pode fazer melhor**. *Veja*, ed. 2177, ano 43, n. 32, Editora Abril: São Paulo, SP, p. 94-101, ago. 2010.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E., HEINE, B. (Org.). **Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues**. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v. 1, p. 189-218.

VOTRE, S.; NARO, A. Mecanismos funcionais do uso da língua. **D.E.L.T.A.**, 5, 2, 1989.